

Revista

ISSN 2317-9929

O HISTORIANTE

DITADURA

A Ditadura no Brasil

O saudosismo contra
o direito à memória
e verdade



ED.4

Revista O Historiante**ISSN 2317-9929****Editor-chefe**

Pablo Michel Magalhães

Editores

Cleber Roberto Silva Carvalho

Pablo Michel Magalhães

Equipe executiva

Bianca Siqueira

Lidia Verônica Nunes Pereira Magalhães

Márcio Fabiano Bonfim Silva

Capa

Manifestação no Rio de Janeiro em 1968 contra a ditadura militar

(Foto: Arquivo Nacional/Correio da Manhã)

EDITORIAL

Ainda em 2015, com uma formação que já não existe mais, procuramos reativar as publicações deste periódico que agora vocês leem. Com diversas idas e vindas, encontros e desencontros, esse retorno teve de esperar ainda outros 5 anos. Não por desejo, mas por dificuldades. Manter um periódico autônomo, sem vinculações com uma instituição acadêmica e propondo um diálogo com o grande público é uma tarefa que demanda tempo, dedicação, paciência e organização.

Neste ano de 2020, retomamos nossas publicações em um cenário completamente diferente daquele em que a edição 3 foi lançada, em 2012. A escalada dos ideais de extrema direita, o retorno dos ideais fascistas e a eleição de um presidente declaradamente anti-intelectualista em nosso país configuram-se como desafios gigantescos para aqueles que, como nós, procuramos produzir e propagar conhecimento científico relevante. Nesta edição, trazemos no dossiê principal uma análise sobre a Ditadura Militar e o direito à memória, negligenciada por uma espécie de “saudosismo” nutrido por uma parcela da classe média brasileira.

Com muito prazer, e pedindo as devidas desculpas a todos (leitores, autores, editores), a Revista O Historiante, edição 4, chega às bancas digitais, mantendo seu intuito principal, o de criar pontes e diálogos entre autores e pesquisadores das Ciências Humanas e o grande público de alunos, professores e curiosos com sede de conhecimento.

Boa leitura!

Prof. MsC. Pablo Michel Magalhães

Editor-chefe

Sumário



Entrevista 3

Aconteceu na História 11

Dossiê 13

O saudosismo contra o direito à memória e verdade: A ditadura no Brasil e a Justiça de Transição

Artigos

O PATRIARCA NA VISÃO DE GILBERTO FREYRE 23

CONTESTAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS PERFORMANCES DE TONI TORNADO NOS ANOS DE 1970 A 1972. 31

A LOCOMOTIVA DO TEMPO: O VALOR HISTÓRICO DA FERROVIA BAHIA AO SÃO FRANCISCO EM JUAZEIRO-BA. 42

A TEORIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CULTURA BRASILEIRA 50

GOVERNO FLORES DA CUNHA (1930-1937) Um estudo sobre a gestão econômica do governo no Rio Grande do Sul 54

Texto 01 Faixa 01. Engenheiros do Hawaii e os encontros da Música com a História. 68

"A dinastia versus o mapa": Elizabeth I e a Inglaterra no retrato Ditchley 73

O PAPEL DAS IGREJAS, DOS SINDICATOS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA TRAJETÓRIA SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO POVO UNIDO 79

TORA!TORA!TORA! (トラ・トラ・トラ!) 1970 ANÁLISE SOBRE O FILME E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS 87



ENTREVISTA COM PROF. JULIO BENTIVOGLIO

Por Neto Almeida

Mestre e Doutor em História Social – UFC



Julio Cesar Bentivoglio é professor adjunto de Teoria da História na Universidade Federal do Espírito Santo. Atua nas áreas de Teoria da História e de Brasil Império com os seguintes temas: historiografia alemã, francesa e brasileira no século XIX; história das idéias, partidos, urbanização e cultura política no Brasil do Oitocentos. Organizou a publicação de traduções de Droysen e Gervinus pela editora Vozes e de Chladenius pela Editora da Unicamp. Foi diretor da ANPUH seção ES (2011-2013), é vice-diretor do Centro de Ciências Humanas e Naturais na UFES, foi editor da revista Dimensões (PPGHIS-UFES) (2012-2014), foi chefe do Departamento de História (2011), foi editor executivo da revista História da Historiografia (2010-2013) e é pesquisador vinculado ao LAB-TEO USP e coordenador do LETHIS-UFES. Embaixador da International Network for Theory of History (2013-2016).¹

O HISTORIANTE – Como o senhor, que exerce o ofício do historiador diariamente, tem lido a atual conjuntura da política brasileira?

JB - Acho que foi Benedetto Croce que afirmou que toda verdadeira história é história contemporânea, algo que, certamente, faz eco a vários outros historiadores que, no passado e na atualidade, reconhecem o peso e o impacto das inquietações motivadas pelo presente como base ou ponto de partida para se inquirir o passado, dentre eles Droysen, Bloch, Braudel e mesmo Koselleck. Desse modo, é inegável que cabe a nós, como historiadores, uma responsabilidade enorme não só de refletirmos sobre a história como também agirmos historicamente, refletirmos sobre os eventos que nos cercam. Somos atores históricos, talvez, privilegiados. Reconhecendo a importante função orientadora que o conhecimento histórico possui, tal como assinala Jörn Rüsen, imagino que a reflexão e a atuação política, direta ou indireta, são papéis legítimos que também nos cabem. Longe de imaginar que o presente repete o passado, eu reconheço um cenário de forte polarização, de forte antagonismo. Eu acredito existir um grande equívoco interpretativo nas comparações com atores, episódios ou cenários políticos de 1964 com os atuais. Em primeiro lugar eu penso que não estamos reproduzindo um velho *script*, cujos lances, atores ou sequências sejam conhecidos. Fosse isso poder-se-ia prever o que irá acontecer e a crise encontraria, prontamente sua solução. Não é esse o caso. Em segundo lugar eu enxergo na atual conjuntura quatro grandes problemas de fundo, constituidores de uma grande crise. O maior deles diz

¹ Referências do currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/4740582014272318> (Acesso em 16/04/2016).



respeito a um cenário econômico turbulento, não digo de crise, porque o capitalismo é a crise, ele vive de desequilíbrios sistêmicos, de antagonismos latentes. A constituição dos *Brics*, a oscilação do preço das *commodities*, em especial, o petróleo, a desaceleração econômica em muitos países tem gerado muita turbulência, produzindo efeitos severos na economia mundial. Isso se refletiu na economia brasileira, bem como foi acentuado pela grande imprensa que, amplificando diagnósticos apocalípticos acabou por inibir a iniciativa econômica, ao incutir o terror nos atores econômicos. Por conta disso caiu o investimento produtivo, devido à inibição da atividade econômica. Quem podia empregar não empregou, quem poderia crescer, manteve seu tamanho, etc. Em seguida temos o momento político particular de desgaste do governo de coalizão característico do Brasil, motivado pela recusa da oposição em aceitar o resultado das eleições presidenciais e que passou a cooptar parte da antiga base política que serviu de apoio aos governos do PT (Partido dos Trabalhadores). Já havia uma fissura e ela tem sido habilmente explorada pela oposição, que, em maior número no Congresso Nacional, tem conseguido imobilizar o governo. Essa *crise política* tem se ampliado *pari passu* a uma forte reação conservadora que a meu ver constitui outro ponto crítico da atual turbulência subsumida a uma forte crise social que expressa um grande mal-entendido de uma sociedade eivada de vícios, marcada por pequenas, corriqueiras e cotidianas corrupções, que alimentam um discurso de repulsa ou combate à corrupção pontual e exclusiva por parte de alguns atores políticos e econômicos, algo que há algum tempo o Jessé Souza, Presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), vem falando. Longe disso, a corrupção no Brasil não é monopólio de uns. A sociedade brasileira, por sua exposição sistemática à violência, aos golpes cotidianos, à corrupção e à ineficácia da lei facilmente é iludida por discursos de justiça ou por heróis justiceiros. Com isso realiza sua fantasia de purificação, como se seus pequenos vícios ou corrupções pudessem ser esquecidos ou absolvidos diante de esquemas maiores de corrupção. Seja por hipocrisia, seja por um desvio coletivo de caráter, esse traço mais geral e naturalizado acirrou o debate político e também ampliou os ódios existentes entre ricos e pobres. Por fim, temos um último elemento que é a paulatina inflação do Poder Judiciário que, no caso brasileiro, preserva salários, regalias e prerrogativas exageradas, diria até de “*antigo regime*” que acabam por perturbar a relação entre os poderes, interferindo no andamento político e econômico regular. O Judiciário brasileiro hoje se parece a uma nobreza togada da terra, que tudo pode, que tudo conquista e tudo preserva em seus cargos e regalias vitalícios.

O HISTORIANTE - Nesta atual conjuntura a História tem servido de argumento para justificar escolhas. E uma disputa de memórias sobre o passado tem se estabelecido. Se ficarmos apenas na polarização mais rasa da atual discussão, encontraremos grupos referenciando à memória de 1964 e outros retomando o impeachment de Fernando Collor nos anos 90. Como diz o ditado popular: ‘a história está na boca do ‘povo’. Como os historiadores podem se apropriar disso?

JB - Voltamos a um velho e conhecido debate, conhecido por todos nós, dos usos e abusos da história. É preciso reconhecer que o real não é, jamais, objeto de consenso. Sobretudo quando tratamos das realidades da vida política, eivada de paixões, de opacidades e de camadas sucessivas de interpretação. É, contudo, necessário ter-se a humildade de reconhecer que a história, em si, não será capaz de explicar tudo sozinha, como muitas vezes desejamos. No meu entendimento é mais que uma simples disputa de memórias, afinal é difícil dizer quais são as memórias certas e quais as erradas. Ou apontar, ainda, quais memórias podem ser evocadas e quais devem ser interditas. Se não há consenso, muitas vezes, entre os próprios historiadores que estudam o mesmo objeto e as mesmas fontes, como já apontou Keith Jenkins, que dizer da opinião pública manipulada por uma grande imprensa que, no Brasil é concessão do Estado e controlada por algumas poucas famílias nacional e regionalmente. A manipulação das informações históricas acabam por provocar na população uma apreensão acrítica ou sem profundidade necessária para se problematizar tanto o passado, quanto mais o presente. Para nós, 1964 é um passado que não passa, guardadas as devidas proporções, do mesmo modo que o nazismo foi um passado que



não passou para os alemães, conforme sublinhou Ernst Nolte. Como se trata de um de nossos grandes traumas históricos - o outro talvez seja a escravidão - ele atua como uma força histórica, como um emblema sob o qual a realidade é pensada e disputada. Ao passo que o *impeachment* de Collor foi um passado que não só passou como resultou num esquecimento coletivo. Há um ditado popular no Brasil, arraigado e repetido diversas vezes, de que o “brasileiro não tem memória”. Não penso que seja exatamente assim, há memória sobre a destituição de Collor, o problema é que essa memória não é forte – porque a tradição política e social brasileira, como eu disse anteriormente vive cotidianamente com golpes, de modo que essa palavra ou mesmo ações golpistas são esvaziadas de importância – ficando preservada e ativa apenas em alguns atores políticos. E além de não ser forte ela convive com seu cotidiano apagamento e manipulação por parte da grande imprensa, desvirtuando-se em uma lembrança enfraquecida. Nas disputas de memória sobre 1964 e no enfraquecimento da memória do *impeachment* de 1992 observamos que parte significativa do povo não se importou de ver os votos de uma maioria que elegeram os presidentes serem rasgados por oposicionistas. Houve reação, no primeiro caso mais contundente e duradoura, no segundo caso praticamente nula. Desse modo, penso que a relação entre passado prático e passado histórico deva ser tensionada com as memórias – insisto no uso no plural – produzidas e existentes sobre ambos episódios da história brasileira. O choque entre os múltiplos discursos produzidos, acadêmicos ou não, devem informar os eleitores, devem disputar a opinião dos brasileiros no atual momento. O problema é que essas informações e esse convencimento intelectual depende de capacidades cognitivas e de inclinações democráticas, isso em uma sociedade que é profundamente passional e, de algum modo, avessa ao um debate político profundo, crítico, reflexivo. O senso comum da política tem sido usado pelos políticos e pela imprensa brasileira há muito tempo para manipular a opinião pública, distraíndo-a e convencendo-a, preservando um *status quo* que interessa a determinados políticos menos escrupulosos que se mancomunam com o poder financeiro e econômico, por meio do financiamento de campanhas e ligações comerciais diretas e indiretas – não acredito que o caixa dois vá acabar –, e realizam políticas bastante desfavoráveis à população como um todo. Diante desse cenário bastante adverso a uma política mais regular, eu diria que ao brasileiro mediano – e ele é a maioria da população – não importa muito se um político é eleito ou se ele é derrubado. Tampouco importa se os meios utilizados forem policiais ou jurídicos. Na cabeça dele, a simples substituição ou troca do político representam uma mudança, sem que a ordem ou as estruturas sofram a menor alteração. A política, no Brasil, historicamente, é uma questão de nomes e de sobrenomes. Políticos legam a seus filhos um eleitorado dócil e ignorante do universo e dos bastidores da política.

O HISTORIANTE – Há outra questão nesta atual conjuntura. A explosão midiática de promoção do fato histórico novo a cada dia. Para o senhor o que é o fato histórico? Há um risco de o fato histórico ser reduzido ao fato político?

O fato histórico é uma construção, não é um dado bruto, acabado, automático que encontramos na realidade ou no passado, como bem observam Michel de Certeau ou Antoine Prost, por exemplo. Do mesmo modo ele não é um monopólio nas mãos dos historiadores. De algum modo, todos atores que têm a possibilidade de intervir no cotidiano, rompendo-o ou inscrevendo uma diferença, ou provocando uma mudança são capazes de construir fatos históricos, que os historiadores podem ou não endossar. Assim, eu diria que políticos, empresários, mas também trabalhadores, sindicatos ou pessoas comuns tem o poder de produzir fatos históricos. A questão é que esses inúmeros fatos cotidianos, em si, não se convertem automaticamente em acontecimentos, capazes de produzir efeitos mais efetivos, mais duradouros, mais perceptíveis. O excesso de exposição pode provocar o tédio, como bem aponta Lucien Sfez. Ele pode levar ao desinteresse. Desse modo o que a mídia faz é insistir em alguns fatos, repetindo-os à exaustão para os fixar na opinião pública. Assim, alguns nomes, bordões, expressões ou neologismos devem ser pronunciados e impressos sistematicamente de modo que criem um efeito de real e um efeito de verdade atando as palavras às coisas, muito embora saibamos depois de Derrida ou



Foucault, que essa aderência é problemática. Novamente no universo dos adágios, temos que “uma mentira repetida mil vezes se torna uma verdade”. Ou seja, não importa tanto quem diz, mas o que diz e como diz. O problema é que, as narrativas políticas construídas no atual momento de crise do segundo mandato de Dilma Rousseff têm eclipsado narrativas sobre outras questões, culturais, econômicas, etc. Um fato, como é uma construção, vai ser sempre uma construção sob os termos que informaram sua gênese, portanto, é muito natural que o debate sobre o *impeachment*, nesse caso, confira um peso bem maior à sua dimensão política. A intensa especialização da história, contudo, marcada por objetos e problemas e não mais por totalidades absolutas encontrarão, no futuro, temas que hoje permanecem invisíveis no noticiário. Desse modo, não acredito que os livros de história no futuro, quando se reportarem ao Brasil de 2015, reduzam-se a analisar exclusivamente essa já enfadonha discussão sobre o *impeachment* vivida pelos contemporâneos.

O HISTORIANTE - Como a historiografia trata o conceito: fato histórico? Atualmente, no senso comum essa noção ainda parece muito arraigada às definições do século XIX da dita escola positivista?

Eu penso que não, acredito, inclusive, que essa errônea associação da historiografia com o positivismo já avançou bastante. Explico, são poucos os historiadores que hoje compram gato por lebre acerca dessas acusações feitas pelos primeiros historiadores dos *Annales* aos metódicos franceses. Até porque, a rigor, discípulos de Comte mesmo foram poucos, podemos localizar um Fustel de Coulanges, um Lacombe, um Bourdeau ou um Halphen, principalmente. E até um Marc Bloch, indiretamente, devido à sua admiração pela sociologia de Durkheim. Mesmo isso, não os torna positivistas *avant la lettre*. Desse modo acho impreciso falar em *escola* positivista no rigor do termo e do sistema filosófico. O método histórico, a crítica historiográfica situava-se em outro lugar, com outras preocupações, muito distintas do pensamento de August Comte. Penso que essa expressão pejorativa, incorporada ao vocabulário historiográfico brasileiro, sobretudo, por historiadores marxistas, gera uma imprecisão e uma incompreensão da historiografia francesa e mesmo brasileira no início do século XX. As análises de Dosse, Hartog e de Christian Delacroix, ou mesmo de Charles-Olivier Carbonell, esclarecem bem essa questão. Prefiro pensar em outra coisa, de um lado no problema da *evidência*, tal como apontam Droysen – quando fala dos vestígios do passado, p. ex. – ou François Hartog, ou seja, na identificação do passado como algo concreto, flertando com o realismo; de outro lado na chamada crise da *referência*, um importante legado do pós-estruturalismo e da chamada *linguistic turn* que transformam o passado e seus vestígios em algo que permanece em constante deslocamento, tanto no nível da expressão, quanto no nível da apreensão cognoscitiva. De algum modo, as pessoas são sistematicamente iludidas por esse realismo, que me parece ser uma compreensão ingênua da realidade. Pensam que a realidade pode ser alcançada pelos discursos, pensam que existe uma ligação inquebrantável do referente com a referência, do referente com o signo. De algum modo me parece uma compreensão menos sistemática do mundo, muito embora, de algum modo existam disputas de significados, tal como existem disputas de memória. A sociedade brasileira tem percebido, claramente, a existência de discursos contrários e opostos sobre uma mesma coisa. Infelizmente, ao invés de pensar nessa oposição como um problema caro ao pensamento, como sendo fruto de uma relativização do real, por conta não somente de interpretações diversas sobre ele, mas, sobretudo, pela complexidade do objeto que parece ser uma e outra coisa ao mesmo tempo; que torna o real algo mais complexo e que exige maior reflexão, boa parte das pessoas prefere permanecer no lugar cômodo e possível para suas capacidades cognitivas de acreditar que uma interpretação ou discurso é verdadeira e a outra é mentirosa ou falsa. Penso que isso também ocorra devido à um forte peso da religiosidade e de uma moral cristã na sociedade brasileira, que insiste nos binarismos do tipo bem e mal, certo e errado, pecado e virtude. Por conta de sua própria existência marcada pela ambiguidade – afinal como mencionei acima o povo brasileiro possui uma falsa cordialidade, no sentido de que é menos virtuoso e conviva e pratique mais o jeitinho, o golpe e a intriga



do que exercita o decálogo bíblico – o brasileiro se apega a esse suposto rigor ético – que é muito mais uma performance e um discurso que um exercício cotidiano de retidão e inflexibilidade diante das situações e alteridades que se colocam à sua frente. Por isso ele se seduz com narrativas novelescas ou telejornais violentos, pois ali se desnuda essa realidade binária, na qual ele pode julgar o certo e o errado. Infelizmente, essa *cultura* jornalésca e acrítica, faz com que a sociedade prefira confiar em Deus, a confiar nos homens. E a acreditar em jornais e seus redatores que em seus intelectuais ou políticos. Apesar de, repito, não existir mesmo entre esses o consenso, com exceção da chamada grande mídia, na qual o consenso é o resultado de interesses comerciais e políticos mais imediatos. Penso que esse efeito de realidade e de verdade foi, de algum modo, poderosamente influenciado pela cultura do telejornal entre os brasileiros. Infundindo-se, portanto, uma leitura superficial, ingênua e equivocada dos problemas relacionados com a realidade e a verdade, para o brasileiro mediano o William Bonner parece ter sempre a razão.

O HISTORIANTE – Quais elementos reunidos levam um episódio a ser referenciado como fato histórico?

Difícil dizer, eu diria que o fato histórico é aquele que apresenta alguma singularidade, alguma distinção em relação às situações vividas no cotidiano. É como que um acidente, uma *diferença* pra usar um conceito derridariano. Ou seja, é o resultado de uma interpretação, o efeito de uma construção. Como eu disse anteriormente, os fatos são construídos, eles não são, pelo menos na maior parte das vezes uma ocorrência natural, exceto quando temos algum tipo de catástrofe, como um terremoto ou outro evento geológico não diretamente associado à ação humana. A erupção do Vesúvio, o terremoto no Haiti, o tsunami na Tailândia, se tornaram fatos, independente da vontade de um ator histórico humano. Diferentemente o 11 de setembro, cuja, ação foi planejada e executada por indivíduos. Agora para se tornar um fato histórico, um dado evento precisa ser referenciado, precisa ser nominado. Penso, ademais, que todo fato, acompanhando Barthes, é um evento semântico, ou seja, ele precisa existir na linguagem, ser reconhecido, identificado e nomeado. E, portanto, também reivindica para si a linguagem. E é semântico porque gera discursos sobre si, ou seja, além de produzir efeitos materiais, ele se submete e é gerador de camadas discursivas sobre si. Não por acaso todo fato pode ser objeto de desconstrução, ou seja, requer que sejam percorridas as múltiplas camadas discursivas que muitas vezes ocultam o real, ou aquilo que imperfeitamente chamamos de real.

O HISTORIANTE – Há uma historicidade desse reconhecimento imediato do presente como sendo um momento histórico?

Certamente. Não é possível imaginar o reconhecimento ou a identificação de um dado momento histórico ou a ocorrência de um fato histórico sem levar em conta sua relação com uma determinada consciência histórica. Não é possível levar em conta a realidade sem a historicizar, em outras palavras, sem pensar na apreensão temporal pelos sujeitos e atores históricos dos fenômenos que o cercam. De algum modo desde que o tempo e espaço kantianos, sofreram uma transformação radical inaugurando uma nova dimensão e importância para o conceito de experiência a partir da obra de Heidegger, avançamos bastante nesse caminho. De algum modo Heidegger vai além e, ao lado de Dilthey nos permite compreender melhor o chamado mundo da vida, a partir da crítica da razão histórica, ou seja, historicizando o pensamento, a compreensão e a realidade. Desse modo, os sujeitos históricos, vivendo a temporalidade e a historicidade, tomando consciência de si e atribuindo sentidos ao tempo e aos eventos que os cercam, acabam por constituir sentidos e sentimentos do mundo. Nesse ato de compreensão atribuem uma fisionomia particular seja ao tempo, seja à realidade que os cerca, construindo particularidades na duração. Penso que isso se refira a esses momentos históricos, aliás, acredito que Gumbrecht nos oferece uma compreensão bem expressiva dessa questão ao tratar da atmosfera (a



stimmung), da produção de presença e da produção de sentidos. A meu ver se trata de uma sugestiva proposta analítica. Agora se o presente pode permitir uma compreensão imediata de um momento histórico eu acredito que é possível, muito embora essa compreensão se coadune mais com o reconhecimento da duração, ou seja, seja mais perceptível *depois* e não *durante*. Nem sempre somos capazes de reconhecer um momento histórico, ademais, insisto: mesmo isso é uma construção, um modo de compreender e não exatamente uma descoberta ou uma certeza tácita. Se o sujeito reconhece em algo que vive ou atravessa uma duração – se atribui a isso uma temporalidade – certamente haverá ali a identificação de um momento, ou seja, de um recorte de sentido distinto no plano da temporalidade. Tratar-se-ia, portanto, de um momento histórico, no sentido de que é uma duração que rompe com um fluxo cotidiano de eventos de repetição ou sem alguma singularidade capaz de o tornar notável ou singular. Muito embora, mesmo aquilo que, em tese, não mude e dure sem ser uma singularidade, devido à existência dessas mudanças ou acontecimentos também adquira o *status* de momento. Em outras palavras, se eu tenho ocorrências numa sequência de permanências, ambas se tornam seccionáveis, logo, ambas podem ser identificadas como históricas, posto que são durações carregadas de sentidos. A historicidade permitirá reconhecer isso. Walter Benjamin associa esse reconhecimento do evento que relampeja como uma iluminação profana, como um ato revolucionário de reconhecimento das imagens dialéticas, cujo índice, muitas vezes, é ignorado pelos indivíduos.

O HISTORIANTE – O sociólogo polaco Zygmunt Bauman trabalha com a noção de modernidade líquida. Poderíamos ler o atual momento como uma tentativa de apreender na História esses episódios que parecem escoar pelo ralo como um líquido impossível de amontar?

Pensar materialidades por meio dessas figuras de linguagem, dessas metáforas é bem interessante. Na verdade, poderíamos dizer, todo conceito é uma metáfora, como observou Hayden White. Antes de Bauman, Deleuze tem um pensamento e, eu ousaria dizer, um modelo de análise que pensa realidades fluidas, líquidas. Rizomas, linhas de fuga, devires, nada ali ocupa um espaço geográfico fixo, são sempre virtualidades em deslocamento. A modernidade mais que líquida, talvez seja vaporosa como desejou Marx, tudo se desmanchando no ar; a ilusão utópica da modernidade que sonhava com coisas concretas, com relações objetivas entre sujeitos e objetos, entre forma e conteúdo, esse projeto tão caro ao pensamento moderno, do qual o Iluminismo pode ser um bom exemplo, fez água. A modernidade talvez desejasse ser sólida, promovendo o triunfo da razão e da ciência e fixar-se como uma realização plena do espírito ou dos saberes. Contudo, pelo menos no plano do pensamento, das Humanidades, das Ciências Sociais, forçoso é reconhecer que esse projeto de territorialização da verdade naufragou. Eu acredito vivamente que o projeto utópico da modernidade convive agora vivamente com um projeto distópico pós-moderno, ambos coexistem como tentativas de oferecer respostas às questões que nos cercam, mas o efeito de verdade e de realidade sofrem hoje com os revezes das virtualidades e do relativismo. Assim, mesmo o passado converteu-se de algo real ou acessível materialmente, em discurso, em narrativas virtuais, posto que se alternam, se opõem, se reescrevem. Esses passados substituíram o passado como um lugar fixo em algum ponto, em algum discurso, em algum documento, em alguma construção interpretativa. De algum modo há materialidades mais evidentes, mais robustas, posto que mais simples, que se confirmam, que se verificam mais prontamente e que, nesse sentido duram. Se num incêndio morreram 27 pessoas, não há discurso que se insurja contra isso. Mas a história não é mera descrição, portanto, se formos analisar as causas ou o que ocorreu antes e durante o incêndio, disputaremos com os discursos das câmeras de vigilância ou com os discursos dos sobreviventes, ou dos documentos de vistoria do edifício em questão. Nesse sentido passamos do passado fixo a um passado mais distópico, que, na acepção que dou ao termo, é um deslocar, porque é um lugar em deslocamento, físico, temporal e cognoscitivo. Os passados, não são exatamente pluralidades, em que um passado exclui o outro, eles existiram de algum modo; eles não são uma verdade e seu duplo. Os passados são deslocamentos. Algo aconteceu, elementos estavam ali, presentes, mas no deslocamento temporal, essa



realidade que jamais é fixa, converte-se em um navio fantasma, cuja vida passa a depender mais dos discursos que das evidências, afinal é um passado reconhecido em muitos presentes. A relação entre ambos se dá pela compreensão, logo, no plano da linguagem. Eu creio, pensando no momento político atual do Brasil, que temos inúmeros eventos ocorrendo que poderão se converter em fatos, e de fato, eles estão escoando como um turbilhão no ralo do esquecimento, caso não produzam discursos capazes de durar. Mas toda a realidade e todos nós seguimos o mesmo destino, de existirmos em deslocamento, procurando evitar o esquecimento.

O HISTORIANTE - A História do tempo presente tem alargado seu alcance no Brasil nas últimas décadas. Há uma emergência historiográfica nessa área? Que referências bibliográficas e que temas de pesquisas começam a se destacar nesse campo?

Lamentavelmente eu não trabalho com história do tempo presente. Sou um historiador dedicado ao Oitocentos, de modo que minha formação e minhas leituras são muito restritas a esse período, algo que, de algum modo, afetou minha compreensão do passado e da História. A rigor, tenho dificuldade em analisar, historicamente, eventos que estão em curso. Por exemplo, eu preferiria analisar o governo Dilma, do ponto de vista histórico, depois do final desse governo e se possível, dezenas de anos lá no futuro. Digo isso, talvez, diante de uma formação mais ou menos tradicional que tive, mas, sobretudo, por conta de minha prática de pesquisa e análise históricas. No presente eu me limito a exercitar minhas paixões e ódios políticos, a exorcizar minha capacidade de errar e acertar em minhas avaliações e prognósticos. A me situar política e intelectualmente, a fim de debater com economistas, sociólogos, políticos, etc., para debater com a razão e com o coração, visto reconhecer que a verdade é uma disputa e também resultado de um consenso particular. Dediquei-me a estudar algumas revistas e historiadores do século XIX e percebo que sempre os historiadores se afeiçoaram em estudar seu próprio tempo. Parece mesmo que toda história é história contemporânea, majoritariamente. Ontem mesmo estava lendo a dissertação de um orientando sobre a *Revista de História* da USP e lá também se evidencia um enorme peso quantitativo de estudos devotados ao presente. Mas, o que é o presente? Esse *ser-aí* do Dasein não existe sem a temporalidade e sem seu reconhecimento, logo não pode ser pensado fora da historicidade, ou, em outras palavras, na perspectiva da relação profunda entre passado-presente-futuro, ou, como queria Koselleck, sem a perspectiva do espaço de experiência e do horizonte de expectativa. Enfim, não conheço estudos mais pontuais, sobretudo produzidos pela historiografia francesa, mas, como leciono teoria da história, recomendo a leitura do presentismo de Hartog e do cronótopo contemporâneo de Gumbrecht para compreender nossas atitudes e práticas atuais diante da temporalidade.

O HISTORIANTE – Quais temas da história o senhor gostaria de ver contemplados em pesquisas, mas que os historiadores ainda não se atentaram para tais?

Os historiadores e a historiografia são mais ambiciosos do que poderíamos desejar. Não sei se resta algo intocado pelos historiadores. Acredito que precisamos avançar mais em campos abandonados ou atualmente ocupados por filósofos e críticos de arte, que seriam os campos da história da literatura, da arte, da música, do cinema, da dança, do teatro, enfim, deveríamos retomar a pesquisa nesses campos. Não que não existam estudos a esse respeito, pelo contrário, mas acredito que a fruição estética e a reflexão sobre a arte permitem ao historiador uma apreensão mais complexa da realidade, algo já mensurado por Gadamer ou Danto, p. ex. Do mesmo modo eu acredito que a história, tal como a conhecíamos, acabou. É preciso reinventá-la, precisamos editar novas teses sobre a filosofia da história como fez Walter Benjamin, devemos levar mais a sério o debate inaugurado pela filosofia da história de Hayden White e debater mais intensamente com o relativismo filosófico, a fim de construirmos uma história a altura do nosso tempo, afinada com uma consciência científica mais contemporânea. Pensar a história como um exercício mais distópico, mais assustador e menos otimista ou vaidoso. A título de



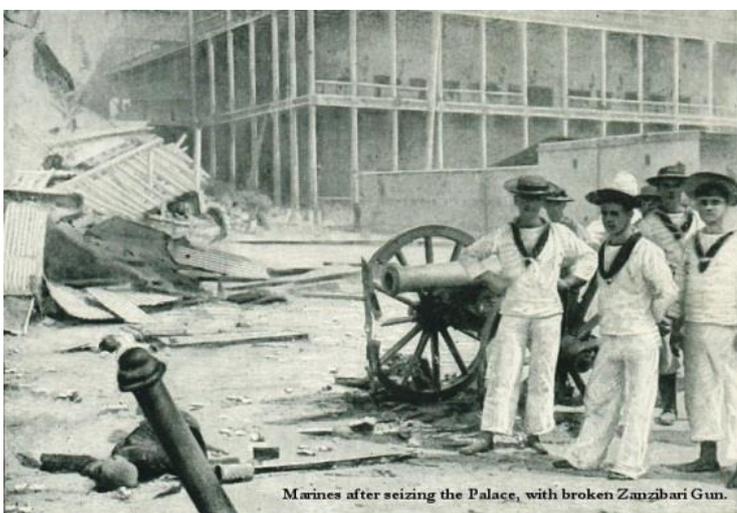
ponderação final, eu gostaria de ver escrita uma história dos homens como um apêndice do mundo natural e não como os senhores do topo da cadeia evolutiva e alimentar, uma história em que os vírus sejam protagonistas e os homens um mero acidente de percurso. Essa coisa de que a história é o estudo dos homens no passado é de uma arrogância e de uma ingenuidade sofrível. Diante dos problemas ecológicos e naturais que se colocam ao futuro da existência humana na Terra, ignorar morcegos, gatos, rios, pulgas, vírus e parasitas, mas também árvores, flores e plânctons é a meu ver um erro, pois no futuro eles serão objeto imprescindível para se compreender as mudanças verificadas nos costumes, na política e nas guerras do presente e do passado. Certamente não estou sendo de modo algum original nessa minha fala, provavelmente, porque a originalidade seja, também, um equívoco na história do pensamento.

· ACONTECEU · NA · HISTÓRIA ·



Quando se fala em Primeira Guerra Mundial é lembrada as grandes batalhas como Verdun, Somme, Passchendaele, Gallipoli, Marne. Muitas outras batalhas ficaram relegadas a um “segundo plano”, entre elas a Batalha de Lys, que marcou a derrocada do Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra. Considerado o pior desastre militar português desde Alcácer-Quibir, a Batalha de Lys confrontou uma força anglo-portuguesa contra as forças alemãs na região de Ypres, Bélgica.

Os portugueses, que estavam na linha de frente, somavam 15 mil homens e foram atacados por 55 mil alemães, que além de mais soldados, possuíam melhores armamentos. O Corpo Expedicionário Português foi desbaratado diante da força do ataque alemão. Após sofrerem quase 500 mortos e 6 mil capturados os portugueses abandonaram a batalha.



Marines after seizing the Palace, with broken Zanzibari Gun.

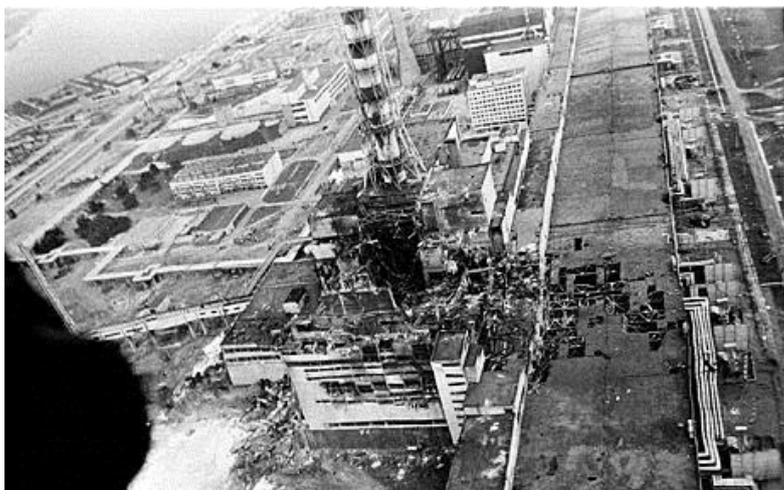
A Guerra Anglo-Zanzibar, travada em 1896, foi a guerra mais curta da História, que defrontou Zanzibar contra o Reino Unido e demorou aproximadamente 38 MINUTOS!!!!

A morte do sultão, Hamad bin Thuwaini, alinhado com os britânicos, foi sucedido por Khalid bin Barghash, contudo os britânicos preferiam que Hamad fosse sucedido por Hamud bin Muhammed, que poderia ser usado como “marionete” pelos britânicos. Não obstante, um dos requisitos para que um dos pretendentes ao cargo de sultão seria uma permissão do cônsul britânico, algo que Khalid não tinha.

Khalid invadiu o palácio e recebeu um ultimato para deixar o local. O mesmo juntou a guarda palaciana,

juntamente com uma força recrutada entre os civis e decidiu resistir.

O ultimato expirou às 9h02min (no horário local) e os ingleses iniciaram sua ofensiva. Um bombardeio naval foi realizado contra o palácio, o que anulou a artilharia e as metralhadoras das defesas. As defesas ainda tentaram resistir ao avanço das forças zanzibaris pró-britânicas, mas não conseguiram sustentar suas posições. Às 9h40min iniciou o cessar fogo com o fim do conflito. O saldo final de perdas foi de quase 500 defensores mortos e os britânicos contabilizaram um homem ferido. Khalid conseguiu refúgio no Consulado Alemão e o “sultão fantoche” Hamud atuou como um “marionete” para um governo britânico.



Em 26 de abril de 1986 ocorreu o maior acidente nuclear da história. Um reator nuclear da usina de Chernobyl, na União Soviética (atualmente é uma região da Ucrânia) explodiu sendo seguido por um grande incêndio que liberou uma enorme quantidade de partículas radioativas na atmosfera. Um relatório da ONU informou que 4000 pessoas morreram devido ao acidente e aos efeitos posteriores, mas muitos órgãos internacionais, como o Greenpeace, contestam este número, alguns deles estimando em até 100 mil pessoas mortas.

O reator que explodiu se encontra, até hoje, envolvido por uma grande estrutura de proteção contra radiação, chamado de sarcófago. A cidade de Pripyat, que era usada pelos trabalhadores da usina, se tornou uma cidade fantasma, e os cientistas calculam que a área só deve ser habitada novamente daqui a 900 anos.



Falamos atualmente da crise econômica no Brasil e na volta do “dragão” da inflação, recordamos de um passado, não tão distante, quando ocorreu dos maiores problemas inflacionários da História, que foi no Zimbábue, país localizado no sul da África. O principal problema para que surgisse a hiperinflação foi uma reforma agrária forçada, empreendida pelo ditador Robert Mugabe, iniciada em 2000. O Governo ditatorial “confiscou” as fazendas produtivas, que eram de propriedade de pessoas brancas, para distribuí-las entre os habitantes

negros.

Este evento acarretou na saída do Zimbábue de uma grande quantidade de pessoas com capital e conhecimento técnico, gerando desemprego dos antigos funcionários das fazendas e resultando numa drástica queda de produtividade agrícola, que é a principal item da economia zimbabuana.

Vamos aos números da hiperinflação...

Segundo o Banco Central do Zimbábue, em julho de 2008 a inflação mensal chegou a casa de 2.600,24%. Em 12 meses, a hiperinflação chegou a “apenas” 231.150.888,87%. Esta é a estimativa oficial, pois um instituto de economia dos Estados Unidos calculou que o custo de vida dos zimbabuanos aumentou, em 2008, cerca de 89,7 sextilhões por cento (89.700.000.000.000.000.000%). Na imagem temos uma nota de 100 trilhões de dólares zimbabuanos.



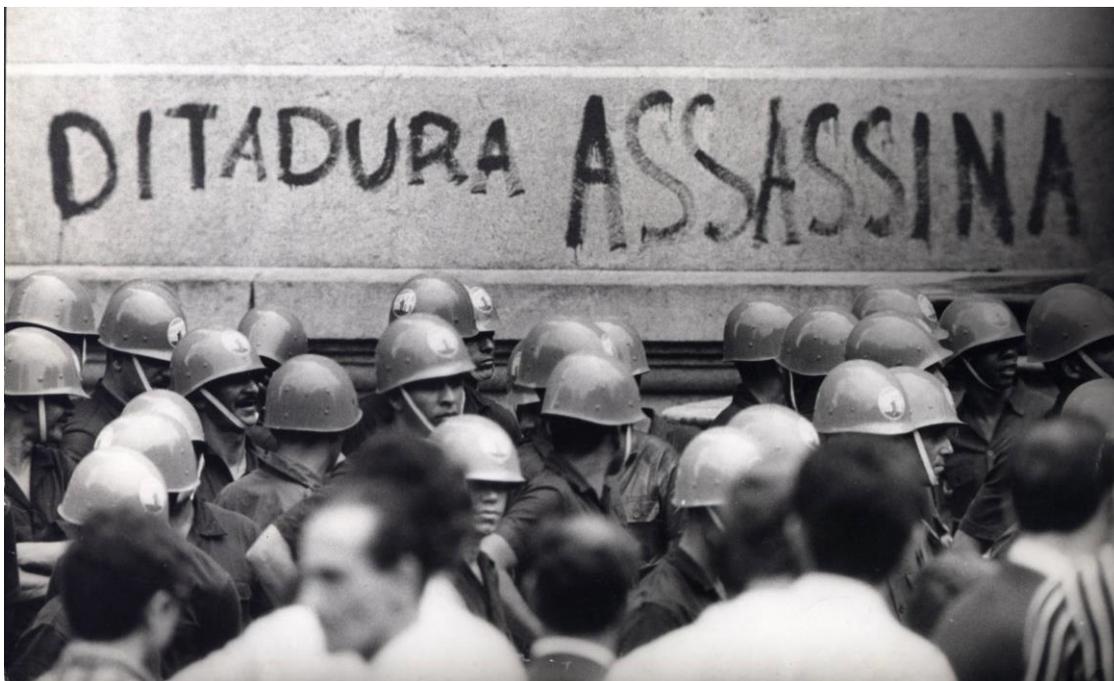
Em 14 de agosto de 1385 foi travada a Batalha de Aljubarrota, onde se defrontaram o exército português, liderado por Dom João I de Portugal, juntamente com seus aliados ingleses, contra o exército castelhano, liderado por Dom João I de Castela.

Utilizando da vantagem do terreno e da desorganização do ataque inicial da inimiga, os portugueses conseguiram uma vitória definitiva, que consolidou Dom João I, como rei de Portugal, fundando a dinastia de Avis.

O SAUDOSISMO CONTRA O DIREITO À MEMÓRIA E VERDADE: A DITADURA NO BRASIL E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Lucas Lindolpho¹

EM 1979, OS DITADORES PROMULGAVAM A LEI Nº 6.683, A LEI DA ANISTIA, QUE ANISTIAVA OS PRESOS POLÍTICOS, O OBJETIVO DOS MILITARES ERA CLARO: VIRAR A PÁGINA SOBRE DITADURA DA HISTÓRIA DO PAÍS E FAZER COM QUE OS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE FOSSEM ESQUECIDOS A PARTIR DE ENTÃO. DÉCADAS DEPOIS PERMANECE NA CABEÇA DE MUITOS BRASILEIROS A IDEIA DE QUE O PERÍODO FOI DE ‘ANOS DOURADOS’, DE UMA INTERVENÇÃO MILITAR, RESPONSÁVEL LIMPAR O PAÍS DOS COMUNISTAS E CORRUPTOS E QUE DEVE SER UM PERÍODO REVISITADO. NÃO À TOA, O NOVO GOVERNO ELEITO É O SEGUIR O IDEAL E QUE TEM MAIS MILITARES DESDE A REDEMOCRATIZAÇÃO. O SAUDOSISMO VENCEU O DIREITO À MEMÓRIA E A VERDADE? A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASILEIRA TEM RESPONSABILIDADE NISTO? SÃO QUESTÕES QUE O ARTIGO BUSCA FAZER BREVES REFLEXÕES.



Manifestação no Rio de Janeiro em 1968 contra a ditadura militar (Foto: Arquivo Nacional/Correio da Manhã)

¹ Organizador do II Colóquio Internacional sobre Violência Política no século XX na Universidade Federal Fluminense em junho de 2017; comunicador na mesa de Memória e ditadura da II Semana de História da UFRJ em novembro de 2017. E-mail: lucas.lindolpho@hotmail.com

A História que aqui será explorada poderia ser contada a partir de duas datas. A primeira é há 40 anos atrás com a promulgação da Lei da Anistia de 1979², considerado por muitos um dos marcos de abertura da Ditadura Civil-Militar brasileira, mas que exploraremos melhor mais para frente neste artigo. Já a segunda é mais recente, junho de 2013, data no qual o Brasil voltou a ser assombrado, pelo menos na teoria, com os horrores de um saudosismo popular em relação à Ditadura, aos militares e a volta dos mesmos que poderia ser realizada por uma suposta intervenção militar constitucional.

Começamos por 2013 então. Em junho daquele ano o Brasil vivenciou, pelo menos desde 1992 com o movimento Caras-pintadas³, a sua maior manifestação popular desde o processo de redemocratização. Nas ruas de todo o país, milhares de pessoas vivenciavam suas primeiras ações como *cidadãos combativos*. Convocadas

inicialmente pelo Movimento Passe Livre⁴, a população foi às ruas lutar contra o aumento das passagens, que em vários estados ocorriam de forma anual, abusiva e que ao mesmo tempo não eram revertidas na melhoria do transporte público.

Depois de muita pressão popular, diversos governos estaduais revogaram o aumento das passagens. Vitória do povo! Mas a luta estava encerrada? Não, pois como se ouvia pelas ruas e internet o gigante havia acordado, o povo havia finalmente entendido o seguinte dito “o povo unido jamais será vencido!”. E ali a pauta se estendeu, *não era só os 20 centavos*⁵, mas sim contra tudo que havia de errado no país; a corrupção, problemas na educação, na saúde, na segurança, ou seja, em todos os setores sociais e governamentais. E para os manifestantes que iam se aglomerando cada vez mais a cada ato, o grande culpado de todos esses problemas ia ficando claro, o Partido dos Trabalhadores (PT), que governava o país desde o ano de 2003 e que a época tinha como presidente Dilma Rousseff.

Dentro desses novos manifestantes que iam se aglomerando cada vez mais, grupos não tradicionais na política e sociedade brasileira iam

² A Lei da Anistia, Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 foi promulgada pelo então presidente militar João Figueiredo, e é reconhecida por muitas pessoas como um dos marcos do processo de refreamento da Ditadura Civil-Militar, pois em seu texto os militares anistiavam todos os que foram punidos de alguma forma por serem opositores à ditadura militar. No entanto, por mais que para muitos a lei possa ter um caráter dito progressista, ela é amplamente criticada por não atender a demanda popular da época de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

³ Movimento popular, liderado por estudantes, que tinha como principal objetivo o impeachment do então presidente da república Fernando Collor de Mello, que havia sido descoberto e denunciado em um esquema de corrupção.

⁴ Para conhecer mais sobre o movimento, acessar o portal oficial no seguinte link: <https://www.mpl.org.br/>.

⁵ Termo em referência ao grito que só ouvia pelas ruas de que não era só contra o aumento de 20 centavos, em média, das passagens de ônibus, mas sim por uma causa maior.

dando as caras, caso do MBL⁶, um dos grandes defensores e propulsores do processo de impeachment de Dilma, sacramentado em agosto de 2016. Outro caso que chamava bastante a atenção nesses “novos manifestantes” era o de adeptos e apoiadores de uma possível intervenção constituição militar⁷ para sanar todos os problemas do país, assim como defendem que os militares realizaram a partir de abril de 1964.

De fato, este último grupo, o dos pró-intervenção, estava longe de ser considerado tradicional tanto na política quanto na sociedade, pelo menos a partir de 1985, ano em que se encerrava os 21 anos sombrios de Ditadura Civil-Militar. Desde o início da redemocratização brasileira, grupos defensores dos militares no poder executivo haviam se retraído para seus âmbitos particulares, talvez por vergonha ou por temor de como seus discursos seriam entendidos pela sociedade. Pois bem, eles haviam até então, pois a partir de 2013

⁶ O Movimento Brasil Livre surgiu por volta do ano de 2014 dizendo ser um grupo apartidário e que tinha como principal luta o fim da corrupção e a defesa do liberalismo em amplas esferas da sociedade. Foi um dos propulsores das manifestações a favor do impeachment de Dilma Rousseff. Hoje em dia tem como principais coordenadores os jovens Kim Kataguirí, deputado federal por São Paulo pelo Democratas, e Fernando Holiday, vereador da cidade de São Paulo também pelo Democratas.

⁷ Aqui cabe realizar uma ressalva de que a Constituição brasileira não permite em nenhum artigo da mesma uma possível ação de intervenção por parte das Forças Armadas. Em reportagem ao portal da BBC Brasil, o constitucionalista Elival da Silva Ramos, da USP, aponta que segundo o artigo 142 da Constituição os militares são subordinados ao Presidente em exercício, logo qualquer feita sem autorização do mesmo se torna inconstitucional e ilegal.

passaram a se sentir cada vez mais confortáveis para expor seus ideais e desejos de volta dos militares ao poder. Isso acontecia pelo fato da existência de um político, àquela época deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, corroborar com essas ideias e assim se transformar em um grande símbolo para o movimento. Seu nome? Jair Messias Bolsonaro.

Bolsonaro que por diversas ocasiões durante os mais de 27 anos de vida pública defendeu o período de ditadura militar e até mesmo a tortura como método de obtenção de respostas em investigações. Uma das ocasiões mais famosas e marcantes aconteceu no dia 17 de abril de 2016, quando na votação pela abertura do processo de impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff, o político declarou seu voto em memória ao ex-coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra⁸, a quem o mesmo chamou de “o terror de Dilma Rousseff”, visto que ele é reconhecido por ter sido o torturador da então guerrilheira Dilma nos porões do Doi-CODI⁹ durante o período ditatorial.

⁸ Falecido no ano de 2015, aos 83 anos, o ex-coronel das Forças Armadas Ustra é o primeiro, e até agora único, torturador reconhecido pela Justiça brasileira. Condenado em 1ª instância no ano de 2008, recorreu às instâncias superiores, mas teve seu último recurso negado pelo Supremo Tribunal de Justiça em 2014, ano anterior ao de sua morte.

⁹ Da junção de dois órgãos do governo militar, Destacamento de Operações de Informações (DOI) e Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), o Doi-CODI foi um dos principais órgãos de aparelho repressivo de

Bolsonaro que desde o fatídico episódio passou a ser chamado de mito por seus seguidores, se elegeu como o 38º Presidente do Brasil, tomando posse já no 1º dia de 2019. Em seu mandato terá ao seu lado a bancada congressista mais renovada nos últimos 20 anos, mas também a mais conservadora desde a redemocratização, conforme aponta o DIAP¹⁰ em sua análise sobre o processo eleitoral de 2018. Além disso, além de seu vice que é um general, Bolsonaro conta com 5 militares em seu corpo ministerial, o maior número desde o período ditatorial brasileiro.

Ao analisar estas questões expostas anteriormente, pode se pensar que houve um desejo por parte da população brasileira de dar uma guinada de fato à um momento mais conservador e de alguma forma tentar reaver no governo Bolsonaro uma espécie de retorno ao progresso que defendem ter existido durante o período dos militares no poder. Disto, passa a surgir o questionamento: por qual motivo, 34 anos após o fim do período ditatorial, ainda existe uma espécie de saudosismo, de valorização de algum ou vários aspectos de um dos períodos mais sombrios de nossa história?

Como esta pergunta é complexa, há possibilidade de existirem várias respostas para a mesma, no

todo o período em que os militares estiveram no poder. Inicialmente sendo reconhecido pelo local onde os presos eram enviados para prestar declarações, foi na realidade um local marcado cenas de tortura e execuções de inimigos políticos dos governantes da época.

¹⁰ Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

entanto para este artigo abordo uma das possibilidades, o que o campo do Direito chama de **Justiça de Transição**. Mas o que seria a Justiça de Transição?

A ideia de Justiça de Transição

O primeiro ponto que deve se abordar aqui é acerca da diferenciação entre o que é a Justiça de Transição e o processo de transição da ditadura para a redemocratização, questões que são diferentes, mas que podem ser facilmente confundidas se não forem explicadas previamente.

O processo de transição da ditadura para a redemocratização, concretizado em 1985 com a subida de um presidente civil ao poder, se iniciou por volta de 1974 durante o governo de Ernesto Geisel. Este processo é marcado por uma série de ações governamentais que tinham como objetivo passar o poder para as mãos dos civis, mas como o lema militar apontava, de forma lenta, gradual e segura. O grande marco desse processo de transição se encontra no ano de 1979, com a promulgação da Lei da Anistia, já citada no início deste artigo, que consistia na anistia de todos os indivíduos que foram presos por crimes políticos ou motivações políticas entre os anos de 1961 e 1979, incluindo a anistia prévia aos militares que eram acusados de prática de tortura, mas excluindo todos os que foram presos por acusação de práticas terroristas.

Na outra ponta da questão está a ideia de Justiça de Transição, conceito criado em 1991 por Ruti Teitel, fundadora da Sociedade Americana de Direito Internacional. Basicamente, o conceito tem como definição ser um elemento aglutinador de movimentos que buscavam e buscam esclarecer e responsabilizar personagens marcados pela violação dos Direitos Humanos. Sua primeira experiência internacionalmente reconhecida está no Tribunal de Nuremberg, que teve como objetivo julgar e condenar as lideranças políticas e militares nazistas após a Segunda Guerra Mundial. A partir do ano de 2004, a ONU passou a adotar este conceito, fazendo com que a Justiça de Transição se expandisse para novas demandas que viessem a surgir, no entanto cabe aqui ressaltar que isto só é possível pelo fato de este conceito não representar um modelo fechado em si, mas sim uma espécie de prática em defesa dos Direitos Humanos.

Especialistas da área defendem que por mais que a Justiça de Transição não represente um modelo fechado, é essencial para um bom funcionamento da mesma a atenção em alguns pilares, são eles: justiça; reparação; memória e verdade, reformas institucionais e, por fim, reconciliação.

Visto que o principal questionamento deste artigo e pesquisa é buscar um certo entendimento sobre os fatores que levam parte da sociedade brasileira possuir um saudosismo em relação ao período militar, o pilar da memória e justiça foi colocado aqui em plano principal, por mais que todos

sejam extremamente importantes e tenham que ser colocados em prática de forma concomitante. Cabe, inclusive, neste espaço ressaltar que a ONU considera que a ausência de memória e verdade em um Estado-Nação é uma grave violação dos Direitos Humanos Internacionais, visto que somente a mesma permite a existência de múltiplas histórias capazes de evitar com que o passado se apague. Mas e o Brasil, teve um processo de Justiça de Transição? Se sim, focou também numa preservação da memória e da verdade? É isto que buscaremos expor a seguir.



Charge de Carlos Latuff / 2018

A Justiça de Transição brasileira

A justiça transicional brasileira tem como ponto de início a já bastante referida neste artigo **Lei da Anistia de 1979**. Além de todas as questões que

aqui já foram expostas, é necessário que se exponha que a mesma sofre diversas críticas desde a sua promulgação, pois já em seu inciso 1º os agentes torturadores da ditadura foram anistiados. Este fato levou a OAB a questionar no STF a validade da lei, visto que ela acabava por beneficiar os criminosos estatais do período ditatorial. Com o recurso negado pelos ministros do STF, houve a crença de que a mensagem que o Estado brasileiro estava passando é a de que não reconhecia ser culpado de nenhuma violação dos Direitos Humanos ao longo de sua história.

16 anos depois, em 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, veio a segunda ação da justiça transicional brasileira, a **Comissão especial de mortos e desaparecidos políticos**. Já de início foi responsável por reconhecer cerca de 136 mortos políticos durante o período ditatorial. Além disto, a comissão teria como responsabilidade o reconhecimento, após análises, de novos mortos políticos, assim como a recomendação de indenizações financeiras às famílias dos mortos. Ao mesmo tempo, esta comissão apresentou alguns problemas como a não obrigação do Estado em identificar os agentes torturadores o ônus da prova de que um determinado cidadão brasileiro foi morto pelos ditadores ficava a cargo da família; a não tinha autorização para obrigar a busca dos corpos de desaparecidos e, por último, permitia que o pedido de reconhecimento de um desaparecido, e possivelmente morto, fosse feito apenas por um

familiar do mesmo, o que acabou por impedir que esta importante questão ganhasse um caráter público a qual merece. Por fim, por mais limitações que tenha tido teve como resultado a investigação e julgamento de 329 casos, dos quais cerca de 228 tiveram direito a indenizações.

A justiça transicional brasileira não parou por aí e já ao fim de seu governo, em novembro de 2002, Fernando Henrique Cardoso sancionou a **Lei 10.559/02**, que instituía o regime de anistiado político no Brasil. A partir desta lei, o indivíduo que havia sido exonerado de forma autoritário de seu cargo público e que fosse considerado anistiado, poderia requerer sua reintegração ao serviço público ou solicitar que fosse contabilizado o tempo de serviço que havia perdido. Dentro disto, os que conseguiam comprovar que possuíam tal vínculo empregatício eram privilegiados. Por fim, a lei também permitia que os anistiados políticos fossem reparados de forma indenizatória, assim como a comissão de 1995 havia feito. De toda forma, pela primeira vez, esta lei representou um avanço na obtenção da propagação da memória e verdade no Brasil, já que criou as caravanas da anistia, que realizava audiências públicas pelo país no intuito de tentar resgatar a memória acerca do período ditatorial.

O grande avanço em direção à efetivação do direito a memória e a verdade histórica vai ocorrer em 2011, no governo de Dilma Rousseff, quando é promulgada a Lei 12.528/11, que

instituiu a **Comissão Nacional da Verdade (CNV)**, que tinha como principal objetivo examinar e esclarecer as violações dos Direitos Humanos entre os anos de 1946 e 1988, mas dando um enfoque no período de ditatorial militar, ou seja, entre 1964 e 1985. Buscava-se através dela expor as violações do período, os violadores e os locais onde ocorreram.

A lei que instituiu a CNV era clara, não dava nenhum poder de punição ou julgamento, apenas recomendações ao Estado brasileiro para evitar repetição de uma situação de autoritarismo. A princípio o direito à memória e verdade estava próximo de ser efetivado e para isto se dividiu a comissão em grupos de trabalho temáticos, que acabaram por encontrar alguns obstáculos impostos por militares que não tinham interesse em ver o passado revisitado¹¹. No entanto, por mais obstáculos que tenha enfrentado, a comissão obteve resultados significativos como a confirmação de aproximadamente 434 pessoas mortas ou desaparecidas, cerca de 373 agentes estatais responsabilizados; a recomendação de que o Estado brasileiro tem como obrigação reconhecer a responsabilidade das Forças Armadas em atos de tortura; assim como a recomendação de responsabilizar juridicamente órgãos e agentes estatais por atos de tortura.

¹¹ Alguns exemplos de obstáculos impostos pelos militares foram: a não autorização da entrada de membros da comissão da verdade em órgãos militares; desrespeito às ordens judiciais, o não comparecimento em sessões que haviam sido convocados para prestarem declarações.

De fato, a Comissão Nacional da Verdade representou um grande avanço para a efetivação do direito à memória e verdade, assim como para evitar que um passado de autoritarismo venha a se repetir mais a frente, no entanto, este foi um pequeno passo dado pelo Estado brasileiro em direção a um futuro de uma democracia completa.

Se fizermos uma análise histórica em relação a Justiça de Transição brasileira, observaremos que desde seu início, em 1979, até 2012 com a CNV, a mesma teve uma grande evolução, mas que, mesmo assim, não foi suficiente. Do ponto de vista positivo, desde 1995, podemos observar que o Estado brasileiro aos poucos foi se responsabilizando pelas graves violações aos Direitos Humanos e que começou a construir uma base para a efetivação da memória e verdade histórica no país. Ao mesmo tempo, do ponto de vista negativo, observou-se que ao longo da justiça transicional houve uma opção estatal pela reparação, em sua grande maioria de forma indenizatória, que quando feita de forma isolada se torna totalmente improdutiva. Outro ponto deve ser falado está na questão de que 34 anos após o fim da ditadura militar, nenhum agente estatal, foi julgado e condenado a prisão pelos crimes contra a humanidade que cometeu.

A justiça transicional não proporcionou uma política pública que trouxesse à tona para sociedade discussões capazes de trazer reflexões acerca do passado de violência que o país viveu durante seu período ditatorial. Dessa forma, a

Justiça de Transição abriu brecha para que os crimes contra a humanidade fossem apagados tanto da história do país quanto da memória social brasileira.

Além disso, permitiu que fosse criado e fortalecido, com o passar dos anos, um sentimento de saudosismo do período em que os militares estiveram no poder. Foi apenas no momento em que o Estado brasileiro passou a garantir o direito à memória e à verdade através da criação da Comissão Nacional da Verdade que, vozes, que até então eram silenciadas, passaram a ser ouvidas e começaram a questionar a ausência das violações dos direitos humanos na história da ditadura militar. História esta que o Estado brasileiro construiu junto dos militares, responsáveis pela Lei da Anistia, e da Justiça de Transição, limitada apenas a reparações basicamente.

A rememoração dos crimes contra a humanidade é extremamente importante, pois faz com que venha à tona o fantasma da desonra e a perda de glória, evitando ao máximo possível que seja observado um saudosismo recorrente em relação aos militares no poder, assim como mancha para a eternidade o histórico de legalidade e defesa da democracia que é associada aos responsáveis por transformar 21 anos da história republicana brasileira em um período de dor, tristeza e violência.

Portanto, se o Estado brasileiro possui um compromisso com a memória, com a verdade, com sua sociedade e principalmente com a democracia, é necessário que reveja a Lei da Anistia, para que os agentes repressores da ditadura militar tenham a oportunidade de serem punidos por seus crimes imprescritíveis. Se serão punidos ou não pela justiça dos homens, isto é uma outra história. De certo é que a História não perdoa violências contra a democracia e mais cedo ou mais tarde, os julgará e os condenará para a eternidade.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm . Acesso em 08 de janeiro de 2019.

BRASIL. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9140compilada.htm . Acesso em 08 de janeiro de 2019.

BRASIL. Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm . Acesso em 08 de janeiro de 2019.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112528.htm . Acesso em 08 de janeiro de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Aplicación de la resolución 60/251 de la asamblea general, de 15 de marzo de 2006, titulada "Consejo de Derechos Humanos". El derecho a la verdade. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/46822ce22.html> . Acesso em 09 de janeiro de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf> . Acesso em 09 de janeiro de 2019.

Referência bibliográfica

ABRÃO, Paulo et alli. Justiça de Transição no Brasil: O Papel da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. In: Revista Anistia Política e Justiça de Transição. Brasília: Ministério da Justiça, n.º 01, jan/jun 2009, p.15

ARAÚJO, Maria Paula. Anistia no Brasil: história e memória. In: MARTINS, Antônio et alli. Justiça de transição : análises comparadas Brasil-Alemanha. Brasília : Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2015. p. 64-81

BIDNIUK, Gabriela da Rosa. Justiça de Transição no Brasil. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 11 fev. 2012. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=1055.35769&seo=>>. Acesso em 07 de janeiro de 2019.

BRASIL. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Brasília, 2007, 400p.

CAMARGO, Alessandra Lopes. O dever de memória do Estado no processo de justiça de transição no Brasil. Ideias, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 249-270, out. 2016. ISSN 2179-5525. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/2291>. Acesso em 07 de janeiro de 2019.

CASTILHO, Nathalia Martinuzzi. Justiça de transição, memória e verdade e os caminhos da integração latino-americana. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=6374e3ddc6da019b>. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br> . Acesso em 09 de janeiro de 2019.

DE CASTRO, Carla Appollinário; DE LIMA, Rafael José Abreu. A experiência latino-americana de justiça de transição: uma reflexão comparativa à luz dos Direitos Humanos. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. ISBN: 978-85-7205-159-0 . Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/LIMA_APPOLLINARIO_SP18-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

DE LIMA, Jozely Tostes. O que é Justiça de Transição?. In: Revista Projeção, Direito e Sociedade. V.3, nº2, Grupo Projeção. 2012, p.30-44. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao2/article/view/277/206> . Acesso em 09 de janeiro de 2019.

DE MELO, Ezilda Claudia; DE MIRANDA, Andrea Tourinho Pacheco. O direito à memória e à verdade como direitos essenciais ao processo de democratização do país. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=29a6aa8af3c942a2>. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

GALLO, Carlos Artur. Do luto à luta: um estudo sobre a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. Anos 90, Porto Alegre, v. 19, n. 35, p. 329-361, jul. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/29101/24265>. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

GUTMAN, Julia Santa Cruz. DIREITO À VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA. Uma análise da Justiça Transicional e das Comissões da Verdade. Disponível em: http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2014/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Julia%20Santa%20Cruz%20Gutman.pdf. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

PIOVESAN, Flávia. Justiça de Transição e o direito internacional dos direitos humanos. In: O Direito Achado na Rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. V.7, Brasília, DF: UnB, 2015. p. 177-180

ROTTA, Vera. Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Acervo, Rio de Janeiro, v.21, n2, p.193-200, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/302> . Acesso em 09 de janeiro de 2019.

_____; COELHO, Maria José H. (orgs) Caravanas da anistia : o Brasil pede perdão. Brasília, DF : Ministério da Justiça ; Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012.

SOUSA, Arnaldo Vieira. Nuremberg e os crimes contra a humanidade. In: O Direito Achado na Rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. V.7, Brasília, DF: UnB, 2015. p. 173-176

STAMPA, Inez Terezinha; CÂMARA RODRIGUES, Vicente Arruda. JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL: direito à memória e à verdade como elemento-chave. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas . 2013. São Luís- Maranhão – Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/justicadetransicaoabrasildireitoamemoriaeaverdadecomoelemento-chave.pdf> Acesso em 09 de janeiro de 2019.

TORELLY, Marcelo Dalmas. Justiça de Transição – origens e conceito. In: O Direito Achado na Rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. V.7, Brasília, DF: UnB, 2015. p. 146-152

TORELLY, Marcelo Dalmas. Justiça transicional e estado constitucional de direito: Perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/8599> . Acesso em 09 de janeiro de 2019.

ZAGO, Rodolfo Barbosa. Direito à memória e à verdade. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 29 maio 2012. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.37262&seo=1>. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito In: REÁTEGUI, Félix (org). Justiça de transição : manual para a América Latina. Brasília : Comissão de Anistia, Ministério da Justiça ; Nova Iorque : Centro Internacional para a Justiça de Transição , 2011. P. 47-72

Sites consultados

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/> . Acesso em 09 de janeiro de 2019.

DA FONSECA, Marcelo. Nem a Comissão da Verdade teve acesso a arquivos do Tribunal Militar. Estado de Minas. Março de 2017. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/03/17/inter_na_politica,854998/nem-a-comissao-da-verdade-teve-acesso-aos-documentos.shtml . Acesso em 09 de janeiro de 2019.

FELLET, João. A constituição prevê a possibilidade de uma intervenção militar?. BBC Brasil. Junho de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44335337>. Acesso em 07 de janeiro de 2019.

Jornal Zero Hora. Morre Brilhante Ustra, primeiro militar reconhecido pela Justiça como torturador. Outubro de 2015. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/10/morre-brilhante-ustra-primeiro-militar-reconhecido-pela-justica-como-torturador-4878701.html> . Acesso em 09 de janeiro de 2019.

MACEDO, Fausto. 'Ustra é o único declarado judicialmente torturador', diz militante. O Estadão. Outubro de 2015. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/ustra-e-o-unico-declarado-judicialmente-torturador-diz-militante/> . Acesso em 09 de janeiro de 2019.

PEDUZZI, Pedro. "Não colaboro com o inimigo", diz militar convocado pela Comissão da Verdade. Portal EBC. Setembro de 2014. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/09/nao-colaboro->

[com-o-inimigo-diz-militar-convocado-pela-comissao-da-verdade](#) . Acesso em 09 de janeiro de 2019.

Supremo Tribunal Federal. STF é contra revisão da Lei da Anistia por sete votos a dois. Abril de 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125515> . Acesso em 09 de janeiro de 2019.

<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/28530-novo-congresso-veio-pior-que-a-encomenda>

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/28/politica/1546031720_659375.html

O PATRIARCA NA VISÃO DE GILBERTO FREYRE

Mario Jorge Carneiro Duarte Bomfim¹

O PRESENTE TRABALHO TEM POR OBJETIVO TRATAR DE UMA FIGURA IMPORTANTE E PARADOXAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA COLONIAL, O PATRIARCA, QUE, ALÉM DE HABITAR O IMAGINÁRIO DOS HOMENS DA ÉPOCA COMO “O SENHOR”, “O VILÃO”, SENDO TAMBÉM O GRANDE ALICERCE DE UMA SOCIEDADE CUJO PODER CENTRAL ESTAVA EM OUTRO CONTINENTE, FOI TAMBÉM RESPONSÁVEL POR GARANTIR ASSISTÊNCIA E ORDEM PARA AQUELES QUE ESTIVESSEM EM SEU REDUTO DE INFLUÊNCIA. SENDO ASSIM, AUTORES COMO GILBERTO FREYRE, FOCO DESTE TRABALHO, ATRIBUIU AO PATRIARCA CARACTERÍSTICAS ANTAGÔNICAS E COMPLEXAS, PARA AFIRMAR QUE A SOCIEDADE ERA TÃO COMPLEXA QUANTO AQUELE QUE A REGIA, SEJA NO ÂMBITO INTERNO (SEU LAR) QUANTO NO EXTERNO (SEU REDUTO).



¹ Autor. Graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Católica do Salvador
Mestrando em Família na Sociedade Contemporânea - UCSal marinhobomfim@hotmail.com



1. Introdução

Na história social brasileira, principalmente naquele período marcado pela colonização portuguesa, nenhuma figura parece ser tão paradoxal, e ao mesmo tempo importante, quanto o patriarca. Tamanha a importância que chegou a ser comparado com o próprio surgimento da civilização ocidental (FREYRE, 1983). Mas, quem seria então este pai, que desconhecia rival quanto sua influência e importância política? Ele era justamente aquele que ocupava o centro do núcleo familiar, no período colonial, sendo o principal alicerce de uma sociedade ausente de um poder presente, numa esfera mais ampla. O patriarca tem para a sua casa, a mesma importância a que um governo tem para o seu país.

É importante salientar que este estudo, tem como principal objetivo abordar a construção desta figura apenas nas famílias aristocráticas brasileiras, que também foram objeto de pesquisa de Gilberto Freyre na trilogia *Casa-grande e Senzala* (1983), *Sobrados e Mocambos* (2003) e *Ordem e progresso* (2004). Entretanto, este arranjo familiar, mesmo sendo uma das formações familiares mais antigas no Brasil, tem sua ambientalização quase que restrita ao núcleo rural do país.

Uma vez que esses estudos fazem referência a uma tipologia familiar que tem como representação o patriarca, não se pode dizer, no

entanto, que seja um estudo simples. A complexidade do tema está em compreender como uma figura que foi posta quase que em estado de vilania foi tão importante para o desenvolvimento do país, naquele período, além de ser mantenedor da ordem e centro da organização social.

Também não quer dizer que ao afirmar a importância deste modelo familiar, o estudo esteja desconsiderando as outras formas de família, aos quais outros segmentos sociais como negros escravos e famílias urbanas ou semi-urbanas elaboraram dentro dos seus núcleos familiares. A respeito disso, o livro de Jéferson Bacelar *A Hierarquia das Raças – Negros e Brancos em Salvador*, retrata a formação familiar das mulheres da região do recôncavo, principalmente em Cachoeira, que ficaram com o papel central na família, uma vez que seus maridos migraram para São Paulo ou Salvador, buscando trabalho, não mais retornando ao seu lugar de origem (BACELAR, 2001).

Outro autor que se propôs a estudar a temática foi Thiago Luis Magalhães Silva em *Família, cotidiano e vida privada* mostrando um posicionamento que se difere da maneira tradicional de olhar os agrupamentos familiares, ou seja, ele afirma que embora a maioria ainda mantivesse o sistema patriarcal, era “ingênuo” pensar que foi somente a única, devido a grande extensão do território e a grande diversidade aqui existente. Este modelo patriarcal era muito mais presente na região nordeste devido às fazendas de



plantação da cana-de-açúcar. No entanto, na região sul, nos séculos XVIII e XIX, eram mais comuns famílias menores e de estrutura mais simples, sem o mesmo grau de hierarquização e complexidade.

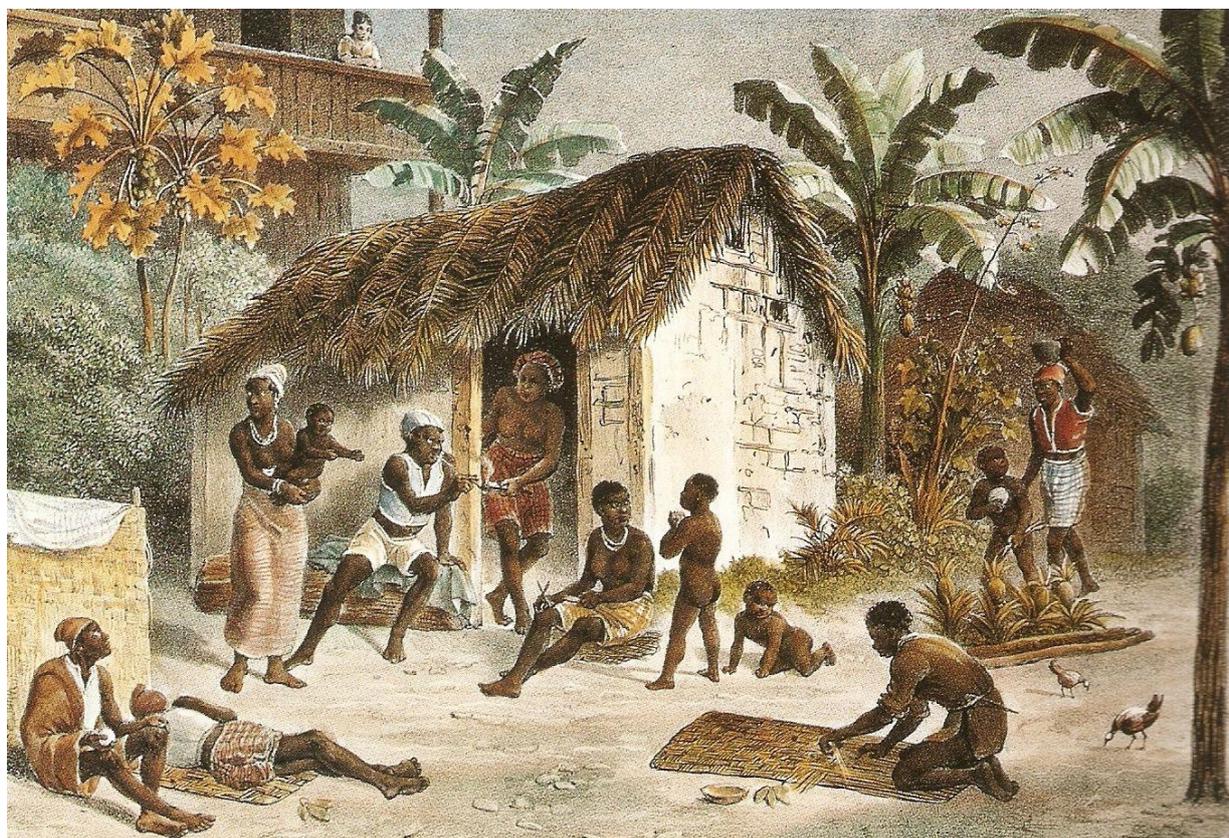
Sendo inegável que o modelo patriarcal não tenha sido único em toda sociedade brasileira, concordando, inclusive, com os autores que

retratam as outras tipologias familiares, me volto ao olhar de Freyre sobre a sociedade aristocrática colonial e rural, numa tentativa de entender este arquétipo de homem, que foi retratado com destaque por este autor, tomando os devidos cuidados, uma vez que compreendo os papéis históricos de cada personagem como fruto do seu tempo.

2. Da “Casa-grande e Senzala” ao “Povo Brasileiro”

Casa-grande e Senzala, um dos trabalhos usados como base para este estudo, foi escrito em um determinado momento em que a historiografia brasileira estava preocupada com a questão da formação de uma identidade nacional. O estudo de Freyre não foi o único neste sentido. Colaboravam com a ideia autores como Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), e Caio Prado Júnior

(*História Econômica do Brasil*), sendo eles responsáveis por utilizar uma metodologia de resgate ao passado para interpretação do presente, sendo que, compreender e exemplificar uma característica comum para a formação da identidade nacional seria, naquele momento, representar a visão de um determinado grupo social sobre um determinado momento da história.





Nestes autores, a questão da miscigenação como identidade brasileira estava sendo passada de forma sutil e ausente de conflitos sociais, visto que, até a questão do português enquanto “branco” é relativizada com a miscigenação com os mouros (FREYRE, 1983). Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro, convergem em vários pontos de sua obra, sendo que, os principais dizem respeito à família patriarcal, a cultura da personalidade e à miscigenação. Não por acaso, estes autores são duramente criticados pela nova historiografia, principalmente pelos setores ligados aos estudos das lutas sociais e da Nova História Cultural, ao esconder a história conflituosa da formação da identidade brasileira.

Entretanto, não é objetivo deste trabalho aprofundar-se na crítica a determinada metodologia de análise, visto que até a década de 90 do século passado, entusiastas como Darcy Ribeiro, ainda corroboravam com este pensamento. Este trabalho tem como objetivo mostrar um dos arquétipos de homem que habitaram não só o imaginário, como os estudos sobre a formação do território nacional, o “pai patriarcal”. E, para este propósito, os estudos de Freyre, assim como os dos outros anteriormente citados, podem dar arcabouço ao trabalho se for compreendido como fruto do seu tempo e do pensamento de seu tempo.

Sendo assim estes autores relêem a história do Brasil de um novo lugar social, que é a universidade brasileira. Por sua vez, esta instituição tem suas normas, modelos, práticas e

preocupações, conjuntura que vai estruturar toda uma leitura de redescoberta das origens do país, na qual a sociedade figura como tema principal. Desta maneira, estes estudiosos percebem a história nacional não apenas através de sua política e de suas elites, mas também através de sua cultura, suas raízes e suas tradições.

Ao analisar o Brasil contemporâneo através do desenvolvimento de sua sociedade, estes pesquisadores exibem em seus trabalhos algo em comum, ao mesmo tempo em que diferenciam suas leituras através de suas referências teóricas, instrumentos metodológicos e demandas particulares. Devido a estas circunstâncias, o que se percebe são divergências e corroborações nos trabalhos propostos por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., que ao estudarem a temática das origens da sociedade brasileira, apresentam importantes obras para a historiografia nacional.

Porém, como o foco deste estudo é a figura do patriarca, o que realmente interessa é o ponto de convergência entre eles, no que diz respeito à questão da importância da família patriarcal na colonização e na formação da sociedade brasileira. Para Freyre, assim como para Sergio Buarque, a família rural é o grande agente colonizador do território. A família patriarcal é “o vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, que reuniu sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas”. (FREYRE, 1983. P.60)



Então, da *Casa-grande e Senzala* até *O Povo Brasileiro*, o estudo da família patriarcal e do patriarca, se mostra presente nas discussões, sendo estes autores ainda referência para os trabalhos nesta área, seja como ponto de

discordância ou como apoio teórico, o que, ratificando posicionamento acima, não é a proposta deste trabalho, e sim trazer a visão de Freyre sobre o tema em questão como fruto de seu tempo.

3. A visão de Gilberto Freyre sobre o Patriarca

Além de ser o centro do núcleo familiar, o que mais seria este pai? Gilberto Freyre na sua famosa trilogia *Casa-grande e Senzala*, *Sobrados e Mocambos* e *Ordem e progresso* deu algumas respostas para este questionamento, entretanto, chegar a um denominador comum sobre este tema é fazer um exercício de historicidade, uma vez que este pai é compreendido dentro de seu tempo e tem o seu espaço previamente recortado.

Tradicionalmente, a palavra patriarca encontrou uma conotação relacionada ao poder, a atividade de mandar. Então seria ele, na explicação de Giddens, além de outras coisas, “um detentor do poder, concentrador das atividades relacionadas ao mandar, ao gerir” (GIDDENS, 1993). Talvez por exercer esta função, quando analisamos esta figura com todo arcabouço teórico que temos hoje, a modernidade tenha se preocupado em atribuir traços de vilania e despotismo para o pai do período colonial.

Além das funções internas, ou seja, dentro do seu lar, este pai patriarcal tinha uma importância igualmente relevante nas suas funções

externas. Nas terras recém colonizadas, onde não imperava um governo forte e centralizado, eram as fazendas regidas por estes patriarcas que agregavam socialmente a população da região, além deles próprios serem as maiores referências políticas, econômicas e religiosas. Portanto, era este homem que detinha o papel de juiz, interventor, provedor, organizador e chefe de uma sociedade rude e belicosa, onde não era incomum a resolução de rixas em forma de banhos de sangue. Neste caso, era este patriarca que intervém, ao seu modo, para conter o furor social (FREYRE, 1983).

E como a proposta desta análise é entender o patriarca no seu tempo e produzido também pelas condições deste tempo, encontramos em Kátia Mattoso, no livro *Bahia – séc. XIX, Uma Província no Império* um elemento de comprovação da função ampla do papel do patriarca nesta sociedade, quando a autora afirma que os patriarcas preenchem as lacunas deixadas pela ausência e distancia do poder central (em Portugal), suprimindo esta necessidade e garantindo ao período algum tipo de ordem, pois, eram estes senhores que garantiam um auxílio médico, decisões políticas e intervenções nas desavenças cotidianas, na sua região de influência. Não por



isso, pode-se dizer que o poder local governou o país até a vinda da família Real portuguesa para o Brasil, mesmo que houvesse a presença dos governadores gerais.

Se pudermos atribuir um adjetivo ao patriarca nesta época, paradoxal se encaixaria perfeitamente. Como alguém que é escravocrata, racista, prepotente e normativo consegue ser elemento estrutural de um período da sociedade, servindo de preenchimento para a ausência deixada pelo poder central, sendo alicerce de um sistema social e econômico? É sem dúvidas um grande paradoxo. E tendo o patriarca este adjetivo, podemos atribuir também a sociedade. A sociedade colonial é tão paradoxal quanto aquele que a rege.

Gilberto Freyre não hesitava em afirmar que o patriarca expandia seus poderes para além dos muros da sua casa, atingindo parte da sociedade, atribuindo a esta figura responsabilidade no processo de formação da população brasileira. Segundo Freyre, os patriarcas deram o “contorno” da sociedade. Entretanto, não só do rigor de leis inflexíveis e pesadas se dava a atuação do patriarca, seja na família ou na sociedade. O caráter religioso estava inteiramente embutido nas ações destes homens. O catolicismo que, segundo Freyre, era o “cimento cultural” do povo brasileiro, deu grande base aos patriarcas e justificaram algumas de suas ações como bondosas, misericordiosas e de amor ao próximo, pois, “[...] não houve senhor branco, por mais indolente, que se furtasse ao sagrado esforço

de rezar ajoelhado diante dos nichos [...]” (FREYRE, 1983, p. 484).

Gilberto Freyre dedicou-se ao estudo da sociedade brasileira colonial, a partir da ação destes patriarcas, desde o momento de sua formação até sua queda, e por isso pode retratar definições do patriarca na visão de outras figuras do povo brasileiro. Além de promover o mestiço como participante da construção do país, e afirmar que a sociedade colonial era “tolerante socialmente e culturalmente familiar”, Gilberto Freyre defende a idéia de que o patriarca é o resultado mais efetivo da colonização. Pois além de garantir a ordem, a moral a ética e o desenvolvimento econômico, ele ainda conseguiu ser pai-marido, patriarca e senhor de sua mulher e filhos, garantindo a seguridade social destes. Para os membros de sua família, no entanto, essa figura representou diversas vezes tirania, abuso e autoritarismo, até o dia do declínio de seu simbolismo.

Na obra *Sobrados e Mocambos*, o declínio do patriarca se dá, entre outros fatores, pela substituição da importância do setor rural da sociedade pelo setor urbano, comparando o fim do poder local (senhores) com o fortalecimento do poder central (poder público), fazendo analogias entre Casa (poder privado) x rua (poder público). A ascensão do bacharel, como conseqüência do desenvolvimento das cidades, são para Freyre fatores determinantes para diminuição do poder do patriarca. Junto a isto, a necessidade da nova sociedade burguesa e capitalista em criar seus



vilões e antagonistas fez com que a figura do patriarca fosse “minada de norte a sul deste país” (FREYRE, 1983, p. 210), trocando os adjetivos que compuseram durante muito tempo as características sociais deste patriarca, como “provedor”, “benfeitor” e outros, passando a atribuir-lhe o papel de tirano, propagador de abusos. Além disso, do declínio do patriarca pode-se dizer que outras constatações podem ser observadas com mais força, como a emancipação feminina que até então, segundo Freyre era “uma doente, deformada no corpo para ser a serva do homem e a boneca de carne do marido”. (FREYRE, 2003, p.238). Junto a isso, o desenvolvimento da medicina apartada dos costumes rurais, o fortalecimento os colégios religiosos, que ocuparam o papel de educadores, já que este patriarca não dava mais conta. Dentro da visão de Gilberto Freyre, isto é retratado claramente no seguinte trecho:

Era o declínio do patriarcalismo. O desprestígio dos avós terríveis, suavizados agora nas vovós. O desprestígio dos “senhores pais”, que começavam a ser simplesmente “pais” ou “papais”. Era o menino começando a se libertar da tirania do homem [...] O filho revoltando-se contra o pai [...]. (FREYRE, 2003, p. 200).

Historicamente, este período de declínio do patriarca diz respeito e tem como principal artífice o republicanismo e os republicanos, condizendo com o fim da monarquia e instalação

de um modelo burguês de governo, dirigido por um eixo econômico diferente, não mais tendo o nordeste açucareiro e patriarcal como centro. Mesmo que este eixo de importância já houvesse sido deslocado há algum tempo, como a mudança de capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, por exemplo, o fim da monarquia, mais de cem anos depois foi o golpe mais pesado no sistema senhorial patriarcal.

4. Considerações Finais

O presente trabalho tem como principal foco o estudo daquele que ficou conhecido como Patriarca, tomando como referência principal Gilberto Freyre e suas análises na trilogia anteriormente citada, além de corroboradores com a ideia como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior.

É importante reiterar que o presente estudo não teve como objetivo agir de forma crítica quanto ao pensamento de Gilberto Freyre, no que se refere à concordância dos seus estudos, muito embora deve-se admitir que se trata de uma importante obra, fruto de um momento historiográfico “singular” que, portanto, merece ser analisado. A escolha pelo tema, trata-se pela complexidade deste patriarca que conseguiu estabelecer um paradoxo entre o arquétipo do homem “Senhor”, “Provedor”, “detentor do poder” e o subserviente aos preceitos cristãos, protetor do lar e defensor da moralidade e justiça dentro do seu reduto.



Sendo, na visão de Gilberto Freyre, o maior resultado da colonização portuguesa no Brasil, o patriarca manteve sua simbologia atuante tanto na colônia, como também no Brasil independente, dentro de um sistema monárquico, chamado por Freyre de uma “forma autoritária de governo paternal” (FREYRE, 2004, p. 215).

Historicamente, este período de declínio do patriarca diz respeito e tem como principal artífice o republicanismo e os republicanos, condizendo com o fim da monarquia e instalação de um modelo burguês de governo. Porém, mesmo com o avanço da República, o paternalismo das Casas-grandes e do “Governo Paternal” não foram sufocados de vez, porque “tanto um como o outro paternalismo sobreviveram na república de 89 [...]” (FREYRE, 2004, p. 529). Prova disso são os governos longínquos do período da proclamação, como o segundo mandato de Getúlio Vargas e o de Juscelino Kubistchek, que parece dar margem ao retorno do “Grande pai”, protetor e zelador dos motes públicos, numa espécie de modelo revisitado do patrimonialismo do antigo regime brasileiro.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Jéferson. **A Hierarquia das Raças – Negros e Brancos em Salvador**. Salvador: Editora Pallas, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. São Paulo: Global Editora, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. São Paulo: Global Editora, 2003.

_____. **Casa Grande e Senzala**. 22. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1983.

GIDDENS, A. **A Transformação da Intimidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.

HOLANDA, Sergio Buarque. **O homem cordial**. In: *Raízes do Brasil*. José Olympio Editora; 1988.

MATTOSO, Kátia de Queiros. **Bahia – séc. XIX, Uma Província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

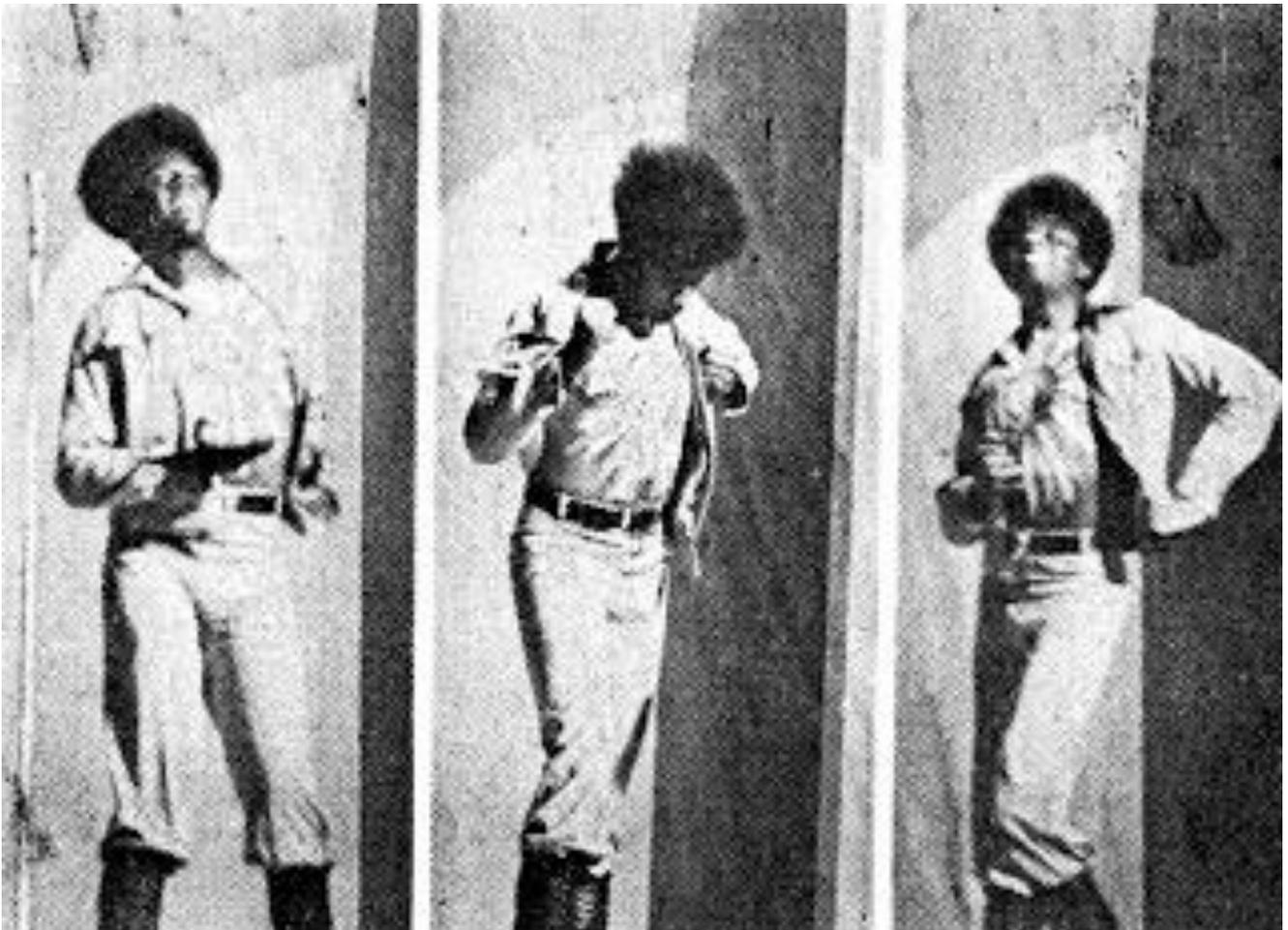
RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Thiago Luis Magalhães. **Família, cotidiano e vida privada**. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/familiacotidianovidaprivada.pdf> Acesso em 22 mar 2010, 13h22.



CONTESTAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DAS PERFORMANCES DE TONI TORNADO NOS ANOS DE 1970 A 1972.

Lediane Santos Oliveira¹



¹ Aluna do curso de licenciatura em história pela (UNEB), pesquisadora Fapesb e do projeto Laboratório de História: teorias e métodos para a abordagem de fontes audiovisuais, também é membro do grupo de pesquisa GETUneb Grupo de estudos do tempo presente - e-mail: leidy_bb18@hotmail.com



INTRODUÇÃO

“Quando duas mãos se encontram refletem no chão a mesma cor”

Toni Tornado

Depois do V Festival Internacional da Canção (FIC) realizado no Rio de Janeiro em outubro de 1970, a vida de Toni Tornado não seria mais a mesma. Chamado pela voz de Hilton Gomes, apresentador daquele festival, Toni Tornado juntamente com o Trio Ternura (Jurema, Jussara e Robson) subiu ao palco para interpretar BR-3, música de Antônio Adolfo e Tibério Gaspar. Uma *performance* de grande impacto estava prestes a acontecer, lançando artista e sua proposta musical para o sucesso, conquistando espaço na imprensa, rádio e televisão.

“Correndo pela estrada da vida”, com uma bota preta, calça boca de sino amarela, sem camisa, usando apenas um colete aberto também amarelo, um sol desenhado no peito, cabelo estilo Black Power com fortes influências de James Brown, Toni Tornado subiu as escadas do palco do Maracanzinho sob fortes vaias, começou a cantar com sua voz possante a música BR-3, enganou-se quem foi ver apenas uma apresentação musical, Toni Tornado fez muito mais que cantar. “Com uma valsa que se transformava em *soul*, Toni Tornado apareceu dando um coturno no chão, gritando, rodopiando e jogando os braços para todos os lados. Não cantava nada, mas sua *performance* era maravilhosa”, afirma Waldenyr Caldas, professor de sociologia da Universidade de São Paulo que estuda música popular brasileira. “Ele trouxe a *soul music* para o Brasil e inovou a

coreografia da MPB”.² Sua interpretação foi a marca da afirmação do orgulho de ser negro brasileiro.

No palco Toni Tornado colocou em evidência a estética corporal: cabelo, corpo e cor. A junção desses elementos aliados a *performance* musical deste artista impactaram a sociedade carioca, já que a década de 1960 ficou marcada pelos cabelos curtos ou alisados, seja pela utilização do denominado “ferro quente” ou pelo uso do laquê. A revalorização da cultura negra, proposta por Toni Tornado, trazia para sua interpretação esses elementos como um símbolo identitário. Além disso, esses símbolos eram entendidos como uma contestação social frente ao padrão racista, implícito ou explícito. O chamado *Black Power* aos poucos foi percebido como uma resistência ao modelo político vigente, pois artistas como Toni Tornado e Tim Maia perceberam o valor político que era associado aos alisamentos dos cabelos, por isso disseram não ao branqueamento.

Apropriando-se da corrida pela BR-3, a qual evidencia a letra dessa canção em questão, Toni Tornado fez de BR-3 a metáfora de sua vida, comparando-a com as dificuldades que passara e principalmente os preconceitos que sofrera, assim como a estrada da BR-3 que tirou e acabou com sonhos de muitos, ele também via seus desejos e anseios afogados pela Ditadura Militar³ vigente no

² Isto é Gente Disponível em:

<http://www.terra.com.br/istoegente/10/reportagens/rep_tornado.htm>. Acesso em: 13 de março de 2013.

³ Utilizo a expressão Ditadura Militar, presente no senso comum, porém a historiografia recente já destaca o caráter civil –miliar da ditadura que esteve vigente em todo período correspondente a atuação performática de Toni Tornado, ultrapassando o ano de 1972.



país naquele período, seja na estrada das diferenças raciais, das desigualdades sociais e, principalmente, pela falta de liberdade de expressão.

Além disso, tal música impactou todos que ali estavam, pois não se tratava de apenas mais um cantor, e sim de um negro que cantava e rodopiava no palco, um homem com mais de dois metros de altura, dançando, gritando e exaltando o corpo. Para as autoridades e a maioria da sociedade carioca mostrar o corpo era considerado uma afronta a moral e aos bons costumes, principalmente quando feita por um negro em um espaço público. (MELO. 2003: 365).

A conotação performática de Toni Tornado incomodou os governantes, a crítica deste artista foi interpretada como um chamado para o povo: lutar e mudar aquele governo ditatorial, que excluía, ditava ordens e dizia como viver. Quando o governo percebeu essa perigosa manobra crítica de Toni Tornado, com respaldo do Ato Institucional de número 5 (AI-5),⁴ tratou logo de conter maiores demonstrações de contestação. O artista em questão foi preso várias vezes, em entrevista ao **Programa do Jô** da Rede Globo de televisão, ele lembrou sua trajetória artística e contou que durante o período de sua prisão teve que cantar BR-3 tantas vezes que acabou criando repúdio pela música, afinal ser torturado por

aquilo que mais gosta de fazer é contraditório e cruel, mas Toni não abandonou os palcos.

Nesse sentido, é pertinente averiguar: como a *performance* de Toni Tornado se configurou como uma subversão ao regime militar do Brasil? Diante dessa problemática algumas hipóteses foram levantadas, a primeira diz respeito a sua cor, que de certa forma refletia uma busca de identidade negra afirmada e assumida. A segunda está relacionada a exaltação do corpo, que poderia ser um problema para as famílias da elite, já não estavam acostumados com tal postura. E por último, porém não menos importante, a clara referência ao grupo dos Panteras Negras dos EUA, poderia ser um fator preponderante para a temida revolução social presente em Toni Tornado.

A partir do levantamento bibliográfico e das observações feitas mediante a utilização de registros fonográficos, percebeu-se que as manifestações da cultura negra presentes nas *performances* e posteriormente nas letras das canções interpretadas por Toni Tornado, abarcavam representações da cultura negra articuladas nos Estados Unidos por artistas como James Brown. Uma disseminação que representou uma importante inovação no estilo de cantar do brasileiro, sob a influência de artistas como Jair Rodrigues, Elis Regina, Gilberto Gil, Caetano Veloso entre outros, e do próprio Toni Tornado. Além disso, foi percebido que o artista trouxe para suas manifestações artísticas elementos de suas vivências, assim suas experiências de vida estavam em constante diálogo com suas interpretações musicais. Por isso, além da leitura da bibliografia e análise de textos publicados pela imprensa, também as diversas entrevistas concedidas pelo artista ao longo de sua carreira revelam-se materiais fundamentais para este

⁴ O Ato Institucional nº 5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duradouro, dando poder de execução aos governantes para punir arbitrariamente ao que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 12 de março de 2013.

estudo, combinando-se com a análise e escuta atenta dos registros audiovisuais.

MÚSICA E HISTÓRIA: DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA A BLACK MUSIC.

A canção popular em sua maior parte atende aos anseios humanos, por exemplo, aquelas produzidas durante o regime militar no Brasil, como a já mencionada BR-3, apareciam como um grito de liberdade e luta pela igualdade frente ao modelo de governo vigente. A música sob esse contexto poderia estar relacionada tanto aos movimentos políticos e econômicos quanto aos sociais, “A MPB tinha uma inspiração revolucionária, e se não fosse política e a cooptação industrial cultural, teria desempenhado a tarefa [...] de ser trilha sonora da revolução brasileira” (NAPOLITANO,2005:67), dentre seus primeiros representantes destaca-se Chico Buarque, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Elis Regina, entre outros . Dessa forma, este conjunto de representações realizadas pelos adeptos da MPB da década de 1970 traduz a mais clara expressão de indústria cultural que viu nessas produções um bom comércio.

No Brasil isso se reflete nos adeptos do Tropicalismo, que “realizou a crítica através da invenção, do estranhamento, trabalhando a consonância entre música, poesia, dança, canto e roupa” (CORREA, 2011:78). O que possibilitaria logo na sequência o afloramento da *Black Music* no Brasil, que também contou com um certo exagero de cores, vestimenta e sonoridade reformulando o cenário musical da música brasileira. Além disso, foram introduzidos nessas canções instrumentos musicais como os metais, *performances*, sons entre outros, mesclando a cultura estrangeira com a cultura nacional, resultando assim em um novo estilo musical.

Nesse sentido, com um estilo musical associado ao ritmo estadunidense, a chamado *Black Music*⁵ aparece justamente como uma junção do *funk* e do *soul* pelo qual Toni Tornado brilhou nos palcos. Esse estilo era novo aos ouvidos da sociedade brasileira, sendo percebido como um grito de liberdade. Toni junto com Jair Rodrigues e Elis Regina mostrou nos festivais da canção uma nova forma de cantar, apresentando uma interpretação mais aguda, porém ele se destacava não apenas por sua voz forte, mas também por sua *performance* mesclada entre a cultura dos negros e as influências artísticas norte-americana de James Brown. Foi no final da década de 60, que o *black music* começou surgir no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, com bailes embalados pelo ritmo soul, e aos poucos ocupando espaço na mídia com lançamentos de artistas, compositores e interpretes no festivais de música.

Deve-se notar que a cultura negra presente nas canções interpretadas por Toni Tornado estará nas apresentações do Tim Maia, Gerson King Congo, também no início da década 1970. Essas

⁵ A **BLACK MUSIC** não é apenas uma música de raízes negras. É uma cultura musical que nasceu da work songs, canções entoadas por escravos africanos nas plantações do Sul dos Estados Unidos, originando o jazz, rythm blues, blues, spirituals, gospel, soul music e funk e tantos outros ritmos carregados de melodias e mensagens com características marcantes. Foi chamada de race music (música da raça) e a partir dos anos 40, foi oficializada **BLACK MUSIC**, pela Revista Billboard. Entre seus representantes estão Diana Ross, The Temptations, Smoky Robson, Aretha Franklin , Tina Turner, Paul Simon, Sade e Earth-Wind and Fire. No Brasil ficou difundida pelos trabalhos de Tim Maia, Jorge Benjor, Cassiano, Gerson King Combo, Simonal e Toni Tornado. Disponível em: <<http://visitesaopaulo.com/blog/index.php/2011/11/bira-bossa-jazz-e-izzy-gordon-abrem-em-sao-paulo-o-black-in-concert/>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2013.

canções eram embaladas pelo ritmo do *soul*, e traziam de forma direta ou indireta uma concepção de ideologia negra, de liberdade, de busca de novos caminhos e principalmente de novas possibilidades de luta. Esses artistas inovaram referenciando na cultura afro o desejo de cada negro em lutar por dias melhores e representaram a esperança de muitos indivíduos afogados com as “prisões” do Regime Militar.

A PERFORMANCE DE TONI TORNADO COMO RESISTÊNCIA AOS ANOS DE CHUMBO

Toni Tornado, nome artístico de Antônio Viana Gomes, iniciou sua trajetória artística como intérprete de *Rock'n Roll* nos anos 1960, quando adotou o nome de Tony Checker no programa “Hoje é dia de Rock”. Nesta mesma década, Toni viajou para os EUA onde absorveu muitos elementos que mais tarde fariam parte de suas apresentações musicais: roupas, cores, cabelo e principalmente a sonoridade musical, que foram essenciais na sua trajetória artística como cantor. E sua carreira também ficou marcada pela irreverência nos palcos. Em *New York*, Toni esteve em contato com o grupo *Black Panthers* (“Panteras Negras”, grupo americano que lutava a favor dos direitos dos negros), somado a este elemento, estava o *Soul Music* (ritmo musical oriundo da fusão do gospel com *rhythm'n'blues* liderado pelos negros dos EUA).⁶

De volta ao Brasil em 1970, o artista passou a ser conhecido como Toni Tornado, e

segundo o próprio artista este nome era devido a sua *performance* explosiva. E foi ele quem introduziu no país o *Black Music*, juntamente com outros artistas que faziam parte de sua **rede de sociabilidades**,⁷ dentre eles o Sebastião Rodrigues Maia (Tim Maia), que conheceu ainda no EUA que além de companheiro de música também tornou-se seu grande amigo pessoal. O *Black Music* é compreendido como uma mistura de música, dança expressão cultural. Toni, através de suas apresentações musicais dava uma conotação que diferia dos padrões vigentes na sociedade brasileira, introduzindo os signos do *Black Power*.⁸

O primeiro disco de Toni Tornado, intitulado BR-3, era composto por onze faixas musicais (**Juízo final; Não lhe quero mais; Dei uma partida; Uma canção para Arla; Breve loteria; Eu disse amém; Uma vida; Papai não foi esse o mundo que você falou; Me libertei; O**

⁷ “O meio intelectual onde os laços se atam, no caso, em torno dos bastidores do festival, ou as amizades pessoais, ou até mesmo encontros casuais “u objeto de história, na medida em que influem as vezes no funcionamento do ecossistema.” (In REMOND, 1996,252)

⁸ A MÚSICA NEGRA OU *BLACK MUSIC* (TAMBÉM CONHECIDA COMO MÚSICA AFRO-BRASILEIRA NO BRASIL E *MÚSICA AFRO-AMERICANA* NOS ESTADOS UNIDOS) É UM TERMO DADO A TODO UM GRUPO DE GÊNEROS MUSICAIS QUE EMERGIRAM OU FORAM INFLUENCIADOS PELA CULTURA DE DESCENDENTES AFRICANOS EM PAÍSES COLONIZADOS POR UM SISTEMA AGRÍCOLA BASEADO NA UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA ESCRAVA (PLANTATION). *BLACK MUSIC* DISPONÍVEL EM <[HTTP://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/M%C3%BAICA_NEGRA](http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%BAICA_NEGRA)> ACESSO EM 10 DE JULHO DE 2013.

⁶ Disponível em < <http://www.revistadehistoria.com.br>> acesso em 28 de maio de 2013.

repórter informou e o jornalista), com canções embaladas pelo ritmo *funk*, o que certamente contribuiu para seu sucesso musical.. Além disso, ele trazia instrumentos como bateria, piano e principalmente os metais, como por exemplo, o trompete e o trombone. Essa mistura de instrumentos resultava em um ritmo dançante e extremamente contagiante.

No entanto, esse novo estilo musical foi apresentado ao público em meio ao auge do Regime Militar, e representou uma luta pela busca de assimilações de novas posturas musicais, além de tratamento frontal inquietante em relação ao regime vigente. Paralelo a isso, surgiram os festivais de música, que reuniam uma série de exposições artísticas e eram produzidos pelas emissoras de televisão. E foi sob este contexto, o V FIC de 1970, que a carreira artística de Toni Tornado ganhou projeção.

Diante disso, a música interpretada por Toni Tornado, ao estilo Black Music, possui em sua ação uma constituição que traça a identidade de parte do povo brasileiro que durante os anos 1970 lutava pela igualdade de raça e pela procura constante por um espaço na sociedade, da qual eles sempre participaram como figurantes. Falar do estilo *Black Power* é traçar um panorama entre a identidade de um povo e o desejo de mudança, pois a música black colocou em foco a música do negro, mostrando suas especificidades e seu valor.

Além disso, a moda disseminada por Toni Tornado trouxe uma inquietação para o público e para o governo vigente, já que essa ação traduziu uma nova tendência e significou uma diferenciação na postura deste artista em relação aos demais representantes do ramo musical. Sendo assim, a aparência de Toni Tornado também falava, e essas inovações nas vestimentas clamavam por mudanças, além de mostrar o

desejo deste artista em ser notado. Dessa maneira, esse fenômeno musical trouxe características marcantes para a análise e entendimento para o estudo das percepções evidenciadas na década dos anos 1970, durante o Regime Militar.

As vestimentas usadas por Toni Tornado durante o V FIC, não se resume a apenas uma imitação de modelos protagonizados por artistas, a exemplo do já citado James Brown, pois essa postura representou uma demonstração de identidade, refletindo os valores que representavam o indivíduo com espírito questionador e revolucionário como de fato o Toni Tornado poderia ser compreendido. Essas características significam também uma forma de compreensão da vida deste artista, pois, foi assim que Toni Tornado demonstrou seu desejo de ser percebido e compreendido na sociedade a qual ele estava inserido.

A *performance* de Toni Tornado só pode ser entendida mediante a análise desse contexto e influências da cultura negra norte-americana como também pelo aspectos trazidos pelo tropicalismo “[...]a distinção estética, a postura em palco, a ebulição das *performances* podiam provocar[...] entusiasmo, enfim a transmutação da arte em comportamento.” (CORREA, 2011:169) tudo isso contribuiu para a apresentação do artista analisado no V FIC, que venceu em primeiro lugar, deixando para trás artistas já conhecidos mundialmente bastante renomados no mundo musical. Estes eventos mostram inúmeras possibilidades para se entender as representações deste artista.

Toni afirma que entrou no palco ao som de vaia, porém não demorou muito para a atitude do público mudar. Toni introduziu em sua apresentação movimentos estilo James Brown e levou o público ao delírio, interpretando de maneira distinta dos demais artistas. Pode-se



assim dizer que seu jeito de cantar lembrava a gênese dos *Hollers*⁹, com gritos de entonações fortes, que apresentavam tais características. No decorrer de sua *performance* demonstrava segurança do que estava fazendo, e a plateia entendeu o “recado” do artista.

Sua *performance* representou a nova roupagem da Música Popular Brasileira. Com uma tonalidade mais aguda concebeu um canto mais imponente. Trouxe de volta a tradição do rádio que por ser um veículo de fácil acesso adentrava com mais facilidade nos lares das pessoas. Vale salientar que a imitação da voz e do corpo já tinha ganhado projeção nos festivais com a participação de Elis Regina e outros, mas a ênfase no discurso crítico voltou as atenções para figura do compositor, mas na década de setenta o vozeirão volta com amplo sentido crítico, dando ênfase agora na figura do intérprete. Veja a seguir, os encaminhamentos passados pelos compositores da canção BR-3 para a atuação de Toni Tornado.

“Orientado para que reproduzisse em cena os gestos que caracterizavam os Panteras Negras norte-americanos e a soltar-se em uma dança até então nunca vista em palco algum, [...] desempenhou-se no palco de forma tão esplendorosa e convincente que os militares viram nele a encarnação escrita e escarrada dos líderes do movimento negro dos EUA”.¹⁰

A *performance* subversiva de Toni Tornado provocou um grande impacto na sociedade brasileira “[...] a performance[.]

simbolizava uma ameaça: a do homem negro podendo invadir a família branca brasileira e fazer um estrago” (MELO 2003:370), principalmente nas autoridades que estavam a frente do Regime Militar. Essa apresentação protagonizada por este artista era entendida pelos governantes como uma ameaça a sociedade carioca, pois seu repertório musical em larga medida fazia menção ao “radicalismo” dos “Panteras Negras”. A priori nos interessa observar apenas a letra da canção BR-3 para então perceber o diferencial da atuação deste artista na representação desta canção e posteriormente a *performance* que é o item de maior expressão de subversão à Ditadura Militar. Toni Tornado não acreditava que havia vencido o festival, tanto para os compositores quanto para o intérprete, tudo parecia um sonho.

Nesta perspectiva Zuza Homem de Mello escreveu:

A mais aguardada dessa noite era a décima terceira concorrente. Desde os ensaios que se comentava de Toni tornado o interprete que a dupla Antonio Adolfo e Tibério Gaspar havia descoberto para transmitir o que haviam imaginado para BR-3, sua valsa que se transformava em soul music na segunda parte. (2003:376).

Evidenciada na letra da canção a seguir:

“A gente corre na BR-3/ A gente morre na BR-3/ Há um foguete/ Rasgando o céu, cruzando o espaço/ E um Jesus Cristo feito em aço/ Crucificado outra vez/ E a gente corre na BR-3/ E agente morre na BR-3/ Há um sonho/ Viagem multicolorida/ Às vezes ponto de partida/ E às vezes porto de um talvez/ E a gente corre na BR-3/ E a gente morre na BR-3/ Há um crime/ No longo asfalto dessa estrada//E uma notícia fabricada/ “Pro” novo herói de cada mês. [...] (MELO, 2003:376).”

Na sequência Melo escreveu:

[...] Após a calma introdução gospel do piano os três repetiam, como um eco, a estrofe de oito compassos da

⁹ “ De suas origens os negros trouxeram os chamados Hollers, gritos e entonações fortes e diferentes, que identificavam seus emissores (RIBEIRO, 2008: 71)

¹⁰ Disponível em: <<http://simonal.com/blog/?tag=tony-tornado>>. Acesso em: 12 de março de 2013.



primeira parte cantada tranquilamente por Toni – “A gente corre/ e a gente corre/ na BR-3 na BR-3/ e a gente morre/ e a gente morre/ na BR-3/ na BR-3” – que emendava no solo de Toni com a mesma melodia e outra letra: “há um foguete / rasgando o céu, cruzando o espaço / e um Jesus Cristo em aço / crucificado outra ve-ee- z”. No mesmo andamento médio-lento e divisão a 3/4 que induziam a platéia a balançar o corpo e braços, tudo era repetido mais duas vezes com letras diferentes no solo de Toni, que acentuava cada vez mais as inflexões soul¹¹ (2003:377,379).

Inicia cantando em um tom mais lento, representando um afastamento do objeto, ou seja, a distância da tão sonhada valorização social, e ao final da canção acelera seu ritmo, mostrando “o ápice passional que a canção pode provocar” desta forma, há, portanto uma aproximação do objeto, um chamado á ação” (TATIT, 2002:10). a passagem *A gente morre na BR-3* é cantada no tom mais alto em contraposição *A gente corre na BR-3*, dessa forma ele mostrava que era possível mudar todo aquele cenário de submissão e de desigualdade.

Observe o que destacou Zuza Homem de Melo:

Tibério achava que BR-3 precisava de um intérprete engajado no esquema Black-Power para se encaixar na linha soul, em voga no festival daquele ano e, como havia imaginado, ser dançada na segunda parte. Viu na figura de Toni a possibilidade dele reproduzir o gestual do movimento negro americano e dançar como quem flutua no ar, como mais tarde Michael Jackson viria a fazer anos depois. Tibério orientou-o na postura de um líder negro na primeira parte e deu-lhe liberdade de improvisar na parte dançante. (2003: 381)

Esta canção também agrupou outras concepções, por exemplo algumas descrições de vídeos disponíveis nos meios eletrônicos apontam

para o significado da música. Segundo alguns comentários, a música faz menção a uma agitada e violenta estrada que fazia muitas vítimas ao longo do tempo. De certa forma, pode-se concebê-la como menção ao Regime Militar, que matava e que também tirava o direito à liberdade de muitos cidadãos envolvidos no contexto da ditadura militar, principalmente os artistas midiáticos.

Assim, Toni Tornado com uma sonoridade mais forte deu vida aos versos que por hora parecem simples, mas que trazem consigo o grito de liberdade tão sonhado pelo artista. A música sugere uma corrida contra a discriminação e o racismo. É possível que o artista chame o ouvinte pra lutar, pra não se deixar vencer pelos obstáculos nem morrer na BR-3, levando os ouvintes a se entenderem como sujeitos transformadores de sua história.

Quando Toni Tornado subiu ao palco o Trio Ternura já está posicionado para a exibição da interpretação que ficaria marcada na história. A voz forte e imponente acrescidos da ideologia defendida por Toni Tornado ressoava em seus movimentos, cada verso e cada frase ressoava em seu corpo. Além disso, o coro formado pelo Trio Ternura, nos versos principais, dava mais energia para a *performance* de Toni Tornado, havia então uma troca de estímulos, se o coro vibrante aquecia os estímulos de Toni, a recíproca era verdadeira, a ação individual evoluía dando uma conotação forte, jamais vista nos palcos dos festivais até então.. O trio e o público cantavam como se fosse um hino. O som da bateria e do piano, juntamente com a dança de Tornado, contagiava os ouvintes e ao final da apresentação muitos aplausos.



Disponível em <<http://festivaisdacancao.blogspot.com.br/2008>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

Sucesso que se percebe nessa imagem, onde se vê também a postura musical do artista e principalmente suas roupas em companhia de seus parceiros de palco.

“Tornado portava no peito a tatuagem de um sol, símbolo dos Panteras Negras, força motriz do movimento *black power* nos Estados Unidos. Em entrevista à revista *Carta Capital*, em julho de 2006, o cantor salienta: ‘Depois tive que fazer um *peeling*, tive que raspar aquilo tudo. Estava me sentindo mal, estava um peixe fora d’água (ALVES, PELEGRINI, 2008,)’” pois, cada vez que alguém olhava para sua tatuagem ele sentia muito mais o racismo nos olhos das pessoas. Já que o racismo no Brasil acontece em grande proporção de forma implícita, mas se sabe que existe e que está longe de acabar.

Enfim, a *performance* de Toni mandou seu recado, cabendo aqui a afirmação de que as múltiplas representações performáticas absorvem uma série de elementos que são inerentes da canção, devido às várias possibilidades de criações que uma mesma canção pode ter. De modo que, o aspecto performático pode mudar de artista para

artista e de época para época, até mesmo a escolha da tecnologia a ser usada, além de outros fatores.

Analisar uma *performance* é importante quando observamos o âmbito social que ela foi produzida, apresentada e ou disseminada. Nesse sentido é possível identificar os objetivos dos sujeitos participantes do ato performático e como se dá a captação desses signos pelo público presente no espaço analisado, percebe-se também as variadas interpretações que se tem de única *performance*, pois um palco contendo um artista, podem ser vista de diversas formas, já que devemos considerar que cada indivíduo tem um olhar diferenciado e que geralmente é direcionado para entender o que está presente em seu contexto social.

O artista em palco pode também apresentar algo muito diferente daquilo que ele havia planejado a semanas até mesmo a anos. O artista da música é movido pela emoção, pela percepção, sendo assim podemos dizer que a çenergia do público lhes concedem elementos para suas apresentações artísticas, e muitas vezes os artistas adaptam-se ao público que os assiste. Além disso, os espaços diferenciados, os contextos sociais geralmente são diferentes. Sendo assim muitos artistas acabam improvisando o que

possibilita uma *performance* original a cada evento musical. Este improviso que pode ser interpretado de diferentes formas pelo público pode gerar respostas para o artista, que por sua vez, não imaginava tal estímulo “pois dramatização e representação musical prestam-se bem para uma leitura de questões sociais” (PINTO, 2001: 230).

A análise da *performance* pode esclarecer problemáticas importantes, como já foi mencionado o período civil militar foi marcado por inovações, contestações, sendo assim postura artística de Toni também se enquadra nesses aspectos. Infelizmente não dispomos de muitas imagens das apresentações de Toni, porém as que estão disponíveis aponta para os elementos de crítica ao sistema, a exemplo da postura de palco da sonoridade sendo apresentada como algo subversivo.

A representação musical de Toni Tornado, por exemplo, é um bom elemento de estudo para entendermos a função social do negro na década de 1970, o negro que já estava nas ruas buscando seus espaços, permite ainda uma análise do cotidiano do ser negro no Brasil, e assim traçar um panorama de questões relativas as mazelas que o negro vivencia ao longo do tempo, já que pensar em Toni Tornado é lembrar que ele também sofreu preconceito racial, e a imagética de seu corpo e todo ser negro era concebida como uma afronta a moral e logo deveria ser banida. Além disso, é um bom artifício para compreendermos as repressões musicais durante a Ditadura.

Em suma, o retrato dos problemas sociais na vida de Toni Tornado certamente contribuiu com suas posturas musicais. A interpretação de BR-3 significou também, uma crítica ao cotidiano do negro do Brasil e do mundo, esse de grito liberdade, também fez parte da vida de seus contemporâneos negros, que por sua vez sofreu preconceitos, racismos e

repressões do governo da ditadura. Percebe-se então que o dia-dia de Toni Tornado, de Tim Maia entre outros, mostrou assuntos pertinentes da sociedade, mas que foram obrigados a ceder às pressões do seu tempo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Amanda P.; PELEGRINI, Sandra C. A. “**Black is beautiful**”: arte, identidade e política na obra musical de Tony Tornado (1970). Disponível em <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/>>. Acesso em 05 de janeiro de 2013.

Blog viste São Paulo Disponível em <<http://visitesaopaulo.com/blog/>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2013.

CORREA, P. G. **Do cotidiano urbano à cultura: as canções de Caetano Veloso e de Chico Buarque**. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 2011.

FINEGAN, Ruth. **O que vem primeiro: o texto, a música ou a performance?** Palavra cantada: ensaios sobre poesia, música e voz/ org. Cláudia Neiva de Matos, Elizabeth Teixeira de Medeiros. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008 p. 7-43.

Isto é Gente. Disponível em <<http://www.terra.com.br/istoegente/>>. Acesso em: 13 de março de 2013.

Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo>> Acesso em 26 de junho de 2013.

MELLO, J. E. H. **A era dos festivais: uma parábola**. São Paulo, Editora 34, 2003.



MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 203-221. 2000.

MORAES, José Geraldo Vinci de; SALIBA, Elias Thomé. “O historiador, o luthier e a música”. In: **História e música no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 9-37.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

O AI_5 Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 12 de março de 2013.

PELEGRINI, Sandra C. A. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. **Revista História-UNESP**, vol. 27, n. 02, p. 1-20, 2008 (prelo – Dossiê Patrimônio Histórico). Qualis A- Internacional - Capes.

PINTO, Tiago de Oliveira. Som e Música. Questões de uma antropologia sonora. **Revista de Antropologia**. São Paulo. 2001. Vol 44 nº 1. p. 221-275.

Revista Carta Capital. Toni Tornado. Pedro Alexandre Sanches. Edição 403, Ano XII, Julho de 2006. Disponível

em<<http://pedroalexandresanches.blogspot.com.br>> acesso em 17 de dezembro de 2012.

TATIT, Luiz. **O Cancionista: composição de canções no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1996.p.9-27.

Toni Tornado no V Festival Internacional da Canção Disponível em <<http://festivaisdacancao.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Uma análise ideológica da MPB. Saco de gatos: ensaios críticos. São Paulo: Duas Cidades, 1976. WILSON SIMONAL, de Lamartine Babo e Francisco Matoso, EU SONHEI QUE TU ESTAVAS TÃO LINDA. Disponível em:<<http://simonal.com/blog>>. Acesso em: 12 de março de 2013.

WISNIK, Jose Miguel. O Minuto e o Milênio, ou por favor, professor, uma década de cada vez. **In Sem Receita**. São Paulo: Publifolha, 2004. p. 169-189

DISCOGRAFIA

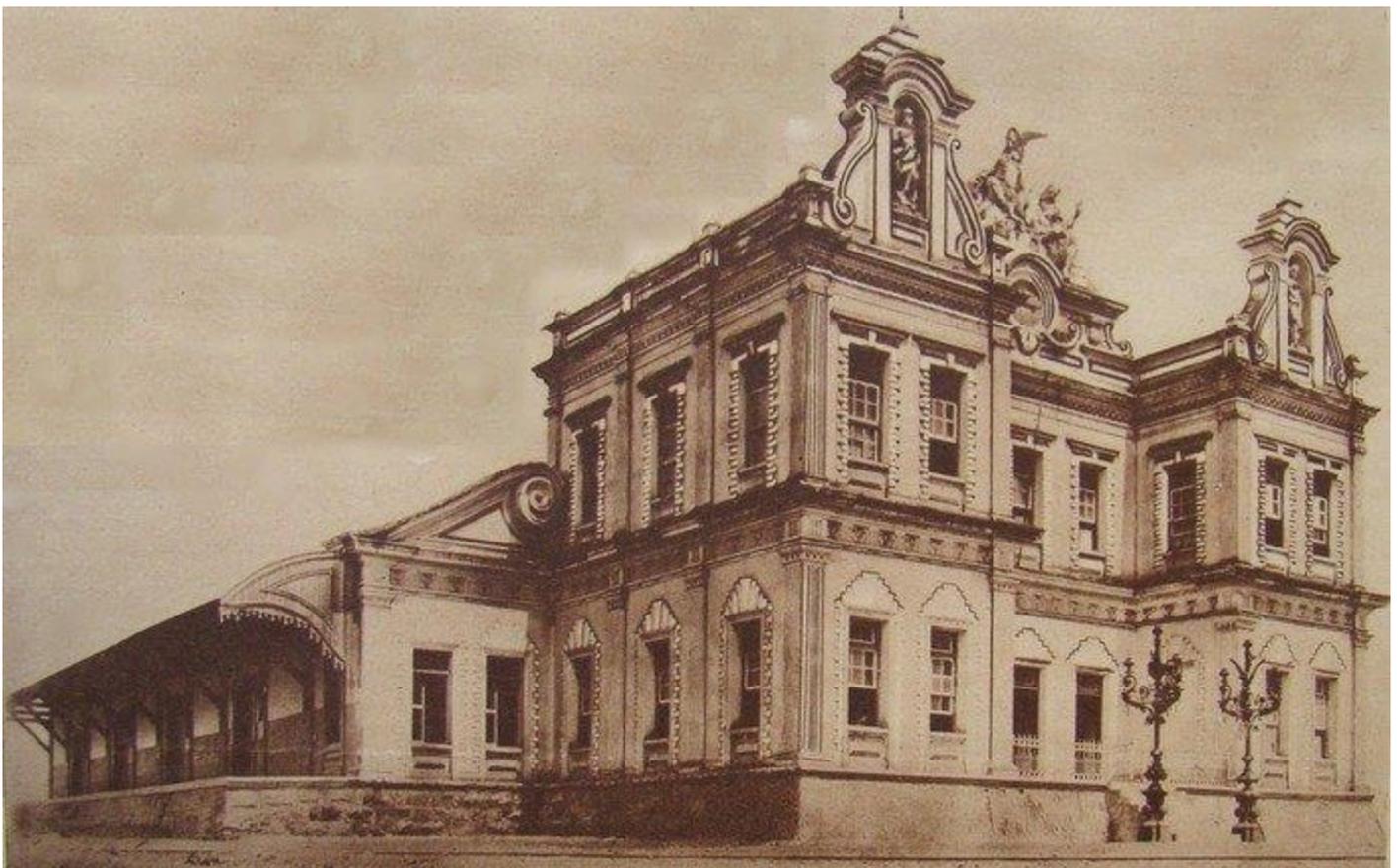
Toni Tornado, Toni Tornado, *Odeon Records*/EMI, 1971.

Toni Tornado, Toni Tornado, *Odeon Records*/EMI, 1972.

A LOCOMOTIVA DO TEMPO: O VALOR HISTÓRICO DA FERROVIA BAHIA AO SÃO FRANCISCO EM JUAZEIRO-BA.

Cleber Roberto Silva de Carvalho¹

AS FERROVIAS, DESDE A CRIAÇÃO DA LOCOMOTIVA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX, PASSANDO PELO SEU APERFEIÇOAMENTO E UTILIZAÇÃO COMO EXTRAORDINÁRIOS ELEMENTOS DE TRANSPORTE, PRIMORDIALMENTE, NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS, CONSEGUIRAM SE TORNAR, COMO DEFINIU O HISTORIADOR ERIC HOBSBAWN, *O PRÓPRIO SÍMBOLO DO TRIUNFO DO HOMEM PELA TECNOLOGIA.*



¹ Graduado no curso de licenciatura plena em história pela Universidade de Pernambuco, campus Petrolina, pós-graduado em História do Brasil pela UNIESB/Faculdade Montenegro.

As ferrovias começam a “movimentar o mundo”

As estradas de ferro não influenciavam, apenas, no crescimento industrial e tecnológico, mas também, tornaram-se elementos presente no imaginário da sociedade moderna, como no primeiro filme rodado em um cinematografo, *L'Arrivée d'un train à La Ciotat* (A chegada do trem na estação), quando os espectadores acabaram causando um certo tumulto ao imaginarem que a locomotiva, no filme, era real e iria sair da tela onde era projetado, passando por várias literatura e filmes onde os trens e ferrovias tinham “seus espaços”.

O desenvolvimento das ferrovias fora do eixo Europa – Estados Unidos aconteceu ainda no século XIX, sendo que o Brasil integrou-se neste círculo, de nações que integravam suas cidades através do transporte ferroviário, também, no mesmo século.

O Brasil segue o compasso do trem

As estradas de ferro no Brasil foram extraordinários instrumentos de expansão econômica, possuindo um importante caráter para desenvolvimento social das diversas cidades contempladas pelas linhas férreas, acelerando o transporte de mercadorias e o deslocamento de pessoas no interior do país, que no século XIX

ainda dependia das tropas de mares ou da navegação fluvial.

Desde a criação, em meado do século XIX, da primeira linha férrea no Brasil, que foi a linha férrea ligando o Rio de Janeiro à Petrópolis, sendo esta construída durante o período imperial, e inaugurada em 1854 por Dom Pedro II, que as ferrovias eram ressaltadas como importantes elementos para o desenvolvimento brasileiro. Esta primeira estrada de ferro foi construída por iniciativa do Barão de Mauá, e o próprio Barão já via o transporte ferroviário como algo essencial para o desenvolvimento econômico de um país.

No Brasil, a malha ferroviária encontrou subsidio para o seu desenvolvimento com a garantia de juros sobre o custo estimado da ferrovia, gratuidade no transporte de carvão e direito no uso de madeiras e a concessão na exploração de minas de carvão que fossem encontradas no processo de exploração de uma estrada férrea. Estes incentivos financeiros, foram utilizadas por várias províncias, para atrair os empreendedores, essencial estrangeiros, para construção das estradas de ferro. Entre estas províncias estavam Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

Dessa forma, o Brasil entrara no rol das nações que integravam suas cidades com malhas férreas, utilizando subsídios, financeiros e

materiais, necessários para expandir as ferrovias para o interior brasileiro.

Estrada de ferro Bahia ao São Francisco

As estradas de ferro chegaram ao Nordeste, expandindo-se para o interior da região. Na Bahia a primeira estrada de ferro foi a *Bahia ao São Francisco*, que ligaria a capital baiana, Salvador, até a cidade de Juazeiro, localizada no norte do estado, nas margens do rio São Francisco. Conhecida, inicialmente, como Estrada de Ferro Calçada (bairro de Salvador) à Juazeiro.

A construção da ferrovia foi iniciada ainda no período imperial, quando em 1852, Álvaro Tibério Moncorvo, presidente da província da Bahia, sancionou a lei de número 450, que deu início ao grande empreendimento que era a via férrea Bahia - Juazeiro.

Mas não foi fácil levar “a cabo” tal empreendimento. A estrada de ferro Bahia ao São Francisco encontrou vários problemas durante a sua construção. O primeiro entrave foi identificado junto ainda em seu início. A concessionária que iniciaria as obras da ferrovia, que era a Companhia dos membros da Junta da Lavoura da Bahia, quando, o então Barão do Cotegipe, entendeu que a Companhia concessionária da construção da estrada de ferro não tinha como realizar a tão custosa obra. O mesmo utilizou a abertura da Assembleia de 1854, para revogação da lei 450 e propor a votação de uma outra para aprovação de um novo Decreto

para realização da obra. Sendo aprovado o Decreto 1.602, de 15 de maio de 1855, fixando o orçamento inicial de 1.800.000 libras esterlinas, para a sua construção da estrada férrea.

Foi realizada a contratação de uma nova empresa para dar continuidade às obras da ferrovia, que ficaram a cargo de uma empresa inglesa denominada *Bahia and São Francisco Railway Company*. Depois desse percalço inicial as obras tiveram início em 1855.

Vale ressaltar que a entrada da *Bahia and São Francisco Railway Company* na construção da ferrovia que ligaria Salvador até Juazeiro, demonstrou a ampla presença inglesa na formação da malha ferroviária do Brasil, pois importantes obras férreas tiveram a presença dos ingleses. Como no caso da estrada férrea Leopoldina, que ao passar por momentos de dificuldade financeira, acabou tendo seu controle acionário transferidos para os credores ingleses, através da criação da *The Leopoldina Railway Company Ltd*.

Outro exemplo da presença inglesa nas obras de ferrovias no Brasil, foi a construção da primeira ferrovia em Pernambuco, que era, a *Recife and São Francisco Railway* - Estrada de Ferro de Recife ao São Francisco, que foi construída pelos ingleses, e inaugurada em 1858.

No dia 13 de fevereiro de 1863, foi aberto ao público o tráfego, no primeiro trecho da ferrovia, que ligava as cidades de Salvador a Alagoinhas, numa extensão de 123 quilômetros. Após a inauguração deste trajeto ocorreram algumas interrupções, relacionadas,

especialmente, à liberação de crédito do Governo Imperial, que veio a ceder 3 mil contos de réis ao ano para as obras, juntamente com as mudanças de engenheiros para os trabalhos, e com autorização para mudanças de traçado que bem aproovesse, somente então, a construção da estrada férrea teve sua continuidade.

As obras continuaram no ano de 1876, sendo estipulado o prazo para o termino do novo trecho, entre as cidades de Alagoinha – Vila Nova (atual Senhor do Bonfim), estabelecido em 5 anos. Não obstante este trecho teve sua conclusão após 11 anos, sendo que o Ministério da Agricultura pediu a revisão da parte restante do trajeto, e em 1888 foi aberta a concorrência para construção do último trecho da estrada de ferro.

Dessa nova concorrência para construção da ferrovia ocorreu uma nova substituição dos engenheiros responsáveis pelas obras, sendo a mesma assumida pelos engenheiros: Alfredo Augusto Borges, Luís Augusto Dias de Farias e Aloísio Augusto Ramos Acióli. Porém, a construção da ferrovia apresentou uma nova interrupção, entre os anos de 1889 e 1890, devido a troca do regime de governo no Brasil, com início da República.

Em 1892 o contrato com os engenheiros Augusto Borges, Dias de Farias e Ramos Acióli foi rescindido de forma amigável junto ao Governo Federal. Passado mais três anos as obras do trecho Vila Nova – Juazeiro. O trecho final da obra, correspondente a 69 quilômetros, foi entregue à chefia do engenheiro Miguel de Teive e

Argôlo, que em menos de um mês, concluiu a colocação dos trilhos, inaugurando o trecho final em 24 de fevereiro de 1896.

Foi um momento de festa para a cidade de Juazeiro, a conclusão da ferrovia e a abertura do seu ponto terminal expunham a sua importância, caracterizada pelos representantes do governo presentes no cerimonial de abertura, como a presença de Manoel Vitorino Pereira, Vice-Presidente da República na época, de Olinto dos Santos Reis, Ministro da Viação Indústria e Obras Públicas, além de diversos representantes da imprensa da Bahia e Rio de Janeiro, que participaram da concorrida inauguração.

É importante lembrar que no ano da inauguração da estrada de ferro Bahia ao São Francisco, ela foi ponto de início de um dos fatos históricos mais importantes para o Brasil, pois a estação ferroviária de Juazeiro foi local de chegada, em trem expresso de Salvador, das tropas da primeira expedição militar contra Canudos de Antônio Conselheiro, em 7 de novembro de 1896.

Neste primeiro momento, a estação ferroviária de Juazeiro funcionara em dois barracões. Contudo, no dia 15 de novembro de 1907, foram terminadas as obras da construção da estação ferrovia de Juazeiro, que possuía grande beleza e expunha sua imponência arquitetônica para a região do submédio São Francisco.

A estação ferroviária de Juazeiro apresentava todo um requinte e suntuosidade que a tornavam símbolo de beleza arquitetônico, que ficava as margens do Rio São Francisco, na orla

juazeirense. O edifício ocupava uma área de 532 m², com o piso térreo, ladrilhado com mosaico italiano, com piso superior com acabamento em madeira de lei, com uma bela faixada e encimada pelas alegorias representando o trabalho e o São Francisco, juntamente com o emblema da estrada de ferro, e duas torres encimavam o edifício uma com uma estátua representando o comércio e outra representando a lavoura.

A beleza da estação ferroviária de Juazeiro era tamanha, que continuava a receber referências anos depois, inclusive na imprensa baiana. Como numa matéria publicada no Diário Oficial de 1923, na edição que comemorava o Centenário da Independência, onde Joaquim Wanderley de Araújo Pinho se referiu à Estação Ferroviária de Juazeiro como o *edifício melhor e mais imponente entre todos os similares das estradas de ferro da Bahia*.

Para sociedade juazeirense a estação ferroviária se tornara, não somente um local de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias para a cidade, mas graças ao requinte da sua estação, a mesma tinha a função social de reunir as pessoas em geral.

A estação ferroviária se tornara um local de grande movimentação, demonstrando a importância para a cidade de Juazeiro, como “elo de ligação” entre a capital baiana e o interior norte do estado. No aspecto econômico, a estrada de ferro Bahia ao São Francisco tornara-se num

formidável componente para a expansão comercial de Juazeiro, já que a cidade se encontrava dependente da navegação por vapores no rio São Francisco, e da condução das tropas, caravanas com animais de carga, que faziam o percurso da capital baiana até Juazeiro, num trajeto demorado, de até quinze dias de marcha.

Outro aspecto de vantagem para economia local era que, como Juazeiro fazia parte do tráfego fluvial, pelo rio São Francisco, com o trajeto navegável desde Minas Gerais, a cidade de Juazeiro era ponto de concentração do transporte terrestre e fluvial de mercadorias, destinadas para Salvador.

No início da década de 1910, a Estrada de Ferro de São Francisco, redominada com este nome a partir de 1901, teve sua primeira mudança administrativa, foi quando a Estrada de Ferro Bahia-São Francisco, teve seu contrato rescindido junto a Companhia de Ação Geral da Bahia, cujo, Presidente era o engenheiro Miguel de Teive Argôlo, e no mesmo decreto foi constituída a Rede da Viação Férrea da Bahia, passou a ser administrada pela empresa Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien, de origem franco-belga.

Mesmo com esta mudança administrativa a Ferrovia continuara a ser símbolo do crescimento de Juazeiro, e o seu desenvolvimento acompanhava as necessidades da cidade.



**ESTAÇÃO
FERROVIÁRIA DE
JUAZEIRO/BA
(FONTE: ESTAÇÕES
FERROVIÁRIAS DO
BRASIL, AUTOR
DESCONHECIDO)**

Ferrovias x Rodovias: O automóvel venceu a locomotiva

Entretanto o desenvolvimento da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco se deparou com as dificuldades presente na malha ferroviária brasileira, em especial, após ser iniciada a expansão da indústria automobilística no Brasil. Pois, foi dado amplo incentivo ao desenvolvimento automotivo brasileiro, em detrimento das outras formas de transporte. Em 1960, cerca de 80% dos investimentos em transportes do Brasil eram voltados às rodovias.

A ferrovia em Juazeiro começou a sentir este impacto ainda na década de 1950, quando na construção da ponte Presidente Dutra, ligando a cidade de Juazeiro à Petrolina, em Pernambuco ficou decidido da demolição da Estação Ferroviária de Juazeiro.

Mesmo com vários os protestos da população juazeirense, a Rede Ferroviária Federal realizou a demolição da Estação Ferroviária de Juazeiro. Em 1953, foi realizada a destruição da Estação. Em sua inauguração a mesma foi

de grande beleza, e no seu fim nada foi preservado, tudo foi totalmente posto abaixo.

Com a demolição da estação ferroviária, se seguiu com a construção de uma segunda estação para a cidade, que foi instalada no bairro do Piranga, no subúrbio de Juazeiro, próximo de uma estação de apoio da estrada de ferro Bahia ao São Francisco, também no bairro do Piranga, que era a estação Teodoro Sampaio, construída em 1896.

Com a conclusão da construção da ponte Presidente Dutra, a linha férrea em Juazeiro passou a fazer ligação com Petrolina, no estado de Pernambuco, continuando o trajeto até a cidade de Paulistana no estado do Piauí.

Em 1972, a linha férrea até Paulistana foi desativada. Os trens da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro resistiram no trajeto até Petrolina. Mas em 1977 o trem não mais cruzou a ponte, inativando o trajeto férreo entre Juazeiro e Petrolina.

Este processo de redução do modal ferroviário, em detrimento do rodoviário, que começou entre as décadas de 1950 e 1960, previu a redução da malha ferroviária para sua

“otimização”. Neste processo de erradicação de ramais ferroviários considerados “antieconômicos” atingiu diretamente as linhas de ligação com o interior dos estados.

A década de 1970 simbolizou a fragmentação da estrada de ferro em Juazeiro, sendo que em 1976 o transporte de passageiro foi suspenso, sob a alegação de serem economicamente insuficiente para sua manutenção, permanecendo o transporte apenas de cargas. Seguiu-se com a desativação da segunda estação ferroviária, no bairro do Piranga.

O desmantelamento da ferrovia em Juazeiro, seguindo-se com o abandono do patrimônio pode ser visto, na cidade de Juazeiro, com o total abandono do que sobrara das linhas férreas e estações. A demolição da primeira estação não serviu como exemplo para preservação do pouco que ainda “sobrevive” do antigo patrimônio da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco.

O que ocorreu com linha férrea entre Salvador e Juazeiro é um exemplo do que ocorreu em várias estradas de ferro no Brasil. Atualmente os brasileiros sentem os reflexos de uma política que menosprezou as ferrovias, para dar lugar à dependência das rodovias. O transporte ferroviário permanece sendo um modal importante no transporte em diversas nações, e o Brasil não conseguiu acompanhar este desenvolvimento. A exemplo de comparação a malha ferroviária da China possui mais de 90 mil quilômetros, com aproximadamente 16 mil quilômetros de linhas

férreas para trens de alta velocidade (trem-bala) o Brasil possui pouco mais de 29 mil quilômetros de malhas ferroviárias, sem nenhum trecho para trem de alta velocidade. A força das locomotivas, impulsionando o progresso do Brasil, parecem que ficaram no passado.

REFERÊNCIAS:

BUZELIN, José Emílio de Castro Horta; SETTI, João Bosco. **Ferrovias Centro-Atlântica: uma ferrovia e suas raízes**. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2001.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões** (Campanha de Canudos). São Paulo: Editora Martin Claret, 2008.

GARCEZ, Angelina; SENA, Consuelo Pondé de. **Juazeiro, trajetória histórica**. Juazeiro-BA: Secretária de Educação e Cultura, 1992.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. **Opara – formação História e Social do Submédio São Francisco**. Juazeiro-BA: [s.e], 1997.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das revoluções: Europa 1789 – 1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretária da Cultura, 1998.

PADULA, Raphael. **Transportes-fundamentos e propostas para o Brasil**. Brasília: Confea, 2008.

PAULA, Dilma Andrade. **Regime militar, ferrovias e ferroviários**. In: CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Org.). In: **História:**



Narrativas Plurais, Múltiplas Linguagens. Uberlândia: EDUFU, 2005.

RIBEIRO, Edson. **Juazeiro na estrada do tempo: Suas Origens, sua política Administrativa e Sociais.** Salvador: Editora Mensageiro da Fé, 1968.

RODRIGUEZ, Hélio Suêvo. **A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro: o resgate da sua memória.** Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004.

>. Acessado em 20 de agosto de 2008.

SETTI, João Bosco. **Ferrovias no Brasil: um século e meio de evolução.** Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2008.

PAULA, Dilma Andrade de. **As ferrovias no Brasil: análise do processo de erradicação de ramais.** Universidade Estadual do Oeste do Paraná, disponível em <www.docutren.com/archivos/aranjuez/pdf/22.pdf>. Acessado em 03 de março de 2011.

SANTURIAN, Alexandre. **As ferrovias da Bahia.** Disponível em: <<http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/Bahia/Bahia1991.shtml>>



A TEORIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CULTURA BRASILEIRA

Uma análise dos pensamentos de Luiz Paulo da Moita Lopes sobre a teorização do vernáculo no século XXI

Tayson Ribeiro Teles¹

O PRESENTE TRABALHO TEM O ESCOPO DE ERIGIR TESSITURAS SOBRE A TEORIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CULTURA BRASILEIRA. SENDO QUE TAIS COMENTÁRIOS SERÃO FEITOS COM BASE EM ANÁLISE DO TEXTO “COMO E POR QUE TEORIZAR O PORTUGUÊS: RECURSO COMUNICATIVO EM SOCIEDADES POROSAS E EM TEMPOS HÍBRIDOS DE GLOBALIZAÇÃO CULTURAL”, DE 2013, DE AUTORIA DE LUIZ PAULO DA MOITA LOPES. NO QUE ATINE À METODOLOGIA DE PESQUISA, OPTOU-SE PELA TIPOLOGIA DA FONTE DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E PELO MÉTODO INDUTIVO. BASICAMENTE, A DISCUSSÃO PROPOSTA É PERTINENTE A SABER QUAL A VISÃO DE MOITA LOPES SOBRE A ATUAL TEORIZAÇÃO DO VERNÁCULO ENQUANTO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CULTURA PÁTRIA. A CONCLUSÃO A QUE SE PODE CHEGAR É A DE QUE SE DEVE TEORIZAR O “PORTUGUÊS” PARA MATERIALIZAR A EVOLUÇÃO DA LÍNGUA (GEM), A QUAL É IMATERIAL (UM PATRIMÔNIO CULTURAL).



Fonte: <https://mscamp.wordpress.com/category/lingua-portuguesa/>

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* - Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (UFAC). Especialista em Gestão Administrativa na Educação pela ESAB, de Vila Velha-ES (2014).

INTRODUÇÃO

Luiz Paulo da Moita Lopes, doutor em linguística aplicada e docente da UFRJ, em **“Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural”**, capítulo da obra **“O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico”**, de 2013, discute as relações existentes entre o discurso e as práticas sociais no mundo atual.

Diz o autor que, atualmente, é preciso teorizar a língua vernácula pátria de uma nova forma, enxergando-a como um patrimônio imaterial e, portanto, não-fixo ou imutável. As plataformas em que o discurso é projetado mudaram. Surgiram a globalização e a *internet*. Assim, com tal mudança de plataformas, o discurso também mudou e é preciso (re) significar a forma de teorizar tal discurso.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Moita Lopes (2013) diz ser preciso mudar a forma de teorizar, pois acredita ser inexequível deixar de teorizar. As mudanças na língua (gem) ocorrem graças às práticas sociais. A língua (gem) não é fixa nem tampouco a identidade o é. Porém, o ato de teorizar precisa, *prima facie*, ser fixo. Perceba-se: não é a teoria que tem de ser fixa e sim o ato de teorizar.

Moita Lopes diz que a teoria é relevante, porquanto, por meio do que Bhabha (2005) chamou de “tradução”, as teorias já existentes são o objeto de interpretação direcionada a criar novas teorias. Desse modo, é como se constantemente teorias fossem parafraseadas ou reinterpretadas.

Moita Lopes consigna que, atualmente, nada se faz sem discurso. O mundo atual é o mundo da compreensão e está repleto de diásporas e hibridizações. Nessa perspectiva, o autor examina a língua (gem) do ponto de vista do desmantelamento das fronteiras e da eliminação da soberania dos Estados nacionais, provocados pela globalização institucionalizada e perversa, a qual tem origem na pobreza e na injustiça, segundo ele.

Moita Lopes diz que, dados aos atuais fenômenos das emigrações e hibridismos, existe certa recusa por qualquer tipo de “pureza dialetal”. Hodiernamente, as identidades são cambiantes e existe o que se chama de transidiomaticidade. Praxiologicamente falando, vive-se em um socio-interacionismo pleno no qual as línguas das nações misturam-se umas com as outras e desmaterializam-se, tornando-se bens imateriais da cultura.



2. METODOLOGIA

No que se refere às fontes de pesquisa, o presente estudo foi desenvolvido preconizando-se a tipologia da fonte bibliográfica, tendo se efetuado cotejo e cruzamento entre pensamentos de vários autores especialistas na área. Optou-se por este método de estudo, pois, como primam Bastos e Keller (1997), neste tipo de pesquisa exploratória, baseada na leitura dados secundários de livros ou outros tipos de documentação escrita (artigos, periódicos, dissertações, teses etc.) é factível obter-se subsídios para a interpretação e compreensão de um fenômeno ou responder a perguntas de pesquisa.

2.1 Método

Quanto ao procedimento de pesquisa, basicamente o método utilizado foi o indutivo. Escolheu-se agir assim, porquanto, como dizem Lakatos e Marconi (2011), a indução é um processo intelectual em que, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universalizável, não integrante dos fragmentos analisados.

2.2 A discussão

Basicamente, a discussão proposta é pertinente a saber qual a visão de Moita Lopes sobre a atual teorização do vernáculo enquanto patrimônio imaterial da cultura pátria. Nessa perspectiva, percebemos que para o autor, atualmente, há a

necessidade de (re) significar o estudo linguístico e teórico da língua (gem) portuguesa, compreendendo-a como um patrimônio histórico e cultural debruçado sobre a abstração imaterializada. Língua (gem) essa que, para o ele, é a simbolização do real, ou seja, a naturalização do mundo extramental. Assim, Moita Lopes acredita ser mister extirpar as dicotomizações presentes na atual base teórica da língua portuguesa.

Buscando novas formas de teorizar, o autor rememora Saussure [1], dizendo que para este a fala era heteróclita e por isso de difícil estudo. Aduz, ainda, que por muito tempo perdurou uma teorização na “imanência” da língua (filosofia da realidade material de base formalista).

Moita Lopes lembra, também, do “gerativismo” enquanto escola de pensamento que, historicamente, propõe representações quase matemáticas para as estruturas das línguas. Havendo uma espécie de “gramática universal”, pois as pessoas nasceriam com um amplexo de conhecimentos linguísticos comuns a todos os idiomas existentes.

O autor, em comportamento observacional da atual linguística aplicada, acredita que a prevalência pela abordagem formalista da linguística faz com que os falantes sejam usuários de teorias pré-produzidas, o que contraria o ideal de que a atividade enunciativa é interacionista. Afinal, por ser a língua (gem) um construto social (imaterial, pois não é dominada por alguém em



específico; é de todos os falantes, os quais a modificam como querem em regionalismos etc) é que existe a necessidade de desenvolvimento de consciência fonêmica na aprendizagem da leitura e da escrita.

Moita Lopes acredita que a necessária (re)significação da linguística aplicada e, portanto, da forma de teorizar a língua portuguesa, deve se ater à valorização da interdisciplinaridade. Não pode cada ciência estudar apenas seu objeto. É preciso que a gramática estude a semântica, os regionalismos, os modismos etc. Assim, estar-se-á verdadeiramente teorizando uma língua (gem) que é resultado das diversas interações sociais ocorridas no atual mundo globalizado.

O autor, pensando contrariamente aos ideais de outros autores, para os quais cada ciência deve ater-se exclusivamente ao seu objeto e método, acredita que a interdisciplinaridade não é apenas o empréstimo de conceitos, é a construção conjunta. Diz o autor que a complexidade de sujeitos e objetos está enovelada e uma única trama.

Por fim, o autor consigna que, no início do século XX, o linguista foi afoito e, em um “equivoco aplicacionista”, estabeleceu uma relação unidirecional entre teoria e prática (uma visão da língua como algo material, pronto e acabado). Para ele, essa visão precisa ser vencida pela compreensão de que a prática pode alterar a teoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempo, finalizamos a presente análise, concordando como Moita Lopes, para quem se deve teorizar o “português” para materializar a evolução da língua (gem) e, portanto da cultura. Porém, deve-se enxergá-lo (o “português”/ a língua portuguesa) como um objeto social construído por sujeitos heterogêneos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, C.; KELLER, V. **Introdução à metodologia científica**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BHABHA, H. K. “O compromisso com a teoria”, In: BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila e outras. Belo Horizonte. Editora da UFMG, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MOITA LOPES, L. P. “Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural”, In: MOITA LOPES, L. P. **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, pp. 101-119.

[1] Ferdinand de Saussure, linguista e filósofo do século XX.



GOVERNO FLORES DA CUNHA (1930-1937)

Um estudo sobre a gestão econômica do governo no Rio Grande do Sul

Rafael Saraiva Lapuenteⁱ

ENTRE 1930 E 1937, O BRASIL PASSAVA POR UM PROCESSO DE TRANSIÇÃO QUE FICOU CONHECIDO COMO 'REPÚBLICA NOVA', QUE INCLUIA A TRANSIÇÃO ECONÔMICA E POLÍTICA NO CENÁRIO BRASILEIRO. NO RIO GRANDE DO SUL, NÃO FOI DIFERENTE. DIANTE DISSO, O OBJETIVO CENTRAL DESSE TRABALHO CON CERNE EM REVELAR COMO SUA GESTÃO SE COMPORTOU DENTRO DESSE PROCESSO DE MUDANÇA, EXPLANANDO AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE SEU GOVERNO NOS SETE ANOS EM QUE ESTEVE À FRENTE DO EXECUTIVO ESTADUAL NO SETOR ECONÔMICO. PARA ISSO, FORAM CONSULTADOS ALGUNS DOS PRINCIPAIS AUTORES SOBRE A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL E SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL NA ERA VARGAS, BEM COMO BIÓGRAFOS DE FLORES DA CUNHA E BRASILIANISTAS QUE SE PROPUSERAM A INVESTIGAR A HISTÓRIA GAÚCHA E BRASILEIRA. ASSIM, O GOVERNO DE FLORES DA CUNHA REVELOU-SE DINÂMICO E DESENVOLVIMENTISTA, CONECTADO COM O SEU CONTEXTO NO CENÁRIO NACIONAL E INTERNACIONAL.



(José Antônio Flores da Cunha pronuncia discurso como presidente da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, s.d. [Arq. FC foto 048] – CPDOC/FGV)

INTRODUÇÃO

Durante a República Velha, o Rio Grande do Sul foi dominado politicamente pelo *castilhismo-borgismo*, uma ideologia formada no Estado e derivada da influência do positivismo na formação das primeiras décadas da República. Em 1930, a República Velha cai com a Revolução de 1930. No Rio Grande do Sul, o declínio e queda do *castilhismo-borgismo* é inevitável. Nesse processo de transição, assume como interventor do governo provisório o General Flores da Cunha. Além da transição política, a mudança dos rumos econômicos no cenário nacional também é sentida no Estado, pois o liberalismo da República Velha é substituído pela intervenção estatal tanto no plano federal como no que tange a economia estadual.

Dentro desse contexto, a partir de agora pretendemos revelar como se inseriu o governo do General Flores da Cunha, de 1930 a 1937 no Rio Grande do Sul no que concerne aos aspectos econômicos e como esteve envolvida nos sete anos em que o mesmo esteve à frente do executivo, primeiro como interventor e depois como governador do Estado.

2 ERA VARGAS, ERA FLORES.

Diz-nos Thomas Skidmore (1976) que, em novembro de 1930, após dez dias de administração gerida por uma junta de militares graduados, assume em caráter provisório a presidência da República o líder do movimento armado, Getúlio Vargas. Segundo Eric Hobsbawm (1995, p. 108), “no Brasil, a

Depressão acabou com a oligárquica ‘República Velha’ de 1899(sic) - 1930 e levou ao poder Getúlio Vargas, mais bem descrito como populista-nacionalista. Ele dominou a história de seu país pelos vinte anos seguintes.”

A partir disso, pela primeira vez o que movia a elite gaúcha era o desejo de instalar-se como força preponderante no governo federal. (RANGEL, 2007) Flores da Cunha, assim como Oswaldo Aranha, terão papel de destaque no movimento revolucionário. (CAGGIANI, 1996). No Rio Grande do Sul, esse processo desenrolou-se assim: “Getúlio Vargas nomeou Oswaldo Aranha interventor provisório do Rio Grande do Sul, de 03.10.1930 a 27.11.1930. [...] Vargas indicou José Antônio Flores da Cunha (1880-1959) interventor do Rio Grande do Sul, de 28.11.1930 a 12.04.1935.” (FLORES, 2011, p. 10). A partir de então, começava no Brasil a era Vargas e no Rio Grande do Sul a era Flores da Cunha, de 1930 a 1937. A partir de agora, esse trabalho focará exclusivamente esse período, por ser um recorte ímpar na história do Brasil e do Estado.

2.1 O GOVERNO PROVISÓRIO: NO COMANDO, O INTERVENTOR.

Flores, logo após organizar o setor burocrático, como interventor recebe um estado com péssimas condições oriundas da crise de 1929.ⁱⁱ (MAESTRI, 2010). De acordo com Carlos Alves Muller (1998), havia no Estado após a chegada de Vargas ao poder uma grande expectativa econômica: Primeiramente, por ser um gaúcho que assumia o poder e também pela

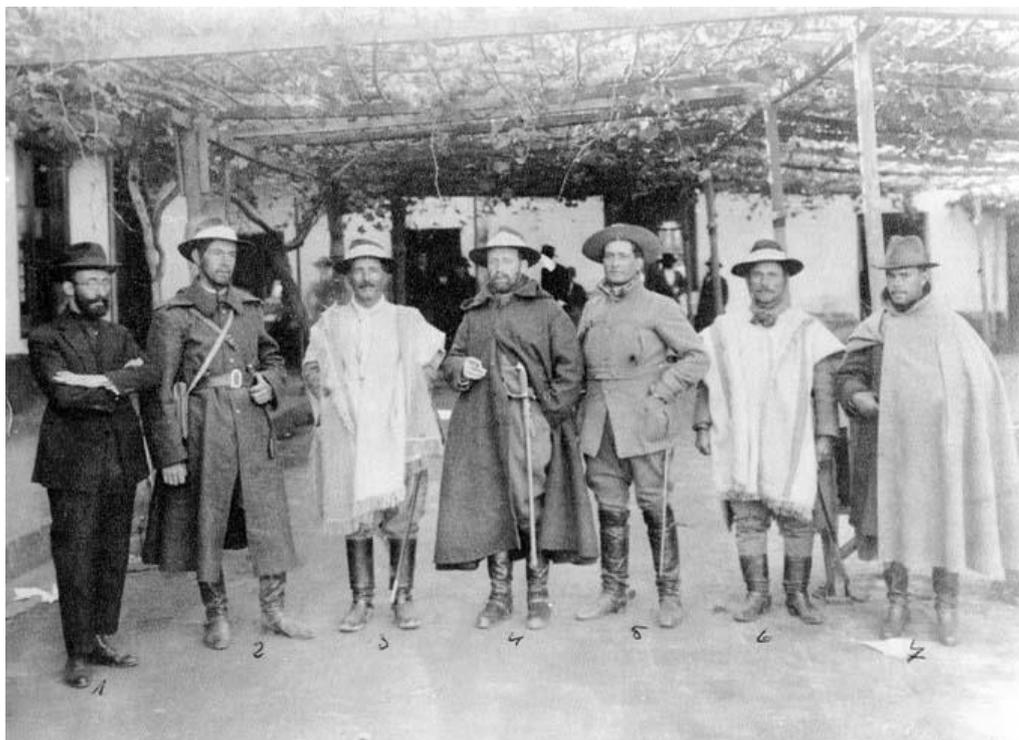
mudança de regime político, pois se creditava a Washington Luís e sua política de preferência ao mercado cafeicultor paulista todos os males econômicosⁱⁱⁱ que perpassava o Rio Grande do Sul.

Começará Flores a dar início a uma administração que, mesmo diante das dificuldades, tenderá à autonomia política do Estado perante o governo central acoplado a um programa de relançamento estrutural da economia gaúcha. (MAESTRI, 2010). Além do mais,

O Tesouro estava exaurido com as despesas da Revolução e os serviços públicos achavam-se desorganizados. Problemas variados estavam a exigir pronta solução! Governar o Rio Grande era um desafio! A queda do mil réis, que aumentava a dívida externa e o esquema

militar que era preciso manter para garantir o novo regime, pareciam impedir qualquer tentativa de equilíbrio da ordem financeira do Estado. (SCHNEIDER, 1981, p. 119)

Flores da Cunha (citado por CAGGIANI, 1996) em 1936 na cidade de Bagé menciona que em 1931 e 1932 nada pôde fazer, iniciando sua administração apenas em 1933. Sua gestão, enquanto interventor do Estado, foi de balancear as finanças, entretanto Pesavento (2002, p.106) alerta que “a mesma classe continuou no poder e a problemática básica do Rio Grande pós-30 foi encontrar saídas para a crise da agropecuária gaúcha”, dentro da lógica pecuarista da economia do Estado. Desde o início de seu governo o programa econômico visava à redução dos impostos e contenção de gastos para reverter a situação econômica drástica em que passava o Estado. (MULLER, 1998).



(José Antônio Flores da Cunha (4º esq./dir.) e outros na Estação Itabaré, durante a Revolução de 1923. Dom Pedrito (RS), 23/06/1923. [Arq. FC foto 001] – CPDOC/FGV)

Em âmbito nacional, o Banco do Brasil quase fecha as portas: Uma grande quantidade de empréstimos o Banco fazia para particulares, com cifras muito maiores do que 20 mil contos de réis. O estabelecimento financeiro teve de 1926 a 1930, nada menos do que seis presidentes, metade disso após a Revolução de Outubro. (MULLER, 1998)

A situação oriunda da crise de 1929 que herdará a administração Flores é tão crítica que um dos primeiros percalços encarados por seu governo é a falência do Banco Pelotense, criado em 1906 com capital de criadores, charqueadores, comerciantes e industriais na área de imigração alemão e italiana. Segundo Sandra Pesavento (1980), a quebra do Banco Pelotense, além da crise mundial já referida, também se justifica por outros fatores: Um deles é a formação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, em 1928. A criação deste Banco objetivava ceder créditos aos pecuaristas, criando concorrência com o de Pelotas. Além do mais, a gestão Borges de Medeiros fazia nele grandes depósitos e depois usava o capital depositado segundo suas necessidades. À época, Mário Maestri (2010, p. 423) diz que “ele se encontrava enfraquecido pela retirada de depósitos estaduais para pagar a encampação do Porto de Rio Grande e da Viação Férrea, em início dos anos 1920”. Com o novo banco, o então presidente do Estado Getúlio Vargas retira esse capital e aplica nele, agravando ainda mais a crise do antigo^{iv}. Contudo, ressalta Muller (1998) que o Banco Estatal possuía apenas 10% dos depósitos entre os bancos, sendo que os bancos da Província, Pelotense e do Comércio possuíam os demais 90%. Ainda assim, a crise no Banco Pelotense era grave e alarmante para a economia do Estado.

A encampação do Banco Pelotense foi um processo difícil: o governo interventor, num primeiro

momento, não quis encampar, mas procurou de todas as maneiras ajuda frente ao Banco do Brasil, que se recusou. A recusa foi o golpe final nas finanças do Banco, que deixou Flores sem saída: “Responsabilizando-se pela liquidação desse estabelecimento, o Estado salvou o crédito bancário do Rio Grande e evitou uma catástrofe econômica e social das consequências imprevisíveis”. (SCHNEIDER, 1981, p.127). A gestão Flores da Cunha, assim que termina o processo de encampação, vende prédios e agências^v (FLORES, 2011). A consequência da encampação é extremamente positiva para a economia do Estado: Logo em seguida, Flores da Cunha convoca seu secretariado com o objetivo de emitir bônus do Tesouro do Estado, conferindo aos tomadores e ao povo em geral o pagamento de um juro de 6% ao ano. (SCHNEIDER, 1981).

Em 1930, com a grave crise da pecuária, organizou-se o IV Congresso Rural do Estado. Disserta Pesavento (1980) que uma comissão levou uma série de reivindicações para Flores da Cunha pleitear junto ao Governo Central. Entre outras coisas, a isenção da taxa de transportes de frete pela Viação Férrea e a isenção do imposto do sal de Cádiz, na Espanha, que era de melhor qualidade para a produção do Charque. Isso vai fazer o estado assumir, de fato, a posição de defesa do capitalismo e da expansão da burguesia como um todo. Porém, a produção de charque ainda era a principal produção econômica do Estado, com velhos processos, tecnologia arcaica, artigo de alto custo de produção e baixo valor de troca, destoante da nova realidade econômica brasileira. No entanto, a indústria gaúcha não conseguirá competir com a grande expansão que, no período, começava a marcar o eixo Rio-São Paulo, ficando restrita ao mercado interno do estado. “[No mesmo ano], Flores da Cunha

abriu o porto da capital à navegação interoceânica e desenvolveu a rede ferroviária e, sobretudo, rodoviária, que ganhou as primeiras coberturas de macadame e cimento.” (MAESTRI, 2010, p. 323)

Em 1931, a administração Flores da Cunha criava o Instituto de Previdência do Estado (IPE). Com a criação do IPE, também foi reduzido o tempo de trabalho para o funcionário público se aposentar, passando de 35 anos para 30. (MAESTRI, 2010). Para sua criação, emitiu mais papel moeda, que também financiou obras públicas (CORTES, 2007) - medida certamente incomum para um período de séria crise econômica agravada com a Questão Banco Pelotense. Segundo Regina Portella Schneider, (1981), também em 1931 foi criada a Bolsa de Valores de Porto Alegre, passando a operar em 1934. No mesmo ano, o Governo Estadual concede o direito de exploração à Loteria do Estado.

Em 1932, o gaúcho Lindolfo Collor, titular da recém criada pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio será o grande idealizador dos primeiros projetos de leis trabalhistas aprovadas constitucionalmente no Brasil. A legislação social será um grande avanço para o jovem proletariado brasileiro que surgia. Contudo, os trabalhadores de setores não industriais não serão beneficiados com a nova legislação, como é o caso de grande parte do Rio Grande do Sul. Desde a ascensão de Julio de Castilhos à presidência do Estado, perpassando pelos governos de Borges de Medeiros e Carlos Barbosa, o princípio positivista de que as relações de trabalho deviam ser estabelecidas por trabalhadores e patrões era a tônica em vigência. No Estado, os produtores rurais organizados na FARSUL desde 1927 reagiram contra a aplicação da legislação social ao trabalhador rural, argumentando que a natureza da atividade não permitia

uma adequação aos horários propostos pela lei, bem como outros dispositivos. Durante muitas décadas a legislação não foi cumprida no campo. Não muito obstante seria o comércio, que resistiu às mudanças através da Federasul. Diferentemente do CINFA^{vi}, que se preocuparia a cumprir o estatuto trabalhista. (MULLER, 1998) Ou seja, na garantia de direitos trabalhistas, a gestão de Flores da Cunha apresentará tímidas mudanças, exceto no setor industrial.

Nesse ano os debates acerca da frigorificação da carne começam nitidamente a ganhar espaço, pois a classe dominante via na frigorificação da carne a possibilidade de configuração de ‘setor industrial’, promotor do capitalismo no sul e da modernização da produção no Estado. Além do mais, a ideia era reforçada pelo fato da indústria frigorífica estar nas mãos das estrangeiras Armour e Swift, que pagavam baixo aos criadores. Esse fato, somado ao caráter nacionalista que se instalava no país desde 1930, serão decisivos para o acirramento dos debates acerca da frigorificação da carne gaúcha. Com isso, organiza-se a chamada ‘comissão de carnes’ com o objetivo de industrializar a carne promovendo a construção de matadouros e frigoríficos nas regiões apropriadas do Rio Grande. O capital para o funcionamento seria cobrado pelo Governo Estadual em forma de taxa sobre a pecuária. Um ano depois, terão os frigoríficos revogados os “favores que os frigoríficos estrangeiros estabelecidos no Estado pelo prazo de 30 anos” (PESAVENTO, 1980, p. 125). Na justificativa, Flores da Cunha argumenta que as empresas estrangeiras não contribuíram para os interesses da pecuária.

O contexto bancário nacional e regional é de grande inadimplência para o pagamento de empréstimos bancários nessa época. Segundo Muller (1998, p. 107):

No caso do Rio Grande do Sul, a solução foi criar, em 1932, a pedido do interventor Flores da Cunha, uma lista especial de crédito – com recursos do Banco do Brasil, garantia do Estado e operada pelo Banco Estatal – no valor de 50 mil contos de réis. A quantia era igual ao capital inicial do Banco, fundado em setembro de 1928, e os empréstimos eram concedidos pelo prazo de 4 anos e meio, 8% de juros mais 0,5% de comissão anual com garantia hipotecária do campo ou do gado. O limite de empréstimo era equivalente à metade do valor dos bens oferecidos em garantia. Até o final do ano, 651 fazendeiros apresentaram propostas dos quais 307 foram aceitas, envolvendo empréstimos no valor de 28,6 mil contos de réis. Foi a forma de prestar ‘um auxílio imediato aos fazendeiros, sob pena de assistirmos a consequências imprevisíveis nos negócios da pecuária que é, sem dúvida, a força mais respeitável da economia rio grandense’.

Em 1932, durante a recuperação econômica que ainda passava o Estado, um fato político de grande proporção estourará no Brasil: A revolta constitucionalista. Na revolta, os constitucionalistas paulistas e gaúchos^{vii} contam com o apoio de Flores da Cunha, todavia o interventor muda de lado quando o levante eclode. Para Ivo Caggiani (1996), grande mistério acerca da troca de posicionamento de Flores da Cunha paira até hoje – já que Flores até organizar a Brigada Militar para se acoplar aos paulistas o fez. Contudo, para Mário Maestri, o apoio foi negociado com Getúlio Vargas, “obtendo polpudos recursos para o Rio Grande do Sul” (2010, p. 323). O mesmo diz Carlos Roberto da Rosa Rangel (2007b, p. 62)

Flores da Cunha [...] avalista militar do governo provisório contra os ensaios de rebeldia do

Exército, tirou disso largo proveito, realizando intervenções em todos os ministérios e procurando vantagens para seu estado, a exemplo do pecúlio fornecido pelo ministério da Fazenda para saldar as dívidas da Revolução de 1932 e a cobertura da falência do Banco Pelotense.

De 1932 para 1933, a economia do Estado ainda passa por dificuldades, embora as contas do Estado estivessem em dia, o balancete do Tesouro registrasse 52 mil contos em caixa e o Banco do Rio Grande apresentasse 32 mil contos de réis. As exportações, segundo relatório de Flores da Cunha, após números negativos entre 1928 e 1932 passam em 1933 a se recuperar. A Viação Férrea, em sua gestão, mereceu atenção especial, afinal lembremos que, àquela época, era o trem o principal meio de transporte. Em 1932, se regime deficitário cessou. (SCHNEIDER, 1981; MULLER 1998).

Em 1933, ocorrem as eleições para a constituinte estadual, a primeira eleição após o fracasso da revolta de 1932. Por isso, é digno de nota as palavras da historiadora marxista Sandra Pesavento (1980): Diz ela que a divisão política existente no Estado não tinha ligação com a economia. Ressalta ainda que o projeto modernizador do PRL era compartilhado por setores da classe dominante da FUG. Terminada as eleições em todos os estados brasileiros, é composta a constituinte que irá redigir a carta magna que substituirá por definitivo a de 1891, que regeu toda a República Velha. Elíbio Júnior (2006, p. 44) declara que, nessa constituinte, “Flores procurou articular junto à bancada rio-grandense temas centrais como o federalismo e a maior autonomia dos governos estaduais. Mesmo não estando disposto a acatar a descentralização, Vargas manteve a aliança com Flores e seu campo de manobras para a eleição presidencial.”

O Rio Grande do Sul seguia o contexto nacional e internacional baseado na organização proletária para pleitear suas reivindicações. Em 1933 a FORGS é reorganizada e ascende favoravelmente a chamada Lei de Sindicalização, tornando-se então um sindicato legítimo e representante dos operários gaúchos. Entretanto, no 1º de Maio do ano seguinte, com a economia do Estado recuperada da crise e debates políticos florescendo com as eleições e a constituinte, a FORGS rompe com o ministério do trabalho, apresenta candidatos próprios nas eleições e associa-se ao Partido Comunista. Na economia, em Abril de 1933, o governo federal cria as chamadas Lei da Usura e Lei do Reajustamento Econômico^{viii}, devido a inadimplência e falta de créditos. Essas leis reduziram as disponibilidades dos bancos para novos empréstimos, contudo, o próprio Banco do Rio Grande do Sul reconheceria que os negócios tomariam um rumo mais seguro e de maior estabilidade. (MULLER, 1998)

Na economia, em 1934 o Rio Grande do Sul passa por um ciclo expansivo. Segundo Maestri (2010, p. 423),

A indústria regional passou a avançar apoiada sobretudo no beneficiamento das matérias-primas agropecuárias regionais – tecidos, bebidas, calçados, carnes etc. – e na produção de implementos agrícolas para aquelas atividades[...] o padrão de crescimento industrial, voltado ao mercado nacional, apoiado nos capitais hegemônicas fluminenses e paulistas, reservava a economia a função de ‘Celeiro do País’, ou seja, a produção de produtos primários e importação de manufaturados.

De acordo com Muller (1998), de 1934 a 1936 a expansão das exportações gaúchas foi de 577,8 mil contos de réis para 918,3 mil contos de réis, enquanto as importações aumentaram de 516,9 mil contos de réis para 756,1 mil contos de réis no mesmo período. Outro tema que começará a ganhar repercussão é o início do êxodo rural: Segundo Juvenal Pinto (citado por PESAVENTO, 1980), desde 1930 ocorre mais intensamente o processo de evasão para a cidade. No Rio Grande do Sul, havia se intensificado com o grande proprietário rural ou vendendo ou arrendando suas terras para terceiros, vindo assim morar no centro urbano.

Também ocorrerá a diminuição dos impostos^{ix} na produção, exigência dos pecuaristas há quase dois anos e sempre adiada devido aos conflitos políticos. É digno de nota que desde 1931 Flores da Cunha visava a reparação fiscal, com o objetivo de devolver a dinamicidade às atividades econômicas^x e a consolidação da conduta do Estado “sobre a esfera econômica, coordenando, disciplinando, orientando, protegendo, incentivando as atividades produtoras em geral” (PESAVENTO, 1980, p. 133), reorientando as relações entre produtores e Estado. Em alguns casos, a gestão de Flores da Cunha exagera em benefícios a alguns empresários, como nos alerta Carlos Cortes (2007, p. 104):

[O escândalo da Banha], uma complexa e controvertida manipulação financeira internacional envolvendo o governo gaúcho e o Sindicato da Banha do Rio Grande do Sul, trazendo generosos lucros ao estado. Contudo, certos indivíduos ganham ainda mais com a transação. A crítica que se seguiu deu a um novo apelido para o interventor gaúcho: Flores da Banha.

Em Abril de 1935, termina o mandato de interventor do Gen José Antônio Flores da Cunha, que é eleito de forma indireta pela constituinte que era composta de maioria do PRL. O interventor Flores da

Cunha não existia mais. Agora, na administração do Estado estava o Governador Flores da Cunha, que tinha seu mandato constitucional de 1935 a 1939. (FLORES, 1996; SCHNEIDER, 1981)

2.2 FLORES: DE GOVERNADOR, A OPOSITOR. E DE OPOSITOR A INFRATOR.



(Posse de José Antônio Flores da Cunha (fardado) no governo do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 15/04/1934. [Arq. FC foto 018] – CPDOC/FGV)

O contexto político mundial e nacional é bem diferente de 1930. A crise de 1929, aos poucos, tem seus ecos calados. A partir de então, a política caminhava para a radicalização em várias partes do mundo. No Brasil, não seria diferente. Segundo Skidmore (1975, p. 41)

À esquerda, uma facção do Partido Comunista, a ala “legalista”, organizou um movimento de frente popular, chamado Aliança Nacional Libertadora, ou ANL. [...] Os radicalizantes estavam igualmente ativos na direita. Desde 1932, um movimento

fascista chamado Integralismo vinha por igual ganhando força (sic).

No mesmo mês em que é eleito, nos conta Carlos Alves Muller (1998, p. 104) que “ecloidiu uma nova onda de greve que foi severamente reprimida. A sede da FORGS foi invadida pela polícia e a entidade, proibida”.

Os debates acerca da produção do charque tornam-se cada vez mais intensos, dado o contexto do mercado do produto.

Em princípios de 1935, a safra de charque estava ameaçada pela superprodução, ‘uma vez que os mercados do norte e centro do país se achavam abarrotados com as carnes nacionais, no momento em que o Uruguai se preparava para encher o mercado brasileiro com suas quotas asseguradas pelo tratado comercial entre o Brasil e aquele país, de 10 de outubro de 1933.’ Neste contexto desfavorável, o sindicato dos charqueadores solicitou ao frigorífico Armour de Livramento a suspensão do embarque do charque para o centro do país, evitando a queda do preço. Tal medida contrariava os interesses dos pecuaristas que deixariam de vender o gado gordo daquela safra ou teriam de vendê-lo por um preço menor (RANGEL, 2000, p. 152)

Na Agricultura o Estado não tinha uma secretaria que lhe acolhesse suas demandas. Contudo, “foi criada a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, até então simples Diretoria das Obras Públicas, pelo decreto nº 5969 de 26.6.1935, dando-lhe estrutura para coordenar tão importantes serviços ao Estado.” (SCHNEIDER, 1981, p. 134)

No dia 20 de setembro uma festa memorável é organizada no Estado, pois nesta data faria 100 anos da revolta dos Farrapos no Rio Grande do Sul. Essa era uma festa muito aguardada por grande parte da sociedade gaúcha. Segundo Margareth Bakos (1996, p. 28), essa seria a mais significativa exposição da época. Com casinos, pavilhões de exposição e várias atividades culturais, a festa farroupilha também teve o cunho comercial, explanando as produções econômicas no Estado.

A FARSUL, em Outubro de 1935, convoca um Congresso Rural extraordinário. Seu objetivo é

debater a criação de frigoríficos. O debate ganha tônica devido à cogitação da Inglaterra de importar carnes em conserva do Brasil em um plano de longo prazo, afora a compra de 22 mil toneladas de carne pela Itália do Brasil. Isso tudo ganhava apoio do governo central, que tinha como política a inserção dos produtos brasileiros nos mercados estrangeiros. Com toda essa conjuntura, é criado o Instituto de Carnes^{xi} para cuidar dos assuntos que se referem a isso. (PESAVENTO, 1980). Com a mesma assertiva cria, em momentos distintos, os institutos do Mate, Pinho, Arroz (IRGA) e Vinho (CAGGIANI, 1996; ELIBIO JR. 2006).

Segundo Elíbio Jr (2007, p. 219), a medida do Instituto de Carnes:

[...] visava, segundo Flores, ‘o incremento e aperfeiçoamento da sua produção (sic)’, foram também construídos um matadouro, um entreposto de leite e um entreposto frigorífico no cais do Porto de Porto Alegre. Essas ‘realizações’ (sic) objetivavam demonstrar, conforme afirmou Flores em carta enviada a Vargas em 17 de Setembro de 1935, a estreiteza das ‘ações governamentais vinculadas à vida econômica do Estado’. [...] Flores detalhava a construção do Matadouro, descrevendo o projeto, o custo, e as finalidades da obra. Dizia Flores, ‘Dentro do meu programma (sic) administrativo, onde consignei obras de real alcance utilitário, visando o bem público, ressalta a construção (sic) de um matadouro modelo para esta capital(...) o projecto (sic) expressa um trabalho vasto, de rigorosa technica (sic), com capacidade para a matança actual (sic) que é de 350 bois, 300 ovelhas e 300 porcos e a possibilidade de ser futuramente augmentada.(sic)’^{xii}

A pecuária aponta para a recuperação econômica, mas ainda tem problemas. Era ainda o setor da economia gaúcha que mais demonstrava valor, todavia assinalava o deputado Homero Fleck (citado por PESAVENTO, 1980) que a alta incidência de impostos e os custos de produção muito altos eram enclaves para o setor. Apontava também que os criadores progrediam muito mais que os charqueadores, sendo inclusive desvantajoso para os criadores se refinarem sem o mesmo acompanhamento saladeiril. Por isso, defendia com unhas e dentes na sessão de 31 de dezembro a frigorificação explanando que o preço do boi frigorificado renderia quase o dobro do que o mesmo boi charqueado.

Em meio à crise política do rompimento da união das oposições com o governo Flores da Cunha no chamado *modus vivendi*, a indústria gaúcha mostra grandes saltos.

Em 1936, o Rio Grande do Sul teve um crescimento industrial de 20%, enquanto o balanço de exportações e importações do estado quase quadruplicou. Flores também conseguiu acelerar seu programa governamental progressista. Construiu fábricas de processamento de alimentos, escolas, estradas de ferro e rodovias; comprou vagões e cinco navios com sistema de refrigeração, começando a montar uma frota rio-grandense. Fazendo uso duplo dos recursos humanos, Flores transformou unidades militares provisórias em grupos armados de duzentos homens, que dividiam seu tempo entre a construção de estradas e o treinamento militar. (CORTES, 2007, p. 117)

Flores da Cunha não deixava o plano econômico de lado. Desde 1929, o porto de Porto Alegre era o 3º mais movimentado do país, mas as

obras não concluídas do cais faziam a movimentação ser bastante difícil. Segundo Carlos Alves Muller, “o cais disponível era, então, de 1.823 metros, o que permitia a atracação de apenas uma parte das embarcações, enquanto as demais tinham de utilizar trapiches e armazéns particulares” (1998, p. 113). Então, Flores da Cunha aproveita o momento econômico que tinha o comércio e começou o projeto de fazer no Rio Grande do Sul um transporte marítimo, visando então a criação da Frota Rio Grandense de Navegação. Logo depois, um contrato entre o Estado e um consórcio holandês para o fornecimento de cinco navios frigoríficos com capacidade de 4.160 toneladas cada um vai ser firmado, mas todo o planejamento vai abaixo com o golpe do Estado Novo, em 1937, que nacionaliza os navios ao Lóide Brasileiro e os retira de suas finalidades específicas.

De acordo com Muller (1998, p. 119), “no governo de Flores da Cunha, foram pavimentadas as primeiras estradas, em Porto Alegre e nas regiões próximas, como a faixa Tristeza, a faixa de Belém Novo e as rodovias da Capital para São Leopoldo e Gravataí”. Também é nesse ano que surge a ideia do DAER. Segundo Schneider (1981, p. 140):

A ideia inicial da criação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem partiu da Sociedade de Engenharia, que dirigiu um memorando ao Governador. Em 22.12.1936, na 18ª sessão extraordinária da 1ª legislatura, foi apresentado na Assembleia Legislativa, pelo deputado Alexandre Martins da Rosa, um projeto de lei sobre a criação do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, subordinado à Secretaria dos Negócios das Obras Públicas. Em 14.7.1937 foi pedida votação pelo Sr. João de Oliveira Castro. Posto a

votos, o projeto foi aprovado por 14 contra 12 votos.

A aprovação da lei do DAER estava de acordo com o seu contexto. Afinal,

Em 1936, o VI Congresso Nacional de Estradas de Rodagem caracterizou o sistema rodoviário sulino como um dos mais precários do Brasil, com pouco mais de quatrocentos quilômetros de estradas em funcionamento durante todo o ano. Até então, o Estado regional investira quase exclusivamente nos meios ferroviários de transporte. Em 1937, Flores da Cunha sancionou a lei criando o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (MAESTRI, 2010, p. 323)

Enquanto o cenário político no Rio Grande do Sul era tenso, um projeto desenvolvido em Uruguaiana por João Francisco Telles e três argentinos se consolidava. Desde 1933, começaram os quatro a produzir derivados de Petróleo na região. Deste projeto surgiu a Ipiranga S.A Companhia Brasileira de Petróleos com uma produção de 1.500 barris de petróleo por dia. A empresa gaúcha sobreviveria ao nacionalismo do Estado Novo e a campanha ‘O Petróleo É Nosso’. (MULLER, 1998).

Também nessa época acontece o X Congresso Rural da FARSUL onde Joaquim Luís Osório profere o discurso oficial da entidade. Nele, o republicano reafirma que o Rio Grande do Sul não concorrerá com a industrialização de São Paulo e nem deve almejar isso, reforçando que a especialização do Estado deveria ser a produção^{xiii}. Ainda ressalta a importância de se criar uma legislação protetora do proletariado rural, lembrando a sugestão já feita em 1929 no III Congresso Rural, representando um grande

avanço, pois em 1934 se recusou a extensão das leis trabalhistas para o campo. Praticamente junto o Conselho do Instituto de Carnes dá encaminhamento para a construção de frigoríficos em Tupanciretã, Bagé, Alegrete, Lajeado, Pelotas e Rio Grande. O Estado nos últimos dias do Governo Flores concede um crédito de 4.000 contos para a criação de frigoríficos. (PESAVENTO, 1980).

Segundo Geraldo Muller (1979), no mesmo período o Secretário dos Negócios do Interior, Darcy Azambuja, enfatizava que o Estado reduzia as taxas tarifárias de exportação, que a Constituição facultava a até 10% sobre o valor e o governo colocava apenas 6,5% de requisição. Tal estímulo merece destaque, tendo em vista que à época 40% da renda gaúcha provinha das exportações. Também disserta o autor ressaltando que de 1930 a 1937 a participação do Estado no dinamismo da economia gaúcha é enorme, não apenas como prestador de serviços mas também como patrocinador de serviços produtivos.

Ocorre que o dinamismo da economia gaúcha, que se expandiu no período em causa, passou a exigir uma participação ainda maior do Estado, para prever e prover outros serviços produtivos mais, como transportes rodoviários e energia elétrica, **exigências oriundas de necessidades de crescimento interno da estrutura rio-grandense.** (MULLER, 1979, p. 370)

Em outubro de 1937, novas ameaças comunistas são usadas como pretexto para declarar estado de guerra novamente, medida criticada por muitos. Com isso, e usando a lei nº 192 de Janeiro de 1936 o governo central solicita a federalização da Brigada Militar para o exército nacional, justificando a ‘urgente extirpação do cancro comunista’.^{xiv} Flores

pede 24 horas para submeter a solicitação para seu secretariado e para o Desembargador André da Rocha, Consultor Geral do Estado. A bancada do PRL e a bancada classista foram designadas em Conselho Consultivo. Cogitou-se duas alternativas: Ou a renúncia ou a resistência. À exceção de um do conselho, todos optaram pela renúncia do General José Antônio Flores da Cunha. (SCHNEIDER, 1981)

3 O LEGADO DEIXADO PELO GOVERNO DE 1930 A 1937 PARA O ESTADO NOVO.

Segundo Muller (1998), Flores da Cunha na economia deixa um legado inegável. Segue a risca seu antecessor Getúlio Vargas, enfrentando a crise de 1929 com redução de impostos e contenção de gastos. A partir de 1934, o Rio Grande terá grande impulso econômico, mas de 1937 em diante entrará em *déficit*. A maior marca em sua gestão é o investimento público em infraestrutura visando o desenvolvimentismo no Estado.

Ressalta Pesavento (1980) que essa conjuntura deixada em 1937 era bem diferente do que em 1930, quando assume o Estado numa economia descapitalizada. Na verdade, segundo a historiadora marxista essa conjuntura de descapitalização será o principal motivo para a interferência do Estado na economia – característica do seu projeto governamental -, pois a iniciativa privada sozinha não teria como fazê-lo, ainda mais com os criadores em estágio de progresso muito mais avançados do que os charqueadores, que se mantinham em técnicas atrasadas e retrógradas. Ambas as classes se unificarão apenas no final do governo, pois a ideia da frigorificação era um interesse consensual entre as

classes e o governo. Em sua gestão, a indústria regional avança abastecendo, sobretudo, o mercado nacional e regional apoiado pelos capitais fluminenses e paulistas, consolidando a posição da economia estadual de “celeiro do Brasil” (MAESTRI, 2010, p. 424). Deixa como legado do seu governo o fim de programas econômicos conservadores, investindo no Estado e diminuindo impostos, ao contrário do que o castilhismo-borgismo fez a frente do Estado. (CORTES, 2007)

Na política, o golpe do Estado Novo representa na conjuntura nacional uma aliança da burguesia fabril e classes produtoras rurais com o getulismo, além do apoio das Forças Armadas, da Alta Hierarquia da Igreja, da maioria dos governadores e das classes proprietárias industriais e rurais interessadas no mercado interno. (MAESTRI, 2010). Também marca o centralismo do poder político ao governo de Vargas, podendo nomear interventores ao seu critério e abolindo o imposto interestadual. Na conjuntura interna do Estado, a perda da autonomia política e dos poderes federativos é incontestável não só no Rio Grande do Sul, mas em todos os estados brasileiros. Como consequência, o Rio Grande do Sul será governado por interventores nomeados por Vargas: Daltro Filho, Maurício Cardoso, Cordeiro de Farias e Ernesto Dornelles. (FLORES, 1996). Getúlio Vargas no Estado Novo seguiu dando preferência ao eixo Rio-São Paulo, coerente com a sua frase: “Eu não sou o presidente dos rio-grandenses, mas sou o presidente de todos os brasileiros” (CORTES, 2007, p. 68)

O legado de Flores da Cunha é inegável. Afinal, não é a toa que Mário Maestri (2010), Carlos Cortes (2007), Moacyr Flores (1996), Décio Andriotti (2011), Elíbio Jr (2007), Regina Schneider (1980) e

outros historiadores elencam o governo de 1930 a 1937 no Rio Grande do Sul como um dos melhores da história gaúcha.

REFERÊNCIAS

ANDRIOTTI, Décio. A ópera de Flores. In: CÍRCULO de pesquisas literárias. **A era Flores da Cunha**. Porto Alegre: Ediplat, 2011.

BAKOS, Margareth. **Porto Alegre e seus eternos intendentes**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

CAGGIANI, Ivo. **Flores da Cunha (biografia)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996

CARONE, Edgar. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

CORTES, Carlos E. **Política gaúcha (1930-1964)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. **A construção da liderança política de Flores da Cunha: Governo, História e política (1930-1937)**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Nova dimensão, 1996

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEVINE, Robert. **O Regime de Vargas: Os anos críticos 1934-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo gaúcho**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MAESTRI, Mário: **Breve história do Rio Grande do Sul: Da pré história aos dias atuais**. Passo Fundo: UPF editora, 2010.

MULLER, Carlos Alves. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Grande Sul, 1998

MULLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

_____. **RS: Economia e Poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

RANGEL, Carlos Roberto da Costa. Governo Flores da Cunha. In: GERTZ, René (dir). **República: Da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007a. Volume 4.

_____. **Crime e Castigo: os conflitos políticos em torno do assassinato de Waldemar Ripoll**. Dissertação defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2000.

_____. Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai). Tese defendida no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007b.

SCHNEIDER, Regina Portella. **Flores da Cunha: O último gaúcho legendário**. Porto Alegre: Martins Livreiro editor, 1981.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

ⁱ Graduado em História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Pesquisador, professor do pré-vestibular Zumbi dos Palmares e dono do website História Lecionada.

ⁱⁱ Para ver um pouco mais a respeito dos reflexos da crise, veja PESAVENTO, Sandra Jatahy *RS: Economia e Poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MULLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grande Sul, 1998

ⁱⁱⁱ Os relatórios do Banco do Rio Grande do Sul demonstram esse sentimento. Segundo o relatório do exercício de 1930, a crise política e econômica era devido aos ‘desmandos do governo deposto’, agravados pela ‘falência absoluta do plano de estabilização de nossa moeda. Para saber mais a respeito, veja: MULLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998.

^{iv} Nos conta Carlos Alves Muller (1998) que, possivelmente, esse fato pode ter sido uma retaliação de Getúlio Vargas ao Banco privado, tendo em vista que seu sogro foi demitido do Banco.

^v Em 1982, 50 anos após o Banco Pelotense ter falido, estava incluído nas contas de receita do Estado uma arrecadação de Cr\$ 15.135.780,00 referentes à ‘Alienação de bens móveis e imóveis’ de ‘realização do ativo do extinto Banco Pelotense’. Até 1998, se sabia de algumas propriedades no Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros do extinto banco. (MULLER, 1998)

^{vi} CINFA: Centro da Indústria do Rio Grande do Sul, formado quatro dias depois que Getúlio toma posse. (MULLER, 1998)

^{vii} Alguns nomes importantes da política gaúcha ficarão ao lado dos paulistas, como João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Borges de Medeiros, Maurício Cardoso, Raul Pilla, Alberto Pasqualini entre outros.

^{viii} Segundo Muller (1998), a primeira lei proibia aos credores cobrar pagamentos da dívida em parcelas superiores a 10% do débito total e fixava tetos para os juros dos novos empréstimos à produção rural, enquanto que a segunda lei reduziu em 50% o valor dos débitos dos produtores rurais contraídos até junho anterior.

^{ix} Segundo Sandra Pesavento (1980), o imposto de consumo e territorial eram os que mais arrecadavam para o Estado.

^x São Paulo já havia superado o Rio Grande do Sul no frigorífico e charqueação de carnes, além de invernar o gado em campos artificiais, de acordo com uma visita de Marcial Terra ao Estado. Para saber mais a respeito, veja: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS: Economia e Poder nos anos 1930*: Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

^{xi} De acordo com uma carta enviada por Flores da Cunha para Getúlio Vargas (citado por ELÍBIO JR), isso fazia parte da a estreiteza das “ações governamentais vinculadas à vida econômica do Estado”.

^{xii} O governo afirmou claramente que não achava a iniciativa privada capaz de construir um frigorífico, tendo como preceito o fracassado **Frigorífico Rio Grande** de 1917, que foi comprado pela Anglo para depois fechá-lo.

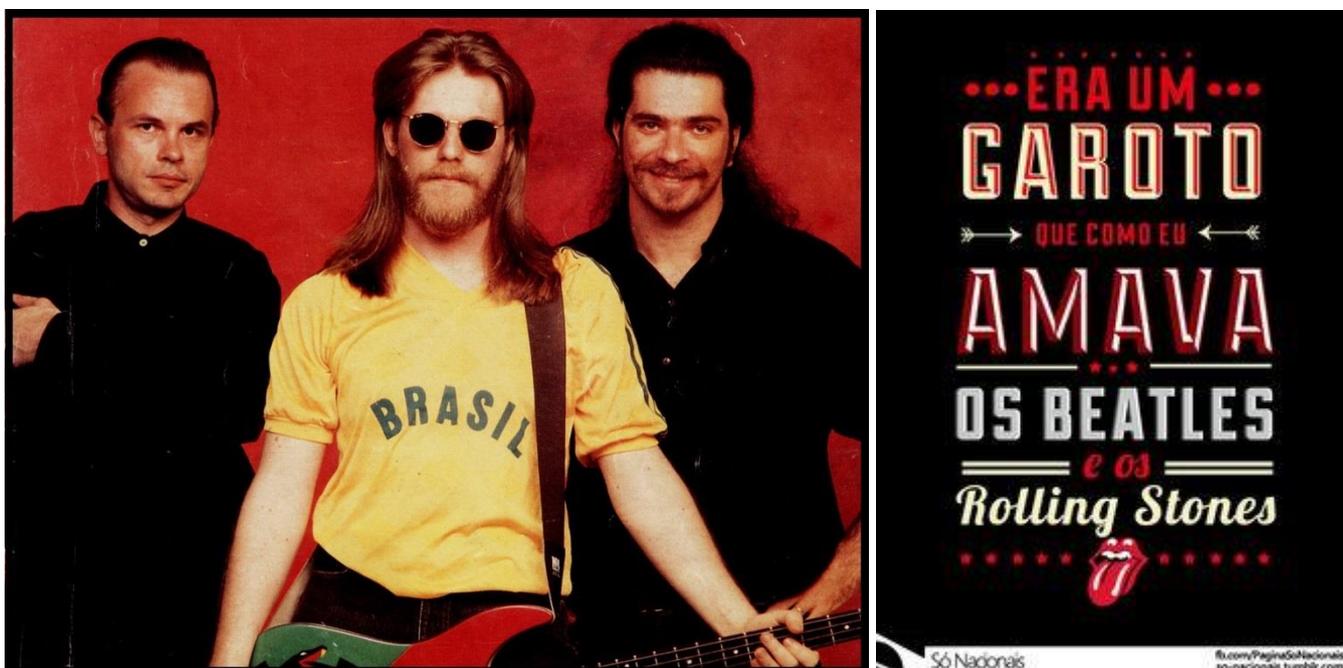
^{xiii} Isso mostra que a formação do Rio Grande do Sul como Celeiro do País já vinha das classes produtoras dominantes, tendo como assertiva a condição ‘natural’ do Estado enquanto setor pecuário e subalterno.

^{xiv} Segundo Robert Levine (1980), o Ministro da Guerra Eurico Dutra falou à nação sobre a necessidade do Estado de Sitio no programa *A Hora do Brasil*, explanando a existência de 10 mil cartas com o planejamento de um golpe comunista, denominado *Plano Cohen*. Este plano foi uma grosseira falsificação por agentes integralistas e passada para as mãos de Góes Monteiro, com conteúdo versando sobre um violento ataque comunista.

~~Texto 01~~ Faixa 01.

Engenheiros do Hawai e os encontros da Música com a História.

Prof. Neto Almeida



Uma análise da música *Era um garoto que como eu amava os beatles e os rolling stones*.

Início uma série de textos que terão como objetivo principal produzir uma reflexão acerca das músicas gravadas e/ou compostas pela banda porto-alegrense Engenheiros do Hawai¹. Esse

texto nasce primeiro de um interesse de juntar as aulas de história à utilização de música em sala de aula, experiência que tem sido bastante positiva nas sessões de História por onde tenho passado.

¹ Banda formada em 1984 na cidade de Porto Alegre por um grupo de universitários. Justamente o ambiente da universidade proporcionou o nome que ficou marcado no cenário nacional da música. Engenheiros do Hawai nasce de uma 'rixa' universitária dos estudantes de arquitetura e engenharia. Devido os Engenheiros frequentarem as aulas

de bermudas no estilo surfistas, os estudantes da arquitetura para irritar os colegas logo colocaram o bordão: se forem engenheiros, são do Hawai.



Pretendo elaborar de maneira mais sistemática a análise de outras músicas e quem sabe no final traçar um caminho que poderemos utilizar em sala de aula apenas com as canções dessa banda. Então fiquem atentos por que novas músicas serão trabalhadas.

Considerando-se que a letra de uma música constitui-se de uma produção voltada para a ficção, bem como a configuração de uma realidade de acontecimentos marcantes ocorridos no mundo, tenta-se contribuir o contexto da música Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones levando em conta o seu processo sócio histórico.

A década de 60 foi um período de acontecimentos revolucionários em todo o mundo. No Brasil, temos como grande destaque, o âmbito cultural e artístico, a Jovem Guarda, movimento musical da MPB; a Tropicália e o Cinema Novo. No que concerne à política, o Brasil foi marcado pela Ditadura Civil-Militar, e o país sofreu, por conta desse regime, grande repressão na época.

Mas foi o ano de 1968 que acontecimentos gerados em vários países concentraram o maior anseio por transformação. Jovens nas ruas de Paris, França, a luta pelo fim da ditadura no Brasil se acentua, o movimento antiguerra nos EUA

fizeram muitos acreditarem que depois daquele ano o mundo não seria o mesmo. A guerra foi se tornando antipática para a juventude americana, que para fugir à obrigação de ser recrutada para uma guerra pela qual não nutria nenhum interesse, mergulhou num movimento de contestação chamado de movimento Hippie o qual se espalhou por muitas partes do mundo. Tendo como mote o chavão “paz e amor”, os jovens produziram muitas formas de contestar a ordem vigente, sendo a principal delas justamente a música. Através desta, multidões manifestavam-se contra guerrilhas ocorridas em várias partes do mundo, em especial, a Guerra do Vietnã. Foi nesta época que vários artistas se engajaram na luta pela paz, como: Bob Dylan, John Lennon, Joan Baez, Jimi Hendrix.

Além de acontecimentos mundiais, como estes exemplificados acima, é importante ressaltar o início da Guerra do Vietnã (1955 – 1975). Esta se deu pelo confronto do Norte do Vietnã, onde viviam os vietcongues de ideologia comunista e o sul do país, que tinha como grande aliado os EUA. Os americanos foram derrotados, e foi depois de muitas mortes e protestos que se fortaleceu o movimento contra a guerra dentro e fora dos Estados Unidos.



Manifestação contra a guerra em 1969.

Foi em meio a esse contexto social que chegou ao Brasil um ritmo musical já muito difundido na Europa e nos Estados Unidos: o rock. Esse ritmo refletia a grande rebeldia e tornou-se um meio de contestação, pois o país já era grande referência de desigualdades sociais, o que fortaleceu o aparecimento de movimentos sociais que primavam pela luta de classe. Desta forma, os grupos brasileiros adaptavam o rock à nossa realidade, adicionando algumas características às letras, sendo indiferentes às normas padronizadas de comportamento da época.

Dentre os seguidores dessa nova tendência musical, destaca-se a figura de um grupo que alcançou o sucesso fazendo versões, para o português, de músicas cantadas originalmente em outro idioma; Os Incríveis foi um grupo formado em São Paulo por músicos como Domingos

Orlando, Waldemar Mozema, Antônio Rosas Seixas, Luiz Franco, Demerval Teixeira, posteriormente substituído por Livio Bevenuti, cinco amigos que se juntaram para fazer no Brasil um som semelhante aos dos Beatles, na Inglaterra.

Domingos Orlando ganhou notoriedade quando gravou para o português a música original em italiano chamada 'C'era un ragazzo che come me amava i Beatles e i Rolling Stones', cantada por Gianni Morandi. Pelos Engenheiros do Hawaii a música regravação pela primeira vez em 1990 no álbum *O Papa é pop*. Vale pensar que a gravação dessa música em uma versão nacional diz muito sobre as próprias guerras que enfrenta a juventude brasileira na década de 60 com a repressão violenta da Ditadura Militar. Um segundo caminho de interpretação é pensar não



somente a Guerra do Vietnã, mas o controle dos militares no próprio Brasil.

Deixar de fazer arte para fazer guerra, essa é a principal crítica da música, que expressa abertamente a intenção de proclamar uma morte artística por conta da guerra. Partindo para uma leitura mais pormenorizada da letra vale a pena destacar.

“Era um garoto, Que como eu, Amava os Beatles, E os Rolling Stones ...Girava o mundo Sempre a cantar As coisas lindas Da América...” (Aqui ele narra a história da juventude livre e apaixonada por música especialmente Beatles e Rolling Stones, a escolha não é atoa, e que amava seu país).

“Não era belo Mas mesmo assim Havia mil garotas à fim Cantava Help And Ticket To Ride Oh Lady Jane, Yesterday...” (Interessante perceber as atrações da época o talento aberto à música e a guitarra, símbolo dessa juventude rebelde, pois tocava o que era expressivo à época como Help, Lady Jane etc.

Cantava, viva à liberdade Mas uma carta sem esperar Da sua guitarra, o separou Fora chamado na América...

Stop! Com Rolling Stones Stop! Com Beatles songs Mandado foi ao Vietnã Lutar com vietcongs...(Aqui como todo jovem, ele deixa evidente que tudo que queria era curtir a vida, mas foi convocado para a guerra, e teve que deixar tudo que mais amava, ele parou (stop) de ouvir Rolling Stones, Beatles, para lutar na guerra, pois

naquela época o serviço as forças armadas era obrigatório.)

Tatá-tá tá tá...

Tatá-tá tá tá...(A alusão do que agora ele ouvia, tiros de metralhadora, o ambiente sensorial da guerra faz parte da sua realidade agora)

“Era um garoto Cabelos longos Não usa mais Nem toca a sua Guitarra e sim Um instrumento Que sempre dá A mesma nota Ra-tá-tá-tá...”(Aqui, o sofrimento da guerra é narrado, fazendo contraponto com tudo aquilo que o autor considera como liberdade e perda da mesma (cabelos longos/corte de cabelo militar; guitarra/metralhadora)

“Não tem amigos Não vê garotas Só gente morta Caindo ao chão Ao seu país Não voltará Pois está morto No Vietnã...Stop! Com Rolling Stones Stop! Com Beatles songs No peito um coração não há Mas duas medalhas sim....” (Nesse trecho, o horror da guerra fica evidente, até que, por fim, o personagem morre, e ele descreve o simbolismo da falta de humanidade da guerra na imagem de que no lugar de um coração no seu peito, só lhe restam duas medalhas de “honra ao mérito”).



Até breve com a próxima música!

Comentem e façam sugestões das próximas músicas. Se você é professor, ajude-nos a melhorar compartilhando suas experiências em sala de aula utilizando esse material.



"A DINASTIA VERSUS O MAPA": ELIZABETH I E A INGLATERRA NO RETRATO DITCHLEY

Maria Helena Alves da Silva¹

ESTE TRABALHO TEM COMO OBJETIVO DISCUTIR A IMAGEM DE ELIZABETH I, RAINHA DA INGLATERRA DE 1558 A 1603, NO CHAMADO "RETRATO DITCHLEY", FEITO NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1590, POR UM CORTESÃO QUE HAVIA OFENDIDO-A. O MAIOR RETRATO DA RAINHA INGLESA E UM DOS MAIS CONHECIDOS, ESTE TRABALHO MOSTRARÁ COMO ESTE RETRATO MOSTRA ELIZABETH I DE PÉ SOB O MAPA DA INGLATERRA, VESTIDA DE BRANCO EM SUA REPRESENTAÇÃO DA RAINHA VIRGEM, EXPLICITANDO SEU PODER SOBRE A NAÇÃO E CELEBRANDO SEUS PODERES DIVINOS.



¹ Graduada em História pela UNIVAP (Universidade do Vale do Paraíba) em 2016. Para melhor contextualizar e entender o período, fez o curso "England in the time of Richard III", oferecido pela University of Leicester, e o curso "European Paintings: From Leonardo to Rembrandt to Goya", oferecido pela Universidad Carlos III de Madrid, ambos em 2015. Também publicou um artigo sobre a utilização do pensamento medieval na criação do culto à Rainha Virgem pela Revista Cantareira em 2015 e teve um artigo aprovado pela Revista Hominum sobre o feminismo e sua relação com Elizabeth I, com publicação prevista para outubro de 2016. Esta rainha da Inglaterra também foi o tema de um trabalho publicado em congresso: "A construção da imagem real: o uso dos rituais públicos por Elizabeth I", no XV Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e V Encontro de Iniciação à Docência Universidade do Vale do Paraíba de 2015, sendo também o seu tema da monografia. E-mail para contato: Maria.42246@yahoo.com.br

David Harvey, professor de antropologia e geografia da CUNY (Graduate Center of the City University of New York) escreve em seu livro "Sobre a condição pós-moderna" que o Renascimento testemunhou um novo sentido de espaço e tempo que pode ser visto na "extraordinária força das imagens espaciais e temporais da literatura inglesa" (HARVEY, 2000, pág. 225). Como nota o autor, a mudança no modo de experimentar o tempo e o espaço representou uma mudança no modo de reprodução das relações sociais, que puderam ser vistas no apoio ao individualismo dado aos mapas na Inglaterra renascentista, assim como um apoio ao nacionalismo e à democracia parlamentar "em detrimento dos privilégios dinásticos" (HARVEY, 2000, pág. 225).



A Rainha Elizabeth I no chamado "The Ditchley Portrait", feito por Marcus Gheeraerts, o Jovem, por volta de 1592. Propriedade da National Portrait Gallery. Imagem em domínio público.

No entanto, os mapas também funcionavam como uma forma de apoio a um regime monárquico, como o autor referencia o Retrato da Rainha Elizabeth de Ditchley, que Harvey descreve como "A dinastia versus o mapa", onde ele "ênfatiza o poder da dinastia sobre o indivíduo e a nação tal como

representados pelo mapa da Renascença" (HARVEY, 2000, pág. 226).

A própria história do retrato é altamente alusivo quanto à relação de Elizabeth com seus cortesãos. Em 1590, quando a rainha contava com quase 60 anos, Anne Paget, esposa do cortesão Sir Henry Lee, morreu. A



partir do mesmo ano, Lee passou a viver abertamente com sua amante, antes uma dama de companhia da Rainha, chamada Anne Vavasour. A questão é que a Rainha controlava praticamente todos os aspectos da vida de suas damas e cortesões, tendo que ser necessário pedir sua permissão não apenas para deixar a corte, mas também para se casar ou cortejar qualquer dama que estivesse sob sua proteção. Os castigos por descumprir ordens da Rainha ou esconder coisas dela poderiam ser multas ou até mesmo prisões. Como observou Norman Jones, professor de História da University of Utah, tal olhar atento "pode ter suas origens em parte, no medo que ela tinha que suas moças pudessem ser convencidas a conspirarem contra ela ou difundir mexericos maliciosos" (JONES, pág. 38). A Rainha era tão preocupada com sua segurança quanto a sua "reputação como Rainha Virgem - uma imagem que seus detratores na Inglaterra e no estrangeiro olhavam com ceticismo e estavam ansiosos para destruir" (JONES, pág. 38) Dessa forma, viver abertamente um

caso repudiado pela Rainha pouco garantiria melhoria de posses ou cargos.

Como observou o historiador britânico Perry Anderson, "as rivalidades de facções no seio da alta nobreza assumiriam agora a forma de intrigas de corredor em busca de honrarias e cargos na corte" (1985, pág 127), uma vez que a Corte se tornava cada vez mais o centro do poder político e um "mercado onde se distribuía um volume sempre maior de dinheiro, pensões, empregos, monopólios e favores de todo o tipo" (STONE, 2000, pág. 157). Acredita-se que foi para recuperar o favor real que Lee encomendou o retrato da Rainha, que por isso foi apelidado de "Retrato Ditchley", uma vez o cortesão construía, em 1583, uma propriedade em Ditchley, em Oxfordshire. A Rainha o visitara em sua propriedade em uma de suas intermináveis procissões pela Inglaterra, que serviam para que sua imagem e seu governo fossem reconhecidos pelo povo, ao mesmo tempo em que se alojava, junto de sua corte, em algumas das maiores propriedades da Inglaterra.



Detalhe da parte superior e inferior do retrato. . Propriedade da National Portrait Gallery. Imagem em domínio público.

Como observa Louis Montrose, professor emérito de estudos elisabetanos da University of California, a representação de Elizabeth nessa pintura é emblemática como parte do culto de Elizabeth no período pós-Armada Espanhola, ou seja, após a vitória da Inglaterra sob a Espanha em 1588. Aqui podemos ver a gloriosa imagem pública de uma monarca cada vez mais isolada e autoritária (MONTROSE, 2006, pág. 129). O retrato também é cheio de significados: na orelha esquerda da rainha repousa uma esfera armilar – um popular instrumento de navegação; ao mesmo tempo em que a Rainha pisa sob um mapa da Inglaterra com pequenos navios. Além disso, seu vestido branco evoca sua virgindade, as mangas do vestido que caem abertas nas suas costas criam a aparência de uma asa de anjo, assim como o fundo cósmico divide tudo o que está

há suas costas de negro, enquanto a vista à sua frente é ensolarada. Para Susan Frye, ph.D. em Literatura Inglesa Renascentista pela Stanford University, a representação de Elizabeth sugere o poder de sua castidade assim como a relação entre ela e seus súditos, que era necessária para que uma era de luz continuasse, clamando a seu povo por um amor sagrado e cego que a reconheceria como uma ligação entre Deus e a Inglaterra (FRYE, 1996, pág. 114). Enquanto isso, o mapa mostra as costas do sul e dos condados da Inglaterra, os condados do norte são visíveis com os contornos de suas saias e, o mais importante, esse quadro mostra a Inglaterra como uma terra mapeada: os rios são claramente visíveis, os condados são diferenciados pelo uso de tons pastéis: o pintor deixa claro a relação mística do corpo da Rainha com a sua terra (ARCHER e KINIGH, 2007, sem página).



A visita da Rainha à propriedade Ditchley não foi um mero acaso frente à relação dela com Lee. Elizabeth realizava diversas procissões durante o ano em diversos condados do seu reino. De acordo com o historiador da arte Roy Strong, tais procissões eram o principal meio de divulgação da propaganda do culto da Rainha Virgem, sendo promovidos de formas sistemática e sendo cruciais para o sucesso de seu governo (STRONG, 1984, pág. 77). Isso porque, para evitar revoltas populares, era necessário que o governante fosse reconhecido pelo seu povo em todo seu poder e glória, e esse era um dos principais objetivos dessas procissões, além de consolidar a autoridade real, promover a unidade nacional e, ainda, tornar única a encarnação da realeza de Elizabeth (COLE, 1999, pág. 172).

Tais procissões levavam Elizabeth as zonas rurais da Inglaterra, onde vivia mais três quartos de seus súditos nas 10 mil vilas inglesas, a maioria situada em regiões pesqueiras e zonas férteis no Sul do país (JONES, 2007, pág. 63). Assim como na corte, a vida na zona rural era marcada por uma ordem social: primeiro, ficavam os nobres, os cavaleiros e os proprietários de terra, seguidos pelos mercadores e comerciantes, e então os lavradores e artesãos; abaixo deles, apenas os pedintes e vagabundos. Como observa Norman Jones, "a vida rural se centrava ao redor do trabalho,

da igreja e das casas de bebidas locais" (JONES, 2007, pág. 63). A ideia de uma corte cercada por regalias, danças e festivais era distante, e para manter a população informada sobre os acontecimentos da nação e da vida na corte a rainha promoveu o primeiro quotidiano da Inglaterra, chamado de The English Mercury e publicado pela primeira vez em 28 de Julho de 1588 (ORLANDI, 1976, pág. 61).

Como está escrito no site oficial da National Portrait Gallery, onde o retrato está, o tema simbólico deste retrato é o perdão. Incrições em latim podem ser vistos dizendo: "Ela dá e não espera", "Ela pode, mas não se vinga", e "Ao dar de volta, ela aumenta" (QUE, sem data, sem página). Apesar de ser o maior quadro sobrevivente retratando a Rainha, suas laterais foram cortadas, o que nos impede de ler o resto das frases. Ainda sim, o retrato Ditchley é a encarnação da virgindade de Elizabeth, seu poder sob seu povo e sua nação, além de celebrar seus poderes divinos e sua autoridade real sobre a natureza.

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. Tradução de José Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ARCHER, Jayne; KNIGHT, Sara. Elizabetha Triumphans. In: **The Progresses, Pageants,**



and Entertainments of Queen Elizabeth I.

ARCHER, Jayne Elisabeth; GOLDRING, Elizabeth; KNIGHT, Sarah (Org.). Oxford University Press, 2007. Publicação digital, sem página.

COLE, Mary Hill. The portable Queen: Elizabeth I and the politics of ceremony.

University of Massachusets Press, 1999.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna.

São Paulo: Edições Loyola, 2000.

JONES, Norman. Inglaterra: A vida no reino de Elizabeth.

Editora Folio, 2007.

FRYE, Elizabeth. Elizabeth I - The competition for representation.

Oxford University Press, 1996.

MONTROSE, Louis. The Subject of Elizabeth: Authority, Gender, and Representation.

University of Chicago Press, 2006.

ORLANDI, Enzo. Os Grandes da História: Elizabeth I.

Portugal: Verbo, 1976.

QUEen Elizabeth I ('The Ditchley portrait').

Acesso em 12 de Fevereiro de 2016.

Disponível em:

<http://www.npg.org.uk/collections/search/portrait/mw02079/Queen-Elizabeth-I-The-Ditchley-portrait>

STONE, Lawrence. Causas da revolução inglesa: 1529-1642.

Edusc, 2000.

STRONG, Roy. Art and Power: Renaissance Festivals, 1450-1650.

University of California Press, 1984.

O PAPEL DAS IGREJAS, DOS SINDICATOS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA TRAJETÓRIA SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO *POVO UNIDO*

Michael Alessandro Ferreira dos Santos¹

A TRAJETÓRIA SOCIAL DE UM GRUPO PODE REVELAR O MODO DE AGIR DOS SEUS MEMBROS NAS RELAÇÕES SOCIAIS DAS QUAIS PARTICIPAM. NESSE SENTIDO, A PRESENTE PESQUISA SE PROPÕS A COMPREENDER A INFLUÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO E NA ATUAÇÃO DOS AGENTES DA ASSOCIAÇÃO POVO UNIDO, NA CIDADE DE JUAZEIRO – BA, ATRAVÉS DO PAPEL DESEMPENHADO POR TRÊS INSTITUIÇÕES: IGREJA, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO - BA E PARTIDOS POLÍTICOS. PARA ANÁLISE TEÓRICA E METODOLÓGICA DA PESQUISA FOI UTILIZADO, PRINCIPALMENTE, O REFERENCIAL DO SOCIÓLOGO FRANCÊS PIERRE BOURDIEU E SEUS CONCEITOS DE HABITUS, CAMPO E CAPITAL. A PESQUISA FOI DESENVOLVIDA ATRAVÉS DE UM CRONOGRAMA DE ATIVIDADES UTILIZANDO INSTRUMENTOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DE PESQUISA CIENTÍFICA.



(Imagens/reprodução: Site do IRPAA)

¹ ¹Bacharel em Ciências Sociais/Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, ¹Bolsista de Iniciação Científica (Agosto/2017 – Julho/2018) pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – (FAPESB) m.alessandro.santos2016@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/1967282574340987>,

Introdução

Um dos conceitos mais importantes desenvolvidos pela sociologia ao longo do século XX foi o conceito de Capital Social. Este conceito tornou-se a base para muitos trabalhos acadêmicos nas ciências sociais, que investigavam diversos fenômenos, por exemplo: participação social, representatividade e empoderamento.

Utilizar o conceito de Capital Social para basear uma pesquisa sobre organização comunitária auxiliou na identificação de processos relacionais que podem desenvolver-se de forma bastante excludente e de maneira verticalizada, onde as relações podem ser marcadas por características de mando e obediência bastante significativas. E isso pode ser ilustrado através da fala de diversos agentes entrevistados para a pesquisa, onde o receio em participar das decisões políticas da Associação por parte daqueles que não a gerenciam de algum modo é bastante evidente.

O presente artigo é inserido no debate sobre as formas de participação social como estratégia de inclusão e engajamento em programas e ações de iniciativa do poder público e/ou da esfera privada na busca pelo desenvolvimento social e econômico de

Resultados e discussão

Associação Povo Unido, em Juazeiro-BA: Um Capital Social exercido de forma verticalizada.

O conjunto que forma o tecido social no qual estão inseridas as relações entre os agentes da comunidade estudada está marcado por processos que podem levar a uma percepção confusa por parte dos membros no que se refere à noções de

populações que sofrem com a desigualdade e a ausência de equidade social. Isso vale sobretudo para as áreas rurais, a exemplo do semiárido nordestino no Brasil. O trabalho tem o objetivo de apresentar uma análise de como o conceito teórico e metodológico de capital social é manuseado a partir de dois referenciais: Robert Putnam e Pierre Bourdieu :

As experiências de ação coletiva onde a participação dos membros de um grupo torna-se o expoente para o empreendedorismo ou pela busca do empoderamento social e político, sobretudo nas áreas rurais e regiões periféricas, são enfatizadas, através de pesquisas a sobre superação da pobreza e emancipação cidadã, (Ramirez e Berdegue, 2002).

As experiências com práticas extensionistas, no trabalho dos mediadores sociais e na execução das políticas públicas para as áreas rurais são emblemáticas para uma análise de como um grupo social, através de sua organização pode contribuir para o aumento de sua renda e para o resgate de um sentimento de cidadania entre os integrantes de uma comunidade. Nesse sentido, o conceito teórico metodológico de capital social é tratado no trabalho como elemento estruturador para as análises realizadas.

reciprocidade. Nesse sentido, foi possível perceber traços marcantes de relações verticalizadas bastante intensas. A partir do referencial teórico de Bourdieu (2011a), o conceito de Capital Social pode ser empregado para caracterizar alguns traços das relações presentes nessa coletividade, como por exemplo, o exercício de uma função de confiança no grupo, uma liderança dentro da coletividade, e uma possibilidade de acúmulo de

outras formas de capital para uma determinada liderança ou um determinado grupo ao qual faz parte. Determinados agentes gozam de prestígio, e desse modo conseguem canalizar outras formas de capital para realizar empreendimentos individuais.

Alguns grupos dentro da própria Associação acabam por vezes beneficiando-se dessa rede de contatos, desse Campo relacional para desenvolverem Capital Financeiro e Capital Simbólico.



(Fonte: arquivo pessoal, 2017)

Há uma resistência em expor as razões por parte de alguns entrevistados no que se refere a forma como a Diretoria atual administra a Associação, no que diz respeito à falta de repasse das informações sobre a destinação do dinheiro arrecadado pelas contribuições, e ainda, que não há abertura por parte da Presidente para ouvir críticas e sugestões para a melhoria do trabalho na horta. Não obstante, todos reconhecem que estar à frente de uma Associação com tantos associados, requer coragem e muita responsabilidade, por que não é um serviço remunerado e que é bastante difícil manter uma liderança onde há muita gente,

especialmente porque pensam diferente e têm dificuldade de interação.

Interesses individuais e coletivos na experiência estudada não configuram um fortalecimento do Capital Social

A experiência estudada foi interessante para que os pesquisadores pudessem ver como determinadas figuras da coletividade conseguem agregar Capital Social, simbólico e financeiro através do Campo (Bourdieu, 2011a) onde são



processadas as suas relações com outros agentes. A influência desses agentes caracteriza um Habitus que é capaz de condicioná-los à outros espaços de poder e de exercício de capital simbólico. Interesses individuais e coletivos às vezes se confundem. Por conta de um vasto Capital Social, determinadas figuras que estão inseridas e podem ser identificadas na figura da atual presidente da Associação e de alguns ex-presidentes, exercem uma dominação verticalizada nas relações com a coletividade, como é perceptível na fala da **ENTREVISTADA 01**: *“Nas reuniões eu não falo, não peço, nem reclamo nada”*.

Esse comportamento pouco afeito ao diálogo pode evidenciar que o grupo que está na diretoria e/ou no poder político da Associação exerce uma dominação que é excludente e que não costuma acatar qualquer reivindicação dos demais associados.

Os pesquisadores perceberam que um determinado grupo está na direção da Associação há alguns anos. Embora haja eleições regulares, o controle e o exercício do poder político da Associação apenas troca a mão, mas não o modo de se governar. Esse processo é justificado na fala de alguns agentes como uma situação necessária e inescapável, já que *“As pessoas não se interessam mesmo pela organização da Associação, e de quebrar cabeça com essas coisas” “os outros só tem a preocupação de que tenha água nas caixas para plantar”*. Palavras do associado **ENTREVISTADO 02, em (06/03/2018)**

Dentre os membros que estão desde a criação da horta, apenas a atual presidente da Associação, **ENTREVISTADA 03**, ainda permanece.

Além de causas naturais como o falecimento de alguns agentes, essa permanência desse único

agente despertou interesse significativo para a pesquisa. No período em que esta pesquisa foi desenvolvida, a entrevistada estava na presidência da Associação. Foi perceptível para os pesquisadores o vasto acúmulo de Capital Social que essa agente mobiliza para arregimentar interesses pessoais e que podem ligar os interesses da coletividade à benefícios através do contato com outros agentes e entidades.

Uma outra situação identificada pelos pesquisadores foi a de que a atual diretoria da Associação é vista com descrença por parte significativa dos associados. As suas relações não são pautadas pela confiança mútua e pela reciprocidade, e sim pela descrença e por características de processos verticalizados do tipo: *“Manda quem pode, obedece quem tem juízo”*. Esses traços formativos não favorecem a solidificação de uma estrutura social baseada na cumplicidade e na coletividade.

Agentes externos com pouca influência no contexto atual da Associação Povo Unido.

Algumas instituições exerceram uma influência significativa na trajetória social da Associação Povo Unido, em Juazeiro-BA, o exemplo da Igreja Católica localizada município. A horta comunitária Povo Unido tem 31 anos de criação e foi fundada em 1987, mais precisamente em 18/08/1987 através do apoio da Igreja Católica. Um grupo de religiosas da Congregação das Irmãs Oblatas de São Luiz Gonzaga, também conhecidas como Irmãs Luizinhas, com o apoio do Bispo de Juazeiro na época, Dom José Rodrigues, juntou famílias do bairro recém criado, com o objetivo de organizar uma horta que pudesse por um lado ser mecanismo de geração de renda para seus moradores e por outro lado, também pudesse

ser um meio de produção de alimentos saudáveis para a população local.

No entanto, no contexto em que a pesquisa foi realizada essa instituição não tinha mais a mesma presença e força no contexto da Associação.

A Igreja Católica não interfere na diretoria e nem na organização da associação, os associados têm total autonomia no comando da associação, desde que estejam produzindo de forma orgânica, já que o terreno foi cedido com a condição do plantio se dar de forma exclusivamente orgânica e caso essa regra seja descumprida, o terreno é confiscado pela igreja, pois o terreno continua pertencendo a Diocese de Juazeiro.

Pelo fato da Associação da Horta Povo Unido possuir registro de associação rural, mesmo estando em uma área urbana, o sindicato dos trabalhadores rurais do município de Juazeiro/BA tem atuação constante junto aos horticultores. A presidente da Associação Povo Unido atua como delegada sindical no território do São Francisco baiano, o que tem possibilitado maior participação e representação da horta e seus integrantes nas redes de relações políticas sindicais.

Os partidos políticos, em particular os que estão inseridos no movimento sindical (Partido dos Trabalhadores – PT e o Partido Comunista do Brasil – Pcdob) têm influência discreta junto as atividades da horta. De forma geral a pesquisa não identificou lideranças político partidárias interferindo da gestão da horta. Há muita desconfiança em relação aos candidatos que segundo os próprios horticultores “só aparecem lá a cada 4 anos ao lado de alguém do sindicato”. Muitos membros da Associação tem até uma certa ojeriza em relação à partidos políticos por não verem nessa forma de organização coletiva algum tipo de representatividade.

Perfil sociocultural dos associados: recorte por gênero e faixa etária

A associação é majoritariamente composta por mulheres. As mulheres representam um percentual de 76% do total dos associados, contra 24% dos homens. No entanto, também existem famílias inteiras trabalhando na horta.

Os dados sobre a faixa etária por gênero dos agentes que estão cultivando hoje na horta são os seguintes: As mulheres são maioria em todas as faixas etárias (intervalo de 10 em 10 anos), principalmente na faixa etária de 51 a 60 anos (27%). Sabemos que as religiosas criaram a horta especialmente para as mulheres. A horta foi pensada para ajudar as mulheres mães de famílias carentes do bairro, mas percebemos também que as mulheres são mais engajadas. Há também muitos jovens (principalmente mulheres) 10% da associação é formada por mulheres que estão na faixa etária dos 20 aos 30 anos, contra 3% de homens dessa mesma faixa etária.

Mas há um número bem maior de pessoas mais velhas, 32% estão na faixa etária dos 51 a 60 anos (27% mulheres e 5% homens). Mais da metade (51%) dos associados estão na faixa etária dos 51 aos 73 anos, portanto a associação é composta por uma maioria de idosos, em que 70% dos associados têm mais de 40 anos de idade (mulheres são 53% e 17% são homens). Uma das preocupações dos atuais horticultores é em relação ao futuro do trabalho na horta devido ao desinteresse por parte dos Jovens no engajamento com a agricultura urbana.

Faixa Etária entre Gênero: início das atividades do agricultor na horta



A maioria das mulheres que iniciou as suas atividades na horta estava na faixa etária corresponde aos 31 a 40 anos (25%) e os homens 41 a 50 anos (7%). Portanto, a maioria dos associados que estão hoje cultivando na horta se associaram quando estavam na faixa etária dos 31 a 50 anos de idade, atingindo uma taxa porcentual de 61% (49% de mulheres e 12% homens).

Talvez o fato da maioria das pessoas se associarem após os 30 anos de idade seja uma resultante das dificuldades de se manter no trabalho formal com carteira assinada, provavelmente por conta da baixa escolaridade ou mesmo da escassez de emprego. Somente uma pesquisa mais aprofundada sobre esse tema poderia confirmar essas hipóteses.

Conclusão

A experiência de mais de três décadas da Associação Povo Unido em Juazeiro-BA enfatiza processos formativos complexos por um lado, e por outro lado, processos exitosos de organização que auxilia os seus membros no enfrentamento à pobreza e na mobilização para um empoderamento político.

A produção de alimentos orgânicos teve um desenvolvimento ao longo das últimas três décadas, e que esse processo ajuda no desenvolvimento econômico de muitas famílias, e para a Associação Povo Unido é uma fonte de renda significativa, principalmente após a aquisição de um veículo próprio da Associação para fazer o transporte das suas hortaliças. Essa produção é escoada basicamente através de três vias: na sede da Associação, na Feira de Orgânicos do Vale (Juazeiro-BA) e na Feira do Bairro Areia Branca em Petrolina-PE.

Entendemos também que a força coletiva do grupo não é coesa, e que essa falta de coesão inviabiliza uma maior organização da própria Associação. E que esse processo pode ser superado a partir de uma maior transparência por parte daqueles que exercem o poder político na Associação quanto à destinação dos recursos que são adquiridos, através de uma maior abertura para que outros agentes além daqueles que fazem parte da Diretoria possam opinar e gerir questões que são referentes à organização grupal.

No entanto, também foi perceptível que uma parcela dos agentes não se interessa pelas questões referentes à organização comunitária. Esse descaso favorece relações verticalizadas onde o poder simbólico exercido por aqueles que detêm esse instrumento aumenta o Capital Social daqueles membros. O papel desempenhado pelos agentes externos (Igreja, Partidos Políticos e Sindicato) as atividades da Associação Povo Unido, teve seu maior momento de influência nas décadas de 1980 e 1990, o que fez com a Associação perdesse capilaridade social e inserção nas redes de atuação, com exceção da ainda influente participação sindical.

O papel das mulheres na horta continua sendo decisivo, inclusive em sua gestão, que é feita por mulheres, uma delas preside a associação e controla o grupo político que tem feito a gestão da horta desde o seu início. A presente pesquisa precisa aprofundar muitas questões que surgiram durante a coleta de dados e a revisão bibliográfica, as quais serão alvo de mais investigação, tendo continuidade através do desenvolvimento de trabalhos posteriores.

O conceito de capital social enquanto recurso político é trabalhado pela literatura acadêmica e por gestores de políticas públicas como um importante incentivador do desenvolvimento social e econômico da

sociedade, sobretudo em regiões mais pobres, a exemplo das comunidades rurais que sofrem os efeitos da vulnerabilidade social à que estão expostas. O cientista político Robert Putnam é autor de um dos mais importantes livros que tratam do tema do capital social como explicação para o sucesso ou fracasso das experiências de desenvolvimento. Em *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*, Putnam (1996) compreende capital social como sendo laços de cooperação, solidariedade, participação mútua, confiança e reciprocidade social existentes em uma sociedade.

Na década de 1990, vários organismos internacionais como o Banco Mundial passaram a financiar projetos que buscassem construir e mobilizar capital social, como forma de incentivar grupos sociais a participarem da vida pública em suas sociedades. Os organismos internacionais de fomento ao desenvolvimento acreditam que incentivar a participação social, o envolvimento das comunidades em projetos e iniciativas de desenvolvimento tanto do poder público, quanto do setor privado torna mais fácil a execução e a obtenção de resultados positivos. Putnam (1996) defende a ideia de capital social como forma de fortalecimento das instituições, através da construção de relações sociais horizontalizadas, menos hierarquizadas e autoritárias entre os membros de uma sociedade.

O capital social na visão de Putnam (1996) fortalece o que ele chama de “comunidade cívica”, ou seja, uma sociedade onde os seus cidadãos se sentem comprometidos com as instituições locais e responsáveis pela comunidade em que vivem. Nesse sentido, a informação é algo importante como mecanismo de compreensão da vida social e da importância do envolvimento de cada cidadão da comunidade na identificação dos problemas existentes e de soluções necessárias, sem

informação não há confiança. Informação de quem é o outro, do que ele faz, de onde veio, e clareza das regras e normas da suposta organização, que todos os seus integrantes participam.

Outro autor que também discute capital social é o sociólogo francês Pierre Bourdieu. No entanto, sua perspectiva difere da perspectiva de Putnam (1996), no sentido de entender esse recurso como algo que tanto pode se desenvolver em relações horizontalizadas (entre iguais) como em relações verticalizadas, autoritárias e excessivamente hierarquizadas. Para Bourdieu (2011) o capital social é um “recurso da socialização” oriundo da rede de relações que os agentes sociais estabelecem ao longo de suas trajetórias, e, sendo usado de forma desigual pelos membros de uma comunidade.

Por exemplo, o capital social em Bourdieu (2011) pode ser um recurso usado apenas para beneficiar uma liderança, uma família isoladamente na comunidade. Já para Putnam (2011) o capital social é um recurso moral e serve sempre para fortalecer a coletividade e suas instituições.

Bourdieu (2011) compreende o capital social como resultado da quantidade de contatos que os agentes têm, realizam em seus campos relacionais, quanto mais relações eles estabelecem maiores são suas capacidades de realizarem articulações e acumularem outras formas de capital, à exemplo: humano, econômico, cultural e simbólico. O capital social nessa visão sociológica é algo mais complexo, pois o coloca como recurso à disposição daqueles que dele podem fazer uso de forma diversa, a exemplo de um presidente, coordenador ou líder de um movimento, de uma organização social, e que pode de forma unilateral direcionar a participação da comunidade, do seu grupo para conseguir serviços sociais para a

coletividade ou dirigi-lo apenas para o fortalecimento do seu capital político individual.

O capital social visto dessa perspectiva amplia e enriquece o debate, as análises de uma pesquisa sobre a aplicação e o manuseio desse conceito nos processos sociais, à exemplo do que acontece no interior de uma associação, sindicato, conselho, grupo, igreja, time de futebol etc. A discussão de capital social permite que pesquisadores compreendam de forma reflexiva as possibilidades do que viriam a ser os benefícios da participação social. As atuações de agentes sociais internos e externos às comunidades e seus grupos também são alvo de investigação na abordagem de capital social como promotor da participação e do sucesso de políticas, programas e projetos.

No caso de uma associação rural, há sempre os mais articulados, os que têm acesso a mais informações e muitas vezes são justamente esses que, através desse capital social conseguem aumentar suas rendas, ou seja, adquirem capital econômico e vice versa.

É importante destacar a diferença entre a compreensão dos dois autores pelo sentido diverso que eles traduzem da ideia de capital social. Porém, o fundamental para o projeto é que o conceito de capital social, seja em que visão sociológica for, é algo importante para a ampliação das análises dos processos sociais.

O debate sobre o papel do capital social, sua construção e mobilização pelos agentes sociais é algo que merece ser problematizado pela academia. Abramovay (2000) compreende que o desafio de criar capital social é maior do que mobilizá-lo, a participação é algo intrigante, fazer com as pessoas saiam de suas zonas de conforto e confiem, algumas vezes, em estranhos, não é algo simples.

As diferentes experiências de organização social existentes no que se refere à superação da pobreza podem contribuir para que pesquisadores analisem as questões que fazem o sucesso ou fracasso de uma ação coletiva, (BAQUERO, 2001).

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. O Capital social dos Territórios: Repensando o desenvolvimento rural. Disponível no site www.nead.org.br. Acesso em 25 de Abril. 2016.
- Amorim, Reimilde Gomes da Silva. A Trajetória social da associação “Povo Unido”: A experiência da horta comunitária do bairro João Paulo II, Juazeiro (BA) / Reimilde Gomes da Silva Amorim. -- Juazeiro, 2016. xv 74f. : il.; 29 cm.
- Andrade, Margareth P. Agricultura Urbana: a experiência de produção e comercialização da Associação da Horta Povo Unido em Juazeiro (BA) / Margareth Pereira Andrade. -- Juazeiro, 2018. Viii,70f.:il.; 29 cm.
- BAQUERO, Marcelo (org.). Raizes do Capital Social. In: _____ . Reiventando a sociedade na América Latina: Cultura Política, Gênero, Exclusão e Capital Social. Porto Alegre: Editora Universitária, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.
- BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2011b.
- PUTNAM, R. D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RAMIREZ, Eduardo; BERDEGUÉ, Julio. Ação Coletiva e Melhorias nas Condições de vida da América Latina. 2002. Disponível em: < www.fundominkachorvali.org >. Acesso em: 25 de abril. 2016.



**Tora!
Tora!
Tora!**



TORA!TORA!TORA! (トラ・トラ・トラ！) 1970

ANÁLISE SOBRE O FILME E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS

Por Evandro Monteiro de Barros Junior

O PRESENTE ARTIGO PRETENDE EXPLORAR A HISTÓRIA DO ATAQUE JAPONÊS A PEARL HARBOR E SUA EXPRESSÃO NO FIRME (TORA!TORA!TORA!). ESSE TÍTULO SIGNIFICA (TIGRE!TIGRE!TIGRE!) E SERIA USADO COMO CÓDIGO EM CASO DE SUCESSO NAS OPERAÇÕES JAPONESAS. COM UMA FOTOGRAFIA EXCEPCIONAL, ALGUMAS PASSAGENS ACABARAM SENDO REUTILIZADAS EM VÁRIOS OUTROS FILMES QUE TINHAM COMO AMBIENTE A GUERRA DO PACÍFICO.



(Imagem/reprodução: trecho do filme “Torá! Torá! Torá!”)



O filme (Tora!Tora!Tora!), é sem dúvida alguma o que mais parece se aproximar da realidade, diferentemente do famoso filme completamente americano Pearl Harbor de 2001 produzido por Jerry Bruckheimer, dirigido por Michael Bay e distribuído pela Touchstone Pictures (subsidiária Walt Disney).

O FILME E SUA PRODUÇÃO

Em exórdio, cabe apresentar e qualificar o filme em epígrafe, demonstrando que se trata de uma megaprodução realizada em 1970 por Richard Fleischer, Kinji Fukasaku e Toshio Masuda, “que retrata, tanto do ponto de vista japonês como americano, a preparação e os eventos, e ainda, os erros que possibilitaram o ataque a Pearl Harbor em 1941, fato que forçou a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial”.

Esse título significa (Tigre!Tigre!Tigre!) e seria usado como código em caso de sucesso nas operações japonesas.

No desenrolar da obra, o espectador, parece muitas vezes estar diante de um documentário, rico em detalhes, cardinalmente no que tange os diálogos preparatórios das ações militares, tanto dos nipônicos quanto dos “ianques”.

Com uma fotografia excepcional, algumas passagens acabaram sendo reutilizadas em vários outros filmes que tinham como ambiente a Guerra do Pacífico.

O interessante na produção é o fato de que a mesma foi realizada em duas partes separadas. Uma nos Estados Unidos, dirigida por Richard Fleischer e outra no Japão, que *a priori* foi dirigida por Akira Kurosawa, porém, a 20th Century Fox entregou o projeto à Kinji Fukasaku,

visto que o diretor anterior permaneceu quase dois anos sem demonstrar resultados satisfatórios.

Não era de se esperar que o ex-diretor desidioso tivesse seu nome incluído nos créditos da magnífica obra, o que de fato não aconteceu.

Para fins de detalhes:

O roteiro foi escrito por Ladislav Farago, Larry Forrester, Ryuzo Kikushima e Hideo Oguni, com base no livro de Gordon W. Prange. Charles Wheeler, foi nomeado ao Oscar. O filme contém uma segunda unidade de direção e de fotografia de miniaturas, filmadas por Ray Kellogg. A trilha sonora foi composta por Jerry Goldsmith.

CURIOSIDADES

· A frase pronunciada no filme pelo almirante Isoroku Yamamoto após o ataque, "*I fear all we have done is to awaken a sleeping giant and fill him with a terrible resolve.*", que pode ser traduzido livremente para o português como: "Temo que tudo o que fizemos foi acordar um gigante adormecido e enchê-lo com uma terrível determinação", nunca foi realmente creditada como uma citação fidedigna. Nenhuma fonte pode comprovar que Yamamoto tenha pronunciado tal frase. É bem provável que tal citação tenha sido criada apenas para dar um efeito dramático. Tal frase reapareceu no filme Pearl Harbor.

· No entanto, a citação da análise de um ataque aos Estados Unidos: "*I can run wild for six*



months... after that, I have no expectation of success." é real, tendo sido registrada em conversas de gabinete da época.

O capitão-de-mar-e-guerra Minoru Genda, da Marinha Imperial Japonesa e principal planejador tático do ataque a Pearl Harbor em dezembro de 1941, sobreviveu à guerra e participou da produção do filme como consultor técnico.

HISTÓRIA – OPINIÕES DIVERGENTES

No prisma da maioria do mundo, prevalece a tirania dos nipônicos que teriam atacado de maneira covarde e sem piedade a base Norte-americana de Pearl Harbor.

Há, porém alguns estudiosos que divergem desta corrente majoritária, como por exemplo, o mexicano Salvador Borrego em sua obra *Derrota Mundial* (1953): [...] Roosevelt lançava contra os japoneses a grave provocação de congelar todos os seus valores depositados nos Estados Unidos. Automaticamente ficaram suspensos os abastecimentos de combustíveis, o que provocou grave crise no Japão. Além disso, em novembro de 1941, Roosevelt expediu um *ultimatum* pondo fim às negociações diplomáticas Americano-japonesas.

A revelação acima coincide com o testemunho do Major-general Charles A. Willoughby, chefe de serviço aliado de inteligência em Tóquio, que declarou que o Instituto de Relações no Pacífico (de Rockefeller) empregou a rede de espionagem de Richard Sorge para fazer que o Japão desistisse de seu ataque à Rússia e se lançasse contra Pearl

Harbor, cuja guarnição se achava surpreendentemente desprevenida. O general americano afirma que os agentes secretos conheciam até o dia e a hora em que seria efetuado o ataque.

E ainda:

O almirante Norte-americano Robert A. Theobald afirma que a frota do pacífico foi intencionalmente debilitada e ancorada em Pearl Harbor, em ostensiva passividade e despreparo, para servir de anzol e atrair um ataque de surpresa por parte do Japão[6].

Através de ações militares planejadas e um forte exército, os japoneses ampliam o seu império rapidamente conquistando a Indochina (Vietnã, Laos, Camboja), Indonésia, Nova Guiné e centenas de Ilhas no Oceano Pacífico¹: “Ao perceberem a expansão militar japonesa, os Estados Unidos passam a impor severas taxas comerciais aos produtos japoneses e reduzir a venda de inúmeros produtos indispensáveis para a indústria nipônica. O suprimento de gasolina para aviões, óleos lubrificantes e infinitos componentes eletrônicos só poderiam ser comercializados através da licença de órgãos governamentais americanos”.

Continuando os esclarecimentos: “Em 26 de novembro de 1941, uma força-tarefa da Marinha japonesa, sob o comando do vice-almirante Chuichi Nagumo, saiu da baía de Hitokappu, nas ilhas Curilas, em direção ao Havaí. A força era composta pelos porta-aviões Akazi, Zuikaku, Shokaku, Hiryu Soryu. Seu objetivo era destruir a frota americana do pacífico e sua base em Pearl Harbor. O personagem-chave do ataque foi o

A América do Norte na guerra. Revista II Guerra Mundial. História em curso. Ano 1. N° 1.



almirante Isoroku Yamamoto, que planejou a ação”. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Tora!_Tora!_Tora!).

No entanto, apesar do resultado devastador do ataque, os japoneses não conseguiram destruir os depósitos de combustível e quatro porta-aviões americanos que não se encontravam na base ²:

“Vinte minutos após o início do ataque japonês, o encouraçado Oklahoma emborca ao ser atingido por cinco torpedos. O depósito de munições do Arizona é atingido por uma bomba antiblindagem, que explode e parte o navio em dois, matando milhares de tripulantes. Os encouraçados Califórnia West Virgínea também são afundados, enfraquecendo a frota americana”.

CONCLUSÃO

O filme (Tora!Tora!Tora!), é sem dúvida alguma o que mais parece se aproximar da realidade, diferentemente do famoso filme completamente americano Pearl Harborde 2001 produzido por Jerry Bruckheimer, dirigido por Michael Bay e distribuído pela Touchstone Pictures(subsidiária Walt Disney).

Quanto à verdadeira história do ataque nipônico à Pearl Harbor, apesar de todas as teorias conspiratórias, cabe àquele que preza pela verossimilhança da história, buscá-la nos livros, documentos, documentários e registros de todos os

tipos e por esses meios tirar suas próprias conclusões.

NOTA FINAL - AS BOMBAS ATÔMICAS

“A justificativa do governo americano de usar bombas atômicas (Hiroshima e Nagasaki) em cidades japonesas para conseguir rapidamente a rendição do exército japonês não exerce qualquer fundamento militar e logístico. Tanto a Marinha quanto o Exército japonês não tinham condições

de manter a guerra por mais alguns meses. A derrota era eminente e muito pouco poderia ser feito para conter a invasão americana e soviética no solo japonês”.

Referências

- 1- Borrego, Salvador. A derrota Mundial. P. 348. 1953. Décima edição. México. 1961.
- 2- A América do Norte na guerra. Revista II Guerra Mundial. História em curso. Ano 1. N°
- 3- Cabral, Danilo Cezar. O ataque a Pearl Harbor. Tora!Tora!Tora! Com esse grito de guerra, os japoneses lançaram a fulminante e demolidora ofensiva à base americana no Havaí, em 1941. Grandes Guerras. 27 ° Edição. Fevereiro de 2009.4-
- 4- (http://pt.wikipedia.org/wiki/Tora!_Tora!_Tora!)

